

Universidade Federal de Goiás
Programa de Pós-graduação em Psicologia
Faculdade de Educação

Larissa Brito Mendonça

**A Orientação Profissional na Perspectiva Sócio-histórica: Uma
Possibilidade para as Classes Pobres**

Goiânia
2021



UFG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese

2. Nome completo do autor

Larissa Brito Mendonça

3. Título do trabalho

A orientação profissional na perspectiva sócio-histórica: uma possibilidade para as classes pobres

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **LARISSA BRITO MENDONÇA, Discente**, em 08/11/2021, às 10:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Lacerda Júnior, Professor do Magistério Superior**, em 24/11/2021, às 17:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2470568** e o código CRC **3461A7B4**.

Referência: Processo nº 23070.045774/2021-74

SEI nº 2470568

Universidade Federal de Goiás
Programa de Pós-graduação em Psicologia
Faculdade de Educação

Larissa Brito Mendonça

**A Orientação Profissional na Perspectiva Sócio-histórica: Uma
Possibilidade para as Classes Pobres.**

Trabalho final de mestrado apresentado à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia, área de concentração, Psicologia, linha de pesquisa, Bases históricas, teóricas e políticas da Psicologia, sob orientação do Prof. Dr. Fernando Lacerda Júnior.

GOIÂNIA
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Mendonça, Larissa Brito
A Orientação Profissional na Perspectiva Sócio-histórica [manuscrito] :
Uma Possibilidade para as Classes Pobres / Larissa Brito Mendonça. -
2021.
xviii, 119 f.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Lacerda Júnior.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em
Psicologia, Goiânia, 2021.

Inclui tabelas.

1. Orientação profissional. 2. Psicologia Sócio-histórica. 3. Classes
pobres. I. Lacerda Júnior, Fernando, orient. II. Título.

CDU 159.9



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 11 da sessão de Defesa de Dissertação de Mestrado de **Larissa Brito Mendonça**, que confere o título de Mestra em **Psicologia**, na área de concentração em **Psicologia**.

Aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um (31/08/2021), às 15:30 horas, realizou-se a sessão pública através de plataforma virtual segundo a Instrução Normativa PRPG/UFG 001, de 27 de março de 2020, da Defesa de Dissertação intitulada "**A orientação profissional na perspectiva sócio-histórica: uma possibilidade para as classes pobres**". Os trabalhos foram instalados pelo Orientador Professor Doutor **Fernando Lacerda Júnior (PPGP/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professora Doutora **Lívia Gomes dos Santos (PPGP/UFG)**, membro titular interno e Professor Doutor **André Vieira dos Santos (Centro Universitário IBMR)**, membro titular externo. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor **Fernando Lacerda Júnior**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um.

Presidente

Prof. Dr. Fernando Lacerda Júnior / PPGP UFG

Membro titular 01

Profa. Dra. Lívia Gomes dos Santos / PPGP UFG

Membro titular 02

Prof. Dr. André Vieira dos Santos / Centro UNIVERSITÁRIO IBMR

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Lívia Gomes Dos Santos, Professora do Magistério Superior**, em 22/11/2021, às 14:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **André Vieira dos Santos, Usuário Externo**, em 24/11/2021, às 11:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

eletrônica

2020.



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Lacerda Júnior, Professor do Magistério Superior**, em 24/11/2021, às 17:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Priscilla Melo Ribeiro De Lima, Coordenadora de Pós-Graduação**, em 25/11/2021, às 09:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2470561** e o código CRC **3703CB30**.

Referência: Processo nº 23070.045774/2021-74

SEI nº 2470561

*Dedico este trabalho às tantas juventudes
trabalhadoras da atualidade.*

Agradecimentos

Os anos de pandemia do Covid-19 que nos atravessam me ensinaram muito sobre a gratidão nas menores possibilidades, principalmente na construção de um mestrado nesse contexto. Portanto, deixo aqui meus agradecimentos mais sinceros.

Primeiramente, à minha família, que até aqui me apoia, embora alguns não entendam bem essa coisa de mestrado. Agradeço a compreensão pela minha falta e às vezes pela presença irritada e preocupada com a dissertação. Confesso que tiveram dias difíceis, mas aprendi com Prof. André Vieira que juntos somos o melhor de nós mesmos e encontrei na unidade da minha família essa coletividade que me fortaleceu.

Quero agradecer à minha mãe pela paciência e pelo respeito; ao meu pai, pela compreensão; aos meus irmãos pelos momentos de leveza e de apoio, ao meu padrasto e madrasta pela admiração; à minha avó que, por conta do Alzheimer, me perguntava com frequência se estava estudando e quando respondia que sim ela me dizia que valia a pena. Na forma de cada um, eles mostravam o carinho por mim e isso, além de ser muito bom, me sustentou nesse processo que se chama mestrado.

Meus agradecimentos aos meus amigos Carol e Lean. Agradeço a existência de vocês na minha história e muito obrigada por terem escutado várias vezes meus lamentos sobre o mestrado. Agradeço à Natália Almeida, amiga da Faculdade e parceira de ingresso no mestrado, pelo auxílio nos estudos, pelas conversas, escutas e força. Essa caminhada tem muito de você.

Aos meus colegas do mestrado com quem, mesmo no curto espaço de tempo que tivemos juntos, pude aprender. Pelas viagens para apresentar trabalho, pelos momentos divertidos e pelos difíceis também. Não posso deixar de agradecer o momento na cantina no qual comíamos um bolo de chocolate barato e gostoso, e muitas vezes ocorriam discussões muito interessantes.

Quero agradecer ao Prof. André Vieira pelo pequeno período de orientação e pela disponibilidade em ajudar. Aprendi não só sobre Marxismo com você, mas sobre a coletividade, sobre ser amigo, receptivo e sobre a intensa dedicação ao conhecimento.

Agradeço ao Prof. Fernando Lacerda, meu orientador e eterno mestre dos magos. Brincadeiras à parte, sou grata pela paciência com a minha escrita, com o meu processo, pelo respeito e compreensão comigo diante dessa dissertação e da conciliação que tive de fazer

com o trabalho e os estudos. Minha gratidão gigantesca pela orientação, porque tinham dias em que eu achava que não ia sair mais nada e saía, ou que o texto estava todo bagunçado e ele direcionava para uma estruturação enxuta e organizada. Para mim foi uma experiência muito válida. Tenho admiração por seu trabalho e pelo professor que ele é.

Não poderia deixar de citar e agradecer os grupos de estudos. No período inicial da pandemia, os encontros no grupo de quinta com a Prof^a. Livia Gomes foram de grande valia não só para o conhecimento, mas por serem um momento de encontro com pessoas, mesmo de maneira virtual, em que a distância social se revelou uma das poucas formas de cuidado. Não participo mais hoje, mas desejo vida longa ao grupo. Agradeço ao grupo Marxismo e Psicologia do qual pude participar apenas como ouvinte, mas foi suficiente para eu passar minhas terças refletindo sobre os temas. Minha gratidão a esses grupos, pois, de modo singular, não eram apenas um meio de disseminar conhecimento, mas de interação e coletividade.

Por fim, quero expressar minha gratidão pela oportunidade de ter tido a experiência de fazer a pós-graduação em uma universidade pública. Tenho profunda satisfação pelo conhecimento crítico que pude ter nessa ocasião.

*Analisando essa cadeia hereditária
Quero me livrar dessa situação precária
Onde o rico cada vez fica mais rico
E o pobre cada vez fica mais pobre
E o motivo todo mundo já conhece
É que o de cima sobre e o de baixo desce*

(Xibom bombom, As meninas. Rogério Gaspar e Wesley Rangel, 1999)

Sumário

Resumo.....	vii
Abstract.....	viii
INTRODUÇÃO.....	6
1. CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS AO DESENVOLVIMENTO DA PSICOLOGIA.....	10
1.1 Psicologia e Capitalismo: crítica à Psicologia dominante.....	10
1.2 A Psicologia dominante no Brasil: autonomização da Psicologia e o projeto modernizador	18
1.3 Alternativas na Psicologia brasileira: primeiras críticas.....	24
2. PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA: UMA CORRENTE DAS PSICOLOGIAS CRÍTICAS.....	28
2.1 Psicologias Críticas.....	28
2.2 Psicologia Sócio-histórica: origens e fundamentos.....	32
2.3 Psicologia Sócio-histórica: conceitos básicos.....	36
3. A ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL NA PSICOLOGIA.....	43
3.1 A orientação profissional no Brasil.....	45
3.2 A orientação profissional na Psicologia Sócio-histórica.....	51
4. CAPITALISMO E TRABALHO.....	56
4.1 Capitalismo contemporâneo.....	58
4.1.1 Capitalismo contemporâneo no Brasil.....	64
4.2 Classe trabalhadora e captura da subjetividade.....	72
5. JUVENTUDE, TRABALHO E ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL: ANÁLISE DE EXPERIÊNCIA DA PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA.....	80
5.1 Juventude Trabalhadora: uma breve caracterização.....	81
5.2 Orientação profissional, psicologia sócio-histórica e juventude trabalhadora.....	91
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
REFERÊNCIAS:.....	110

Resumo

Mediante a articulação da Orientação Profissional (OP) com a abordagem Sócio-histórica, propôs-se levantar e analisar experiências dessa modalidade de intervenção para as classes pobres, atentando-se para as possibilidades e limitações tanto na experiência em si e na conscientização dessa realidade concreta para a juventude trabalhadora, assim como aos pressupostos de transformação social sustentada na emancipação política. Foram percorridas questões teóricas que dessem base para o entendimento crítico galgado desde o surgimento da Psicologia, atrelada ao capitalismo, até o cenário atual da juventude. Para se levantar dados e discussões sobre a juventude atual na relação com o trabalho, foi feito um levantamento e após isso uma análise de artigos sobre o assunto. Para isso foi necessário buscar artigos nacionais sobre intervenções em OP para escolas públicas ou para pessoas de baixa renda. Em seguida, ao analisá-los por meio de uma síntese crítica, os artigos expuseram que as propostas orientadas pela abordagem sócio-histórica concebem a OP como meio de conscientização sobre os determinantes da escolha profissional, problematizam a dicotomização entre indivíduo e sociedade e focam a elaboração do projeto de vida. Uma preocupação presente nas experiências foi a de enfrentar conceitos da ideologia neoliberal que se produzem em crenças individualistas sobre a escolha profissional ou o projeto de vida. No entanto, também expõem lacunas que levantam preocupações sobre a atuação. Percebeu-se que a intervenção não detalhou ou mostrou dados da realidade da juventude trabalhadora brasileira. A OP na abordagem sócio-histórica pode estar contribuindo para a captura da subjetividade ao levantar recursos para adaptação ao mundo do trabalho. Para isso seriam necessários acompanhamentos após as intervenções para se observar as suas contribuições na conscientização do mundo do trabalho e a funcionalidade a longo prazo dessa atuação. Foi possível concluir que essa intervenção apresenta limitações que precisam ser compreendidas e transformadas, e que este é um meio que pode contribuir para a juventude trabalhadora, mas de maneira imediata. Não se mostra como meio de transformação revolucionária, mas apresenta tendências a transformações políticas.

Palavras-chave: Orientação profissional; Psicologia sócio-histórica; Classes pobres.

Abstract

Through the articulation of Career Guidance (CG) with the social-historical approach, it was proposed to raise and analyze this modality of intervention for the poor classes, paying attention to the possibilities and limitations both in the experience itself and in the awareness of this concrete reality for working youth, as well as the assumptions of social transformation sustained by political emancipation. Theoretical issues were covered that would provide a basis for critical understanding raised from the rise of Psychology, linked to capitalism, to the current scenario of youth. To gather data and exercise it on today's youth about work, a survey was carried out and, after that, an analysis of articles on the subject. For this, it was necessary to search for national articles on CG procedures for public schools or low-income people. Then, by analyzing them through critical criticism, the articles showed that the proposals guided by the social-historical approach conceives the career guidance as a means of raising awareness about the determinants of professional choice, discuss the dichotomization between individual and society and focus on the elaboration of the life project. A preoccupation present in the experiences was to face the concepts of neoliberal ideology that are sought in individualistic beliefs about professional choice or life projects. However, it also exposes gaps that raise concerns about acting. It was noticed that the intervention did not detail or data on the reality of Brazilian working youth. The CG in the social-historical approach may be contributing to the capture of subjectivity by raising resources to adapt to the world of work. For that added follow-ups after the interventions to observe how their contributions to the awareness of the world of work and the long-term functionality of this performance. It was possible to conclude that this intervention implies limitations that need to be understood and transformed, and that this is a means that can contribute to working youth, but immediately. It does not show itself as a means of revolutionary transformation, but it presents tendencies towards political transformations.

Keywords: Career guidance; Social Historical Psychology; Poor classes.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa discute a orientação profissional (OP) na perspectiva da Psicologia Sócio-histórica, especificamente a proposta de orientação profissional de Sílvio Bock e suas contribuições para alunos de escolas públicas da juventude trabalhadora. A partir da tese de que a relação do indivíduo (psiquismo) com a sociedade (relações socioeconômicas) é constitutiva dos jovens que, em determinado momento, se veem diante da necessidade de vender sua força de trabalho, a escolha profissional é diferente entre as classes populares e as classes média e alta por seu contexto socioeconômico.

A reflexão sobre a OP para a juventude trabalhadora parte da crítica ao fato de que tal serviço psicológico, apesar de ser considerado atualmente um importante instrumento de promoção de saúde mental para a Psicologia, dado seu caráter de amplificação do olhar sobre o contexto sociocultural e formulação de ações condizentes com esse contexto, foi possível perceber que essa intervenção se destinou, historicamente, a uma pequena parcela da população no Brasil (Aguiar, Bock & Ozella 2015).

Esta pesquisa investiga características da Psicologia, assim como da OP, quando orientam sujeitos das escolas públicas ou de baixa renda que enfrentam o ingresso no mercado de trabalho. Dessa forma, parte, também, de uma crítica ao mundo do trabalho e às várias determinações envolvidas na escolha de um emprego pela juventude da classe trabalhadora.

Trajetória acadêmica

A escolha do tema resulta da elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que produzi durante a graduação em Psicologia. Inicialmente, meu TCC estudaria menores infratores, mas as condições não permitiram. Uma segunda opção foi a orientação profissional. A princípio o tema não me encantou muito, mas, ao ler o livro de Sílvio Bock (2014) sobre OP para classes pobres, descobri uma prática mais democrática, que considerava determinações sócio-históricas e que não se voltava exclusivamente para a escolha da profissão de forma isolada do contexto social. O livro aborda a conscientização da realidade, do contexto social e do trabalho como partes do processo de escolha profissional. O autor

aponta a finalidade de promover mudanças sociais e a saúde mental em um momento do ciclo vital considerado estressante. Assim, tanto o meu estágio profissionalizante, quanto a elaboração do meu TCC abordaram a OP.

Durante a escrita, fui percebendo que, em certa medida, algumas experiências dos alunos que passavam pelo processo de orientação profissional se assemelhavam à minha experiência como aluna de escola pública no ensino médio e como bolsista do Programa Universidade para todos (PROUNI) em uma instituição privada de ensino superior. Ao mesmo tempo, pude aprender com os alunos e suas experiências pela contextualização da situação de cada sujeito. A partir dessas vivências acadêmicas e pessoais, percebi o quanto a experiência de OP pode ser significativa nas escolas públicas, apesar de suas limitações.

Após a graduação, de maneira ingênua, decidi passar pelo processo de pós-graduação em Psicologia para dar continuidade aos meus estudos e aprofundar análises sobre a OP para as escolas públicas, visto que considerava a intervenção avançada dentro dos moldes da OP tradicional. Naquele momento eu sentia que ainda não havia adquirido o conhecimento necessário para compreender essa prática apenas durante o TCC.

O objeto de estudo nesta dissertação de mestrado é a produção acadêmica sobre orientação profissional para classes pobres, partindo da abordagem da Psicologia Sócio-histórica. Para isso pretende-se analisar relatos da prática de orientação profissional guiada pela perspectiva sócio-histórica no Brasil. Dessa forma, propõe-se levantar e analisar as possibilidades de intervenções para as classes pobres a partir de experiências na área dentro da abordagem Sócio-histórica.

Este estudo buscou compreender a articulação da abordagem Sócio-histórica com a OP, assim como suas pretensões de transformação social através da conscientização da realidade. Tendo em vista que as produções dessa abordagem não fazem uma diferenciação que determine se o termo “transformação social” designa a emancipação política ou humana, ele foi compreendido e interpretado aqui, pela autora, como emancipação política, a partir da característica conscientização da realidade. Nesse sentido, evidencia-se a importância da emancipação política, mas compreende-se suas limitações. Em específico, investigaremos como os pressupostos da abordagem sócio-histórica podem contribuir para a conscientização dos jovens por meio da prática de OP.

Para tanto, partiu-se de uma breve discussão sobre as relações da Psicologia com o capitalismo para delinear as determinações da Psicologia. Diante da insatisfação dessas relações, foi possível o surgimento das produções críticas à Psicologia dominante e, nesse espaço, estabelecer o surgimento da Psicologia Sócio-histórica no Brasil. Em seguida foi possível compreender as raízes da OP tradicional e da OP Psicologia Sócio-histórica. Por isso, o trabalho começa com um panorama histórico-crítico da Psicologia, seus compromissos e o surgimento de vertentes críticas, em especial a Psicologia Sócio-histórica. Após isso, explicitou-se a OP na Psicologia de modo geral e a forma como ela foi pensada na Psicologia Sócio-histórica. Em sequência, foi necessária uma exploração sobre a relação do mundo contemporâneo e o trabalho para dar suporte à problematização da captura da subjetividade, além de uma investigação da relação entre a juventude que trabalha e esse contexto. A partir daí, o trabalho explorou artigos de intervenções de OP efetuadas em escolas públicas ou para pessoas de baixa renda, guiadas pela teoria da Psicologia Sócio-histórica.

Apresento nesta dissertação uma análise que se orienta por discussões de autores da Psicologia crítica e marxistas como Parker (2014), Patto (1999, 2009), Lacerda Júnior (2010), Boechat (2017) e outros. Para as análises sobre a Psicologia Sócio-histórica e OP foram consultadas publicações de autores como Lane (1989), Bock (1999, 2004, 2007, 2008, 2009, 2015), Gonçalves (2015), Sílvia Bock (2006, 2014), Aguiar (2000, 2015, 2016), Pimenta (1979) e muitos outros.

O primeiro capítulo está subdividido em 3 tópicos que exploram o surgimento da Psicologia na história, problematizando a relação daquela com o modo de produção capitalista. Também destaca o processo de autonomização da Psicologia no Brasil, enfatizando especialmente sua relação com o projeto de modernização do país. O terceiro tópico, “Alternativa da Psicologia brasileira: primeiras críticas”, destaca a existência de alternativas teóricas e práticas na Psicologia brasileira que surgiram a partir da identificação de lacunas na ciência e na profissão.

O segundo capítulo, “Psicologias críticas e Psicologia Sócio-histórica”, aborda as Psicologias Críticas no Brasil, descrevendo o contexto sócio-histórico que propiciou seu surgimento e ainda o polêmico projeto de compromisso social fomentado nas últimas décadas. Em seguida, o capítulo expõe as origens da Psicologia Sócio-histórica, sua base teórica na

Psicologia Histórico-cultural de Vygotsky e no materialismo-histórico-dialético. Também aponta fundamentos da Psicologia Sócio-histórica, suas categorias principais e a natureza social do desenvolvimento humano.

O capítulo 3 aborda a OP, desde o seu surgimento na Europa até o seu aparecimento no Brasil. Em seguida dedica-se ênfase em especial à orientação profissional na abordagem sócio-histórica difundida por Sílvio Bock e sua contribuição em intervenções para classes pobres. Nesse caso o termo “classes pobres” é usado pelo autor para classificar de forma socioeconômica os sujeitos participantes da pesquisa e, assim, distinguir as especificidades que o contexto de intervenção necessita.

Compreende-se que o mundo do trabalho irá influenciar as escolhas da vida social, e na escolha profissional não é diferente. Os jovens que escolhem suas profissões situam-se em um dado momento histórico em que as contradições do trabalho assalariado estão em constante movimento, no que concerne à produção da vida. Sendo assim, várias manifestações do trabalho capitalista irão refletir na vida societal em suas várias facetas. Portanto, no capítulo 4 serão levantadas as transformações do mundo do trabalho atual, assim como reflexões das diversas interferências do trabalho sobre a vida social, destacando-se a captura da subjetividade.

O capítulo 5, inicialmente, se ocupará em oferecer dados, informações e discussões que revelem as condições do contexto atual da juventude no que concerne ao trabalho, à educação, às oportunidades e às desigualdades. É um panorama da situação da juventude brasileira. Em prosseguimento a isso, a dissertação se dedica ao levantamento de artigos sobre intervenções em OP pela abordagem Sócio-histórica para escolas públicas e pessoas de baixa renda. Os achados foram categorizados e sintetizados de maneira crítica.

Por fim, nas considerações finais, recapitulou-se todo o percurso da pesquisa de forma concisa para, em seguida, serem desenvolvidas as conclusões sobre as problematizações e discussões levantadas no percurso desta dissertação.

1. CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS AO DESENVOLVIMENTO DA PSICOLOGIA

Neste capítulo, pretende-se discorrer de forma crítica sobre a Psicologia dominante na história. A ênfase é identificar suas raízes histórico-sociais, e pensar de que forma há, em sua trajetória, uma relação com o capitalismo. Demonstrar-se-á a determinação socioeconômica como primordial na produção e manutenção da Psicologia, assim como há uma ênfase sobre a sua funcionalidade como instrumento auxiliar do modo de produção capitalista.

Desta forma, o capítulo destaca o surgimento da Psicologia, apontando de forma crítica sua relação com o capitalismo. Também discute como a Psicologia Dominante aparece no contexto brasileiro, explicitando sua relação com práticas de controle, higienização moral, diferenciação e exclusão. Por fim, há uma discussão sobre as alternativas críticas à Psicologia Dominante no país.

Considera-se a importância desse panorama histórico da Psicologia para compreender as determinações que culminaram nas produções teórico-críticas da Psicologia Dominante que foram surgindo no Brasil. Dessa forma, pretende-se estabelecer as bases teóricas da Psicologia Sócio-histórica como uma alternativa à Psicologia tradicional que, na sequência, designou dentro dessa abordagem a construção da OP, sustentada na relação dialética indivíduo e sociedade.

1.1 Psicologia e Capitalismo: crítica à Psicologia dominante

Para se pensar as origens de uma ciência parte-se, geralmente, de um marco fundante. A Psicologia tem o seu marco inicial associado à criação do laboratório experimental de Leipzig, por Wilhelm Wundt, em 1879. Mas esse marco expressa muito pouco sobre sua história como ciência e profissão. Portanto, para compreendê-la, deve-se partir de uma perspectiva histórica desde a totalidade social em que a Psicologia se insere (Yamamoto, 1987).

O surgimento e o estabelecimento da Psicologia enquanto ciência independente ocorrem paralelamente com o surgimento e o estabelecimento de uma formação histórico-social específica: as sociedades capitalistas europeias. Neste sentido, a ciência psicológica aparece associada com as demandas do capital (Yamamoto, 1987).

O final do século XIX, período de nascimento da Psicologia como ciência independente, é um momento de grandes mudanças e transformações históricas na sociedade europeia. Nela se estabeleceram novas relações de propriedade, familiares e estatais que engendraram a necessidade de uma ciência e de práticas capazes de compreender e manter a ordem social, atuando no nível individual (Parker, 2014).

A ascensão do capitalismo industrial teve seu berço no século XVIII, com duas importantes revoluções: no âmbito político, a Revolução Francesa; e no âmbito econômico, a Revolução Industrial inglesa. Ambas transformaram a organização da vida social, pois foram marcos na passagem do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista (Patto, 1999).

A passagem do feudalismo para o capitalismo evidenciou a transição da centralidade da exploração do trabalho servil camponês para a exploração do trabalhador assalariado que vende sua força de trabalho para sobreviver. Os trabalhadores são expropriados por capitalistas que buscam o lucro e a acumulação de capital. Essa é a principal expressão do antagonismo entre os capitalistas e o proletariado (Patto, 1999).

Os avanços significativos do modo de produção capitalista dependem da exploração do trabalho e sua alienação. O trabalho explorado é um meio para satisfazer necessidades de quem trabalha, mas nesse ínterim, um outro se apropria do produto desse trabalho (Patto, 1999).

O sujeito que realiza o trabalho alienado acaba por mortificar-se no capitalismo. Há um processo de animalização: o trabalhador só se enxerga como ser livre quando exerce funções animais como comer, beber e procriar; ao mesmo tempo, se sente aprisionado exercendo uma atividade especificamente humana, isto é, o trabalho. Patto (1999), a partir de Marx, chama esse processo de inversão desumanizadora, já que o trabalhador se animaliza ao exercer funções humanas e se humaniza ao exercer funções animais.

As novas formas de produção e reprodução da vida no capitalismo introduzem a dinâmica de conversão das mercadorias em capital e de acumulação de riquezas a partir da exploração de trabalhadores por proprietários dos meios de produção. O trabalhador é formalmente livre para vender sua força de trabalho e quem não se adapta à nova dinâmica está sujeito a punições (Yamamoto, 1987).

Para se explorar ainda mais os trabalhadores, gerando assim maiores lucros, os capitalistas buscaram ter maior controle sobre o processo de trabalho, inicialmente por meio da divisão manufatureira do trabalho. Através dela o processo de trabalho é realizado por diversas pessoas, cada uma responsável por operações parcelares. Temos nesse momento a fragmentação do trabalho e o estabelecimento de hierarquias em seu ambiente, processos que têm várias consequências na constituição histórica e social do sujeito (Yamamoto, 1987).

Com a consolidação do capitalismo também houve um dos maiores êxodos humanos da história. Diante das condições insustentáveis de sobrevivência no campo, criadas pelo cercamento das terras, camponeses migraram para cidades para trabalharem em indústrias em troca de salário, isto é, o mínimo necessário para a sobrevivência diante da ameaça constante de miséria (Patto, 1999).

Embora ainda fosse hegemônica a ideologia que se construiu a partir das palavras de ordem da Revolução Francesa, de que todos eram iguais, em momentos de crise e em determinados setores o contraste dos antagonismos de classes saltava aos olhos diante de qualquer um. As ciências sociais, nesta situação histórica, atuaram justificando as grandes contradições sociais (Patto, 1999).

A visão de mundo burguesa envolvia a “crença no progresso do desenvolvimento humano, na racionalidade, na riqueza e no controle sobre a natureza (Patto, 1999, p. 39)”. Tal concepção, se alastrou por várias regiões do mundo, contribuindo para a sustentação do modo de produção capitalista.

O indivíduo privado é expressão da era burguesa. No nível individual, o cidadão deve ser bem-sucedido por meio de seu próprio mérito. Esta tese enaltece e dissemina a crença em uma liberdade individual independente de condições sociais. A declaração dos direitos do homem, de 1789, é a expressão documental da visão burguesa sobre a liberdade individual: explícita que todos são considerados iguais diante da lei e das oportunidades de sucesso

profissional, mas não expõe que as desigualdades sociais distinguem quem terá sucesso ou não (Patto, 1999).

Como afirma Parker (2014, p. 20): a “propriedade privada implicou na ideia de que os processos mentais são possuídos por cada indivíduo”. Com o crescimento capitalista e o consequente acirramento competitivo entre proprietários ou trabalhadores na esfera do mercado, as diferenças sociais pareciam o resultado de supostas habilidades individuais, e não de condições sociais.

Outro marco importante na transição do feudalismo ao capitalismo foi a configuração da relação entre ciência e capital, especialmente a partir da contribuição da primeira para o aumento da produtividade pelo desenvolvimento de máquinas. Essa transição histórica instituiu a ciência como um dos instrumentos usados pelo capital. Este, inclusive, serviu-se da ciência para oferecer explicações “científicas” sobre os seres humanos que estavam de acordo com a ideologia da classe dominante. Nesse sentido, a relação dos seres humanos com a propriedade privada e processos correlatos, como a competição e o desejo humano de se possuir mais, passa a ser retratada pelas ciências sociais como expressão de características da natureza humana. Foi neste cenário que ocorreu o início de investigações psicológicas a partir de uma ciência parcial, a Psicologia (Yamamoto, 1987).

O capitalista, em sua busca constante por lucro, enfrenta a oposição dos trabalhadores que tentam, de diferentes maneiras, resistir às condições de exploração. Para tanto, recursos científicos eram instrumentos que contribuíam para a racionalização e aumento do controle do trabalho. Nesse contexto surge a organização racional do trabalho conhecida como taylorismo, a qual utilizou saberes psicológicos e, também, guiou pesquisas e práticas na Psicologia. Tal processo apenas intensifica a alienação do trabalho, a supressão da intencionalidade do trabalhador, assim como a cisão entre trabalho manual e trabalho intelectual (Yamamoto, 1987).

A relação entre Psicologia e capital é muito explícita no campo da “indústria”. Trata-se de uma relação que, a partir da dimensão histórico-social, permite entendermos muito mais a Psicologia do que pelo estudo do laboratório fundado por Wundt. Também é a história da sociedade capitalista que explicita as razões pelas quais a Psicologia buscou mensurar e quantificar os fatos da consciência, ao mesmo tempo que reelaborou as formas de se

compreender a consciência, enfatizando os conceitos de aptidão e percepção. Todos estes processos eram fundamentais para o processo de exploração do trabalhador nas indústrias (Yamamoto, 1987).

Como serviçal da economia capitalista, a Psicologia Industrial tentou promover a adaptação do trabalhador às novas dinâmicas do trabalho com o fim de eliminar os problemas que o comportamento humano acarreta para os lucros das indústrias. Para tanto, foram empregados a testagem psicológica e o estudo das relações sociais do trabalho (relações humanas). Em síntese, a Psicologia Industrial, ao tentar solucionar os conflitos humanos na produção, fortaleceu a objetificação do ser humano (Yamamoto, 1987). E, nesse sentido, promoveu a ideia de “homem certo no lugar certo” a fim de exercer maior controle sobre a produção, objetivando lucro e, simultaneamente, suprimindo os vários aspectos da complexidade do comportamento humano.

A partir do exposto, pode-se afirmar que o surgimento da Psicologia enquanto ciência foi engendrado por transformações das formas de produção da vida no capitalismo. A Psicologia articula-se com a manutenção de uma ordem social e, portanto, hegemonicamente, está a serviço de interesses das classes dominantes. A exemplo disso vemos a individualização e naturalização que são configuradas na Psicologia vocacional, possibilitando a determinação do ser naturalmente pronto a cumprir estipuladas funções de trabalho.

Após o surgimento da Psicologia, houve uma crescente aproximação com o positivismo – especialmente após sua americanização. Os psicólogos, já no início do século XX, sob influência do positivismo, tomaram como missão se afastar de “especulações filosóficas” e fundamentar seus estudos em evidências empíricas com a finalidade de prever comportamentos observáveis e controlá-los. Esta aliança servia para ampliar a “relevância social” da Psicologia e, ao mesmo tempo, legitimá-la sob um manto de cientificidade. No entanto, uma vez que a história humana não se reduz a fatos observáveis de forma neutra, o positivismo produziu enormes mistificações na e sobre a Psicologia (Parker, 2014).

Além da área “industrial”, a relação entre Psicologia e capital também se expressou em outras áreas, como a educação e a medicina. No campo da educação, os primeiros nomes significativos foram Francis Galton, criando instrumentos de medição e classificação da inteligência e personalidade; e Alfred Binet, com sua Escala de Inteligência. Na escola, a

função dos psicólogos era mensurar as habilidades e capacidades de aprendizagem das crianças. A classificação e rotulação dessa faixa-etária serviu para a segregação ideológica preconceituosa (Yamamoto, 1987; Patto, 1999).

Já a Psicologia Clínica, uma das áreas mais importantes da Psicologia hoje, surgiu das interfaces com a medicina e com o papel desta na definição sobre o que é considerado normal. A normalidade passa a ser sinônimo de funcionamento regular do organismo em um certo ambiente. Apesar da complexidade dos transtornos de personalidade, no capitalismo a loucura passa a ser vista como doença e as pessoas consideradas loucas devem ser levadas à reclusão em instituições. Isso ocorre por apresentarem uma suposta incapacidade de viver em sociedade apenas porque não são “produtivas” do ponto de vista do capital. São excluídas as pessoas consideradas ociosas e que não se encaixam no padrão social marcado pela compra e venda da força de trabalho. Patologiza-se tudo o que não contribui para a produção e circulação de mercadorias ou o acúmulo de riquezas (Yamamoto, 1987). Patto (2009) caracteriza muito bem o tratamento oferecido ao sujeito “ocioso” ou “imoral” que era conduzido para instituições de reclusão:

Normal é quem trabalha e obedece. Normal é quem não protesta, não reivindica e colabora com a ordem estabelecida. Tudo que se afaste disso é rotulado como patologia. Por cientistas, juristas, médicos (pediatras, higienistas, psiquiatras) e educadores entre os quais estavam os primeiros porta-vozes dos conhecimentos produzidos pela Psicologia (Patto, 2009, p. 32).

É neste contexto que a Psicologia Clínica aparece e estuda o patológico: parte de parâmetros que consideram o indivíduo normal como aquele que se adapta às exigências do capital e o indivíduo patológico como aquele que possui uma força de trabalho que não pode ser transformada em mercadoria (Yamamoto, 1987).

Em síntese, os interesses capitalistas na Psicologia também se manifestaram nos campos da saúde e da educação, especialmente na busca de adequação de mão de obra para ser explorada e, assim, produzir lucro aos proprietários de fábricas. Portanto, o Estado passou a regular os padrões de saúde física e mental das pessoas (Parker, 2014).

Após a II Guerra Mundial, no contexto de “boom” do desenvolvimento capitalista nos EUA, a Psicologia Clínica passa a focar necessidades de autoconhecimento e autodesenvolvimento. O fracasso passa a ser atribuído ao indivíduo: quem não obtém êxito é a

pessoa que não é capaz de alcançar o sucesso, mesmo tendo liberdade para isso (Yamamoto, 1987).

De modo geral, a Psicologia predominantemente expressa, ainda que marcada por contradições, a ideologia liberal dominante na ordem burguesa. A igualdade se reduz ao Direito Moderno que se materializa na figura jurídica do cidadão. Dessa forma, pode-se afirmar que a Psicologia naturaliza o ser humano individualista produzido no capitalismo e nega a relação indivíduo e sociedade como complexos histórico-concretos. Seu objeto de estudo é o indivíduo fragmentado pelas transformações sociais que estruturaram o capitalismo (Yamamoto, 1987).

Ideologicamente, a estrutura formal da Psicologia está submersa em ideias capitalistas. É uma ciência que, predominantemente, busca formar pessoas produtivas em sistemas político-econômicos baseados na competição e no lucro. Aquelas que não se encaixam nesse padrão, consideradas imprevisíveis, são dignas de atenção especial, tratamento ou mesmo isolamento, por serem caracterizadas como perigosas ao funcionamento regular da economia (Parker, 2014).

Percebe-se, portanto, que a história da Psicologia está intrinsecamente atrelada ao capitalismo. No entanto, uma boa parte dos psicólogos não estão cientes da atuação mantenedora da ordem que exercem na sua prática diária. A atuação psicológica no nível individual tem administrado e teorizado as relações sociais e isso implica em afirmar a naturalização de práticas desumanizantes necessárias à manutenção da sociedade capitalista. Se a Psicologia é mantenedora e reflete as ideias capitalistas, logo, é também ideologia que, muitas vezes, é invisível para o próprio psicólogo (Parker, 2014).

Uma das manifestações da Psicologia enquanto ideologia é o psicologismo. Este compreende processos humanos históricos e particulares como universais invariáveis. Além disso, toma o ser humano como um objeto que pode ser mensurado, controlado, coisificado, fragmentado e encaixado em padrões sociais pré-determinados. Essa concepção, segundo Parker (2014), é arbitrária, enquanto as formulações psicologizantes do ser humano reforçam a passividade diante da exploração e da opressão. Isso irá se refletir na OP por meio de concepções que consideram o ser humano imutável e, portanto, nega possibilidades de

transformação e desenvolvimento de habilidades que são promovidas por meio das relações sociais e históricas.

Os problemas sociais são convertidos em problemas psicológicos exclusivos do indivíduo isolado. Portanto, naturaliza-se algo que só pode ser compreendido por meio da explicação social e histórica. O que o psicologismo faz é acentuar as bases da disseminação do ideal de pessoa para viver nessa sociedade capitalista: ao indivíduo resta se adaptar à estrutura capitalista e à ambiência social criada nela. Quem não se encaixa nesse ideal é considerado como menos desenvolvido ou patológico (Parker, 2014).

A existência humana é naturalizada, o ser humano torna-se um ser determinado pela sua natureza, como uma coisa que por si só já existe antes da história. Sendo assim, “o ser humano é um ser inerentemente egoísta, proprietário e antissocial (Lacerda Júnior, 2010, p.48)”. Justamente esse pensamento omite algo substancial sobre a natureza humana, a historicidade.

É nesse contexto que o pensamento moderno rebaixa significativamente a possibilidade de transformação da história. A filosofia e a ciência aqui refletem a busca da burguesia de desenvolver um conhecimento capaz de manipular a realidade social em favor dos seus principais interesses. Coerente com esse pensamento, a ciência psicológica, geralmente, acaba por contribuir para a preservação do *status quo* ao endossá-lo e reproduzi-lo. Isto se dá de diferentes maneiras: concentração em fatores individuais em detrimento de determinações políticas, sociais e econômicas; nominar como desajustamento psicológico aquilo que é expressão de uma ordem social patriarcal, racista e classista; abstração do comportamento em relação às suas condições sociais; o tecnicismo profissional como resposta para problemas complexos que têm causas políticas, econômicas e sociais; ausência de criticidade diante do conformismo e neutralidade da profissão; predileção por valores dominantes em uma sociedade; surgimento de práticas e teorias que tratam problemas sociais centrais como superficiais e/ou secundários (Lacerda Jr, 2010).

Pode-se constatar que, de forma geral, a individualidade isolada é o que há de comum entre as divergentes teorias psicológicas. Trata-se da pressuposição ideológica predominante no complexo “psi”.

Em resumo, com a ascensão do modo de produção capitalista e dos ideários da Revolução Francesa, a Psicologia se desenvolveu como um instrumento mantenedor do capitalismo que, predominantemente, desempenhou a função de controlar ou regular o sujeito trabalhador conforme as necessidades do mercado. A Psicologia, servindo ao capitalismo, produziu teorias e práticas marcadas por sua contribuição às necessidades de reprodução do capitalismo, em especial de sua classe dominante.

A visão de mundo e de homem dominante no mundo capitalista determinaram não só a concepção de indivíduo dominante na Psicologia, mas as práticas científicas e seus objetivos. A Psicologia, enquanto ciência, refletiu acriticamente saberes e práticas científicos congruentes com a ideologia dominante no capitalismo.

Em uma sociedade em que o ser humano passa a depender da venda de sua força de trabalho, ele se tornou uma coisa a ser estudada e controlada. Assim, a reificação do ser humano fica evidente. Por mais que sejam significativas as diferenças nas diversas Psicologias existentes nos séculos XIX e XX, percebe-se vários traços comuns instrumentais para a sustentação do *status quo*.

Para ir além das teses mais gerais, o próximo tópico estuda a Psicologia no contexto brasileiro, destacando as determinações mais comuns de sua autonomização e como ela se deu articulada com processos de dominação expressos em um projeto de modernização que marcou a industrialização do país.

1.2 A Psicologia dominante no Brasil: autonomização da Psicologia e o projeto modernizador

Patto (2009) reitera que a história da Psicologia não está abstraída da história social, política e econômica do país em que foi e é produzida ou atua. Para a autora, a história da produção da Psicologia e a história brasileira estão intrinsecamente ligadas, ou seja, se determinam mutuamente. A ciência não surge em um vácuo e, por isso mesmo, não é neutra frente à história e os conflitos sociais. Portanto, práticas e ideias devem ser pensadas, considerando a quem, grupos ou classes, a Psicologia está servindo.

Antunes (2012), ao apresentar as contradições dos processos constituintes da autonomização da Psicologia no Brasil, parte de uma descrição que começa no período colonial. Aqui, já apareciam ideias psicológicas que legitimavam relações sociais de espoliação de riquezas por uma classe dominante exploradora que se utilizava do trabalho escravo na agricultura ou na mineração. Naquele período se constituiu um virulento aparato estatal de repressão e disseminação de ideologias. As ideias psicológicas foram utilizadas desde a colonização do país tanto por religiosos quanto por intelectuais propensos à manutenção de coroa portuguesa. Como expressão dessa disseminação, pode-se citar a Companhia de Jesus, que se responsabilizava tanto pela educação dos filhos dos colonos portugueses quanto da catequese para os filhos dos nativos da terra (Antunes, 2012).

Findado o período colonial no Brasil – que se esgota com a instalação da corte portuguesa no Rio de Janeiro e, posteriormente, com a instauração do império –, profundas mudanças econômicas, políticas e sociais ocorreram. Naquele período, as ideias psicológicas acompanharam o crescimento dos aparatos repressivo e administrativo no país. (Antunes, 2012).

Posteriormente, na República Velha, a Psicologia, no campo da educação, serviu para avaliar e selecionar quem entrava no sistema regular de ensino, preparando e definindo a elite dirigente. No campo da saúde, ideias psicológicas, sob a influência do higienismo e da eugenia, definiam quem seria internado nos hospitais e definiam práticas terapêuticas direcionadas à higienização moral. A naturalização da desigualdade social encontrou na Psicologia, profundamente influenciada pelo racismo científico, um instrumento que legitimava a naturalização da aptidão intelectual que diferenciava grupos e indivíduos (Patto, 2009).

Após a Proclamação da República, entre 1889 e 1930, o país viveu sob o domínio de oligarquias que governavam por meio de arranjos e acordos políticos. Destaca-se, assim, a distância entre os princípios democráticos liberais supostamente constitutivos da República e a política real que era autoritária e elitista (Patto, 1999). A autonomização da Psicologia acompanhou um conjunto de transformações da sociedade brasileira, em que a tendência a incorporar conhecimentos produzidos na Europa e nos Estados Unidos passou a ser cada vez mais dominante nos círculos científicos do país. Os estudos psicológicos se ampliaram,

especialmente no seio da medicina e da educação enquanto campos que buscavam contribuir, cientificamente, em processos de normalização e higienização da sociedade (Antunes, 2012).

É a partir desse período que se difunde um projeto modernizador que marca a autonomização da Psicologia. Conservadores e liberais almejavam um Brasil moderno e industrializado, assim como um povo apto a adaptar-se aos novos tempos. Desta forma, a educação, especialmente sob o ideário escolanovista, era vista como um instrumento do projeto modernizador por possibilitar um novo homem mais adaptado às tendências modernas. Neste momento, abre-se uma vaga para a Psicologia, pois esta era um dos fundamentos nucleares do escolanovismo. Este é o período de criação e expansão de laboratórios, publicações e traduções em que a Psicologia torna-se importante. Em outras palavras, os saberes psicológicos difundem-se e autonomizam-se em um campo específico que, fundamentalmente, foi engendrado por demandas de modernização carregadas de um ideário liberal (Antunes, 2012).

Importante destacar que o escolanovismo abriu espaço para explicações psicologizantes sobre as dificuldades de aprendizagem escolares, assim como práticas de classificação de estudantes guiados pela psicométrica e pelo higienismo (Patto, 1999). As reformas educacionais dos anos 1920 fortaleceram as citadas práticas. A partir daí, os testes começaram a tomar largo espaço na Psicologia do Brasil. A racionalidade dos testes não foi aplicada apenas em situações escolares, mas também na indústria e no comércio (Antunes, 2012).

Teorias racistas permaneceram fortes em estudos sobre as características do povo brasileiro realizados por intelectuais provenientes das elites dominantes na República Velha. À ciência foi destinada a missão de justificar o racismo no interior do liberalismo por meio de um “evolucionismo” mecanicista que explicava a suposta inferioridade das raças não brancas e sua subalternidade em relação aos brancos em âmbito nacional (Patto, 1999).

O projeto modernizador se intensifica ao longo da década de 1930, quando a revolução daquele período mostrou o papel da burguesia industrial emergente. Àquele momento, a Psicologia, cada vez mais autônoma, passa a existir em cursos de Ensino Superior. Há, ainda, considerável aumento de publicações, atividades de pesquisas,

associações e congressos de Psicologia. Esta se expandiu para além da educação, ganhando espaço em diversas organizações e instituições (Antunes, 2012).

Boechat (2017) articula a relação entre a Psicologia brasileira e a história da formação social brasileira colocando em evidência sua relação com o “ciclo democrático-nacional”. Este se desenvolve entre o golpe de 1930 e 1964 e é um momento histórico caracterizado pelo:

intenso e acelerado processo econômico de industrialização e urbanização da sociedade brasileira (consequência, em grande medida, dos impactos em nossa economia da crise mundial de 1929) e sua contrapartida no plano da luta de classes: o ascenso e a organização político-revolucionária da classe trabalhadora (Boechat, 2017, p. 60).

A ideologia do desenvolvimento nacional é dominante no ciclo democrático-nacional. Entende-se que a modernização e o desenvolvimento podem levar à superação do atraso econômico e de problemas políticos e sociais. Porém, na prática, o que estava em curso era um desenvolvimento capitalista tendo como personagens cruciais não só uma frágil burguesia emergente, mas também oligarquias agrárias e o imperialismo. Difundem-se ideias voltadas ao desenvolvimento nacional e à formação educacional de agentes necessários para efetivá-lo. Por iniciativa do Estado, algumas instituições como o Instituto Nacional de Pedagogia (que, posteriormente se converte no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, INEP), o Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP) e o Instituto de Estudos Brasileiros (ISEB) foram instrumentos desse movimento ideológico (Boechat, 2017).

A incorporação da Psicologia em instituições como o INEP e o ISOP foi crucial para o processo de consolidação da Psicologia no Brasil, pois passava a ser um campo que respondia demandas desenvolvimentistas hegemônicas na economia e na política do país. Ressalta-se, ainda, a importância do INEP, pois esta instituição atuante na educação contribuiu para a expansão do escolanovismo e a orientação e seleção de profissionais. Nela surgiu o primeiro laboratório autônomo de Psicologia do país, o que revela a centralidade da função da Psicologia na relação com a educação e trabalho no ciclo democrático-nacional. Da mesma forma, o ISOP contribuiu para o desenvolvimento da Psicologia brasileira, pois foram desenvolvidas pesquisas de várias modalidades de intervenção psicológica, e foram formados

profissionais que usavam a Psicologia para responder processos de organização do trabalho (Boechat, 2017).

Em 27 de agosto de 1962, a Lei nº 4119, coroando o processo de autonomização, formaliza-se a regulamentação da Psicologia como profissão e o estabelecimento de um currículo mínimo de formação. A Psicologia completa sua autonomização respondendo às necessidades do projeto político, econômico e social da ideologia modernizadora da classe dominante (Antunes, 2012).

Após a regulamentação da profissão, ocorre o golpe militar de 1964. Nos anos seguintes, especialmente a partir do esgotamento do “milagre brasileiro” e do encolhimento das possibilidades de atuação para profissionais liberais (perfil profissional dominante na Psicologia), há saturação de profissionais, agravada pela expansão da oferta de cursos de Psicologia. É neste período que aparecem perspectivas expressando oposição aos interesses dominantes e buscando comprometimento com a maioria da população (Antunes, 2012).

A narrativa apresentada aqui demonstra uma história da Psicologia estreitamente articulada com os setores dominantes. Atualmente, tem-se problematizado a história do compromisso da Psicologia brasileira com as elites. Tal compromisso resultou em uma ciência e uma atividade científica pautadas na busca de controle, categorização, diferenciação e higienização. São práticas instrumentais para a manutenção da ordem social e a busca por lucro pelo capital (Bock, 2009).

A fidelidade ao capitalismo ligou as práticas Psi com a manutenção de relações desiguais na história e se mantém até a atualidade. A Psicologia no Brasil atuou reforçando a desigualdade estrutural e o controle, fortalecendo a ideologia liberal e sustentando a ordem vigente. Portanto, está aqui a importância de se construir críticas e debates que superem as práticas dominantes em Psicologia (Patto, 2009).

Bock (2009) afirma que a fragilidade da Psicologia está nas suas respostas genéricas a determinados questionamentos levantados sobre a relevância social de suas práticas e teorias. A autora destaca a acomodação de uma profissão que não debate projetos de transformação social. Ao naturalizar o ser humano, a Psicologia negligenciou as possibilidades de transformações que mudam a relação do indivíduo com a sociedade.

Bock (2009) destaca vários elementos ideológicos da Psicologia dominante no Brasil. Para a autora, a Psicologia naturaliza o fenômeno psicológico ao considerá-lo como a-histórico. Totalmente diferente disso, o fenômeno psicológico é constituído na relação entre objetividade e subjetividade. Portanto, resulta de ações históricas do próprio ser humano. Naturalizar o fenômeno psicológico é um processo ideológico que oculta possibilidades de transformações do sistema existente (Bock, 2009).

Outra forma de ideologia destacada por Bock (2009) é a suposição de que as pessoas são capazes de promover seu próprio desenvolvimento. Em geral, profissionais da Psicologia atuam buscando ajudar o sujeito a se conhecer para se desenvolver por conta própria, como se isso fosse independente do mundo social. O que se espera é que a capacidade de desenvolvimento individual venha do próprio indivíduo. Isso só é possível se, de antemão, existir a adesão à tese de que o desenvolvimento individual é algo natural e a sociedade não constitui o indivíduo formador. Afastar a sociedade do ser humano é mascarar, na prática psicológica, determinações sociais a partir de saberes que refinam e mantêm a ideologia da classe dominante.

Nota-se que há muitos pontos comuns entre as contradições da Psicologia no Brasil e a história da Psicologia destacada no tópico anterior. Isso ocorre porque há uma raiz comum: o modo de produção capitalista. Este engendrou uma ciência recheada por conflitos sociais que marcam a estrutura capitalista.

As características do desenvolvimento da Psicologia no Brasil, em alguns momentos, destoam do movimento na Europa e isto decorre da especificidade histórica do país como formação social colonizada. Apesar disso, o país mantém a articulação da Psicologia com as ideologias dominantes. Isso porque a Psicologia brasileira repete a forma como a Psicologia em geral expressa o projeto de sociedade e a concepção de homem burguês, dominante no capitalismo. Portanto, incorpora em seus aparatos prático e teórico tudo aquilo que atende às necessidades de reprodução da sociedade capitalista.

O projeto modernizador que engendrou a Psicologia no Brasil tinha como horizonte o capitalismo europeu. Porém, os conflitos sociais do Brasil foram marcados pelo predomínio de relações sociais em que o domínio de pequenas elites oligárquicas e do imperialismo foi e

continua central no processo histórico. A seguir, pretende-se expor como se tentou, a partir da Psicologia, criticar e superar a ideologia dominante.

1.3 Alternativas na Psicologia brasileira: primeiras críticas.

Criticar a Psicologia significa rejeitar sua condição de instrumento do capitalismo. É, também, considerar que a Psicologia deve ser revisada, repensada e melhorada, tendo consciência de que ela pode contribuir para transformações limitadas, mas que de alguma forma promovem progresso. Por tudo isso, é importante destacar a importância de uma Psicologia que não reforça a exploração capitalista e que direciona sua teoria e sua prática a partir da defesa da emancipação humana. Um exemplo disto encontra-se na obra do psicólogo Ignacio Martín-Baró, quem teceu críticas à subserviência da Psicologia a determinados poderes dominantes. E promoveu críticas que direcionaram as propostas alternativas da Psicologia no Brasil.

Martín-Baró (2011) é um grande expoente da busca por alternativas à Psicologia tradicional. O autor buscou uma Psicologia que não fosse dependente de pesquisas e teorias incompatíveis com a realidade da América Latina. O autor tece várias críticas à Psicologia nesta região e não perde de vista a necessidade de repensar o seu papel em contextos de miséria, opressão e sofrimento entre as maiorias populares.

A psicologização dos processos sociais, para Martín-Baró (2011), é uma forma de fortalecer instituições ou processos opressivos presentes nas vidas dos povos latino-americanos. Isso porque, ao desviar a atenção dos processos históricos e sociais para fatores individuais e subjetivos, a Psicologia está justificando e legitimando a ordem dominante. Martín-Baró (2011) também critica o mimetismo científico. Este é caracterizado pela busca de status científico por meio da reprodução de um modelo de ciência aclamado no Primeiro Mundo e que expressa uma visão de mundo e de ser humano que é incompatível com o contexto histórico latino-americano. O autor também aponta que a epistemologia consolidada em pressupostos positivistas, individualistas, hedonistas, homeostáticos e a-históricos não é discutida criticamente pelos psicólogos latino-americanos.

A obra do autor não foi a única que criticou a Psicologia na América Latina. Por isso, destaca-se a emergência de perspectivas críticas no Brasil que possibilitaram e fortaleceram o movimento de estabelecimento da Psicologia Sócio-histórica no Brasil. As primeiras sementes foram a Psicologia Alternativa e a Contra-psicologia.

A Psicologia como profissão, no Brasil, em geral, caminhou de mãos dadas com as perspectivas ideológicas dominantes em variados momentos históricos. Essa situação começou a ser criticada e discutida nos meios acadêmicos e em entidades representativas que iniciavam a busca por alternativas teórico-práticas voltadas para as maiorias populares ou criticando as ideologias dominantes na profissão. Doravante, busca-se esboçar a emergência das Psicologias críticas para, em seguida, situá-las como uma vertente da Psicologia social.

O capitalismo dependente do Brasil tem seu contraponto na ciência psicológica em um movimento de reprodução, apropriação acrítica e produção de teorias que fortaleciam ideologias que sustentavam a ordem dominante. No entanto, ao mesmo tempo, a Psicologia também foi espaço de insatisfação e questionamentos a respeito da efetividade e da função da Psicologia em um contexto de desigualdade social, levando a debates e contestações. Críticas à Psicologia Tradicional começam a aparecer entre as décadas de 1970 e 1980, que eram alimentadas por diferentes processos: aumento de publicações e traduções de clássicos marxistas, circulação de textos ligados à antipsiquiatria e psiquiatria alternativa, e reorganização de setores da sociedade civil no encalço de uma abertura democrática. Tudo isso contribuiu para uma tomada de consciência sobre a necessidade de alternativas que tentassem sanar as lacunas teóricas e os problemas ideológicos da Psicologia. Surgiram tendências que buscavam incluir a maioria da população e questionar o poder dominante (Yamamoto, 1987; Lacerda, Jr., 2013).

As propostas que apresentavam certa consciência crítica foram chamadas por Yamamoto (1987) de “Psicologia Alternativa” e “Contra-psicologia”. Psicologia Alternativa refere-se à busca de possibilidades de superação das questões problemáticas existentes no campo profissional. Em geral, visam à inclusão da maioria da população, seja nos espaços característicos da(o) psicóloga(o), seja pela criação de novos campos.

Por exemplo, Yamamoto (1987) cita o trabalho de Botomé, que, entre os anos 1975 e 1978, dirigiu a Equipe Multidisciplinar da Secretaria de Higiene e Saúde do município de São

Paulo. Lá objetivava promover melhorias nas condições de saúde por meio da prestação de serviços adequados às necessidades da população. Realizada em uma instituição pública, a experiência ampliou o alcance de serviços psicológicos a um número considerável da população. Além disso, buscou desenvolver práticas distantes da Psicologia tradicional e condizentes com o contexto da população atendida. Outro exemplo citado por Yamamoto (1987) é o conjunto de trabalhos em comunidades, em que a atuação psicológica buscava ir ao encontro da população, oferecendo serviços psicológicos gratuitos e/ou que contribuíssem para a transformação social. A Psicologia na comunidade se caracterizava pelo uso de instrumentos e técnicas em diferentes pontos da cidade de São Paulo, a fim de contribuir para melhorias nas vidas dos moradores e grupos de bairros periféricos. Com isso, a Psicologia aproximou-se das classes populares com o fim de promover a conscientização de suas identidades psicossociais, objetivando a superação da condição de submissão por meio de atividades educativas, preventivas, organizativas e terapêuticas.

A “Contra-Psicologia”, segundo Yamamoto (1987), refere-se ao conjunto de ideias críticas à Psicologia dominante. Em outras palavras, são trabalhos teórico-críticos com bases no materialismo histórico, na psicanálise e em outras perspectivas que problematizam o comprometimento da Psicologia com a dominação, e denunciam a Psicologia, visando transformar o seu significado social. Para tanto, também buscam a construção de um corpo teórico crítico que responda aos desafios postos pelo contexto brasileiro à essa área. Um exemplo de produção teórica da Contra-psicologia é o trabalho de Maria Helena de Souza Patto, quem elaborou críticas ferrenhas à Psicologia Tradicional, em especial no que diz respeito à educação. A autora desmistificou crenças rotulantes da Psicologia sobre carência cultural, marginalidade social e deficiências de linguagem. Também buscou criar alternativas positivas para repensar a Psicologia. A autora considera a intervenção psicológica uma prática política que pode ser transformadora se existir esclarecimento ideológico (Yamamoto, 1987).

Esse processo histórico descrito acima teve como finalidade apresentar uma leitura crítica e histórico-social da Psicologia em sua relação com o capitalismo. A partir disso, pretendemos chegar ao surgimento do movimento de produções teórico-críticas à Psicologia dominante, considerada limitada a determinados contextos, e insatisfatória na relação teórico-prática. Foram destacados pontos limitantes da Psicologia, no entanto também foi possível

identificar a existência de formulações críticas no Brasil. Com elas, foram tecidas novas possibilidades de atuação da profissão que tentam romper com a Psicologia dominante e ideológica, a fim de se desenvolver uma Psicologia de perspectiva dialética voltada às massas populares. O próximo capítulo evidencia aspectos característicos das Psicologias Críticas, em especial uma de suas vertentes: a Psicologia Sócio-histórica.

2. PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA: UMA CORRENTE DAS PSICOLOGIAS CRÍTICAS.

No capítulo anterior apontou-se a instrumentalidade da Psicologia em diferentes contextos destacando como, no Brasil, após a autonomização da Psicologia, também apareceram algumas propostas críticas à Psicologia dominante. Por isso, foram destacados exemplos que tentaram superar os limites da Psicologia Dominante e que foram as primeiras manifestações de Psicologias Críticas no Brasil.

Após o percurso anterior, serão consideradas aqui como Psicologias Críticas as propostas que buscam criticar a sociedade e a Psicologia, assim como promover projetos emancipatórios e novas forma de reflexão a respeito de temas pertinentes à Psicologia, tais quais a subjetividade, indivíduo ou sujeito (Lacerda Jr.,2013).

Segundo Kahhale e Rosa (2009), a Psicologia Sócio-histórica é caracterizada pela busca da construção de um saber crítico. Portanto, essa vertente é coerente com as correntes que propõem a superação dos limites da Psicologia tradicional, submetida ao hegemônico, a-histórico e idealista, pelo desenvolvimento de um conhecimento com base na historicidade das sociedades humanas. Por isso, escolheu-se a Psicologia Sócio-histórica para delinear a atuação prática e teórica da intervenção na escolha profissional diante do desenvolvimento mais progressista nessa área e por seu retorno à maioria da população.

Neste capítulo pretende-se elucidar aspectos constituintes da Psicologia Crítica e situar a Psicologia Sócio-histórica como uma das diversas Psicologias Críticas que se desenvolveram no Brasil.

2.1 Psicologias Críticas

É a partir de condições sociais e políticas do contexto brasileiro que surgem várias formulações do pensamento crítico no Brasil. A Psicologia Crítica se delinea por

acontecimentos históricos, como a ditadura militar, a consolidação da democracia e o estabelecimento da hegemonia neoliberal na sociedade brasileira (Lacerda Jr.,2013).

Segundo Lacerda Jr. (2013), o desenvolvimento da Psicologia Crítica no Brasil foi marcado por três aspectos que impulsionaram seu desenvolvimento. O primeiro deles foi o contato ou a vinculação de profissionais da Psicologia às camadas oprimidas e exploradas da sociedade brasileira, assim como com movimentos de luta para a denúncia e transformação das desigualdades sociais no contexto brasileiro. Em segundo lugar, o crescimento da difusão de algumas das principais tradições da teoria social crítica que refletia sobre ciências, poder, subjetividade etc. Por fim, o último aspecto foi a constatação da insuficiência das teorias e práticas da Psicologia em novos campos de atuação que manifestavam novas demandas.

Nesse sentido, as propostas de Psicologia Crítica foram influenciadas por eventos históricos, como: a radicalização da luta contra a ditadura militar; a inserção de opositoristas nas entidades representativas da Psicologia; rupturas de círculos de psicanalistas com a Associação Internacional de Psicanálise; influência do movimento institucionalista; a propagação da luta antimanicomial e dos movimentos de saúde mental; expansão das pesquisas nas universidades brasileiras e a fundação da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO). Tudo isso foi crucial para fomentar produções teórico críticas nas décadas de 1980 e 1990 (Lacerda Jr., 2013).

A atuação, desde perspectivas críticas da Psicologia, foi fortemente influenciada pela entrada da profissão em espaços criados por políticas públicas e sociais. Nesses espaços foi possível a Psicologia ampliar seu trabalho às populações mais pobres e efetivar seu compromisso social com a maioria da população.

No mesmo período, aparece o tema do “compromisso social” como projeto formulado com o objetivo de construir uma Psicologia compromissada com a realidade social brasileira, considerando o contexto sócio-histórico e colocando a Psicologia como instrumento de transformação e emancipação. Buscava romper o compromisso que a Psicologia vinha honrando com as elites do país e estabelecer um novo lugar para ela. Buscando sempre uma intervenção crítica, procura pensar a ciência psicológica para romper com a naturalização da desigualdade social e as concepções universalizantes dos fenômenos psicológicos (Bock, 1999; Bock, Ferreira, Gonçalves & Furtado, 2007; Bock, 2008).

Outro campo importante foi a Psicologia Comunitária. Esta, a partir do olhar voltado aos oprimidos e explorados, começa com psicólogas(os) que vão até as comunidades prestar serviços. Posteriormente, desenvolveu-se um campo chamado Psicologia Social Comunitária, que afirmaria sua busca por transformação social. A luta antimanicomial, que almejava o fim dos hospícios e a implantação de espaços integradores, em que usuários, profissionais e familiares poderiam atuar conjuntamente, também foi um espaço que se destacou pela criticidade na Psicologia (Lacerda Jr., 2013).

Inicialmente, as formulações teórico críticas no início da construção da Psicologia Crítica no Brasil foram influenciadas pela psicanálise e por teorias marxistas. Com o decorrer do tempo, foram se tornando mais diversificadas, caracterizando a Psicologia Crítica como um campo com ideias que vão desde teorias marxistas e psicanalíticas até correntes pós-modernas e pós-estruturalistas (Lacerda Jr., 2013).

É importante salientar que o desenvolvimento das Psicologias Críticas no Brasil ocorre no ciclo democrático-popular, compreendido a partir do final da década de 1970. Esse período é caracterizado pelo:

ascenso das lutas operárias, sindicais e populares contra as políticas de arrocho salarial, o aumento do custo de vida e o rebaixamento real dos salários reais pela inflação, lutas que ganharam destaque com as greves do ABC paulista (Boechat, 2017, p. 63).

A partir disso, surgem projetos dentro das Psicologias Críticas que, durante o ciclo democrático-popular, vão se perdendo de seu horizonte quanto à crítica ao capitalismo e passam a trabalhar com conceitos que expressam um horizonte menos revolucionário. Isto ocorre, em especial, com a ideologia do compromisso social, em que o questionamento sobre qual referência de transformação e emancipação, de fato, sustenta esses conceitos, tendo em vista que o referencial marxiano, antes ponto de partida, se perde.

A ideologia do compromisso social passa a ser a ideologia vigente na Psicologia Crítica, que se consolida a partir de 1990. Seu objetivo é emancipar pela radicalização da democracia participativa. Salienta-se que vários conceitos que expressam essa ideologia passam a se difundir na Psicologia:

conceitos de cidadania, democracia, inclusão social, justiça social, participação social, bem como o clamor pela defesa e ampliação de direitos através da

organização e fortalecimento da sociedade civil e da conquista de políticas públicas e sociais (Boechat, 2017, p. 63).

Uma das expressões da Psicologia que foi instrumento ideológico desse ciclo foi a Psicologia Crítica desenvolvida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Em geral, critica-se a vertente tradicional por ser considerada elitista, individualista e positivista (Boechat, 2017).

Segundo Boechat (2017), o ciclo democrático-popular é o momento histórico em que surge a ideologia do compromisso social. O autor evidencia o abandono da perspectiva da emancipação humana em detrimento da emancipação política. Em outras palavras, afirma que o psicólogo comprometido com o social tem como horizonte o desenvolvimento da democracia participativa e da cidadania em detrimento da superação do capitalismo que produz a desigualdade social. Essa Psicologia progressista acaba por cair na reprodução de uma ideia hegemônica no ciclo democrático-popular: o pacto de classe que corrobora a sociabilidade burguesa.

Toda a exposição aqui demonstra que, embora o elitismo seja uma tendência hegemônica na Psicologia brasileira, existem movimentos que destacam a importância de a Psicologia olhar para a maior parte da população (Yamamoto, 1987; 2007). Um espaço importante para tanto foi a prática psicológica que se desenvolveu nos espaços criados com a expansão de políticas sociais no setor de bem-estar. Elas revelaram limitações da Psicologia, principalmente, no que concerne ao tratamento da “questão social” ou na organização e resistência dos mais pobres.

Neste sentido, mudanças no perfil profissional da(o) Psicóloga(o) fortaleceram a difusão de múltiplas concepções críticas sobre a Psicologia. Ainda há reprodução de teorias tradicionais e liberais na atuação, mas também há movimentos críticos (Lacerda Jr., 2013).

As crescentes formulações das Psicologias Críticas no Brasil tecem novas possibilidades de atuação da profissão que tentam romper com a Psicologia dominante para desenvolver propostas voltadas às massas populares. O próximo tópico apresenta, uma das Psicologias Críticas, conhecida como Psicologia Sócio-histórica.

2.2 Psicologia Sócio-histórica: origens e fundamentos

Expostos os elementos que caracterizam as Psicologias Críticas, pode-se, aqui, explorar mais sistematicamente a vertente escolhida neste trabalho: a Psicologia Sócio-histórica. Como afirmado anteriormente, entende-se que o campo, por ofertar serviços psicológicos às camadas populares, tem produzido a ampliação da oferta da Psicologia para a maioria da população. Além disso, trabalha com conceitos que consideram a dimensão histórica, relacional e contraditória, que é constitutiva dos fenômenos psíquicos.

A Psicologia Sócio-histórica caracteriza-se pela produção de conhecimento que abandona a neutralidade positivista, o objetivismo extremista e o idealismo. Por outro lado, instiga uma produção em que a materialidade do mundo jamais é negada. Desse modo, é uma perspectiva crítica à ideologia dominante que defende um posicionamento em prol de condições de vida contribuintes para a saúde psicológica:

O ponto central da Psicologia Sócio-histórica é colocar a Psicologia firmemente dentro do domínio da vida social e empregar a consciência social como mediação dos processos naturais e não derivá-lo diretamente deles. Toda estimulação imposta ao indivíduo, de fontes quer externas, quer internas é mediada pela consciência socialmente constituída (Ratner, 1995, p. 39).

A tendência ideológica da Psicologia em dar centralidade ao individual para explicar o comportamento humano, ao invés de analisar a relação dialética entre indivíduo e sociedade, é fortemente debatida e reformulada por vários autores na Psicologia Sócio-histórica. São autores que consideram a relação indivíduo e sociedade imprescindível na constituição psicológica do sujeito.

A Psicologia Sócio-histórica de matriz Histórico-cultural tem suas raízes na Psicologia Soviética que, progressivamente, difundiu-se no Ocidente. Ela foi influenciada pelo acontecimento histórico que mudou os rumos do país, a revolução socialista, e influenciada pela filosofia de Marx e Engels. Portanto, a Psicologia Sócio-histórica, produzida a partir da teoria histórico-cultural, é considerada uma Psicologia com fundamentos marxistas (Sirgado, 1990). Ela se destacou no Brasil por ser uma alternativa de articulação entre o marxismo e a Psicologia (Lacerda Jr., 2013).

Os principais expoentes da teoria Histórico-cultural foram L. S. Vygotsky (1896-1934), A. N. Leontiev (1903-1977) e A. R. Luria (1902-1977), responsáveis por vários estudos em Pedagogia, Psicologia, linguística e neurologia (Sirgado, 1990). Vygotsky estudou a Psicologia produzida até o período para construir um novo sistema teórico em Psicologia, com base no materialismo histórico e dialético, e ultrapassar limitações teóricas da época, produzindo uma nova concepção sobre o psiquismo humano, destacando sua origem social e histórica (Sirgado, 1990; Molon, 2011).

Vygotsky se destacou por sua dedicação aos estudos metodológicos e teóricos sobre os fenômenos psicológicos. Embora, tenha morrido jovem e antes de concluir suas obras, deixou um legado teórico importante para a Psicologia Sócio-histórica (Molon, 2011).

O método denominado por Vygotsky de lógico-histórico considera os fenômenos psíquicos como processos. Este método necessita explicar os fenômenos, suas mudanças e origens em sua totalidade (Sirgado, 1990).

Vygotsky ainda elucidou a necessidade de evidenciar a relação indivíduo e sociedade e a relação subjetividade e objetividade como estruturantes dos fenômenos psicológicos. Portanto, são relações que devem ser compreendidas de maneira não dicotômica, apreendendo o processo de constituição social dos indivíduos: o processo de desenvolvimento humano é uma conversão do plano intersubjetivo (social) para o plano intrassubjetivo (Aguiar, 2015; Gonçalves 2015).

Os estudos de Vygotsky, Leontiev e Luria adentraram a Psicologia Social brasileira em 1980, tendo como referência central para sua difusão os estudos de Silvia Lane. A autora buscou na Psicologia soviética uma nova concepção de homem que, posteriormente, orientou a Psicologia Sócio-histórica. Sílvia Lane foi uma das grandes precursoras da Psicologia Social Crítica, assumindo posição materialista. Esse processo crítico na Psicologia Social se fortaleceu com a criação da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), em 1980 (Lacerda Jr., 2013).

Lane criticou o cientificismo da Psicologia Social norte-americana, em especial a tese da neutralidade na Psicologia. A autora também destacou a teoria e prática como elementos indissociáveis e chamou o pesquisador de agente político responsável pela transformação da realidade e promotor da emancipação (Lane, 1989). Sendo assim, Lane influenciou

ativamente vários psicólogos e pesquisadores que se dedicaram à construção de uma proposta alternativa que ia contra as perspectivas dominantes e que buscavam ampliar a ação desta para a maioria da população. Este foi o caso do desenvolvimento da Psicologia Sócio-histórica (Lima et al., 2009).

As disparidades sociais do contexto brasileiro mobilizaram alguns professores e psicólogos, destacando-se Sílvia Lane e um grupo de pesquisadores da PUC-SP, a se implicarem a repensar a Psicologia Social. Ocorre, então, a ebulição de questionamentos que influenciam o surgimento da Psicologia Sócio-histórica. Um dos principais objetivos era, justamente, propor uma práxis que partisse da realidade brasileira desigual e excludente. Portanto, tratava-se de desenvolver uma Psicologia comprometida com a realidade histórica e social do Brasil e com a transformação social, focalizada na dialética indivíduo e sociedade. Pretendia-se, também, negar teorias naturalizantes, a-históricas, positivistas, fragmentárias e abstratas da Psicologia, restritas ao mundo acadêmico. Para isso, buscou-se difundir e disseminar reflexões críticas a respeito da atuação das/os psicólogas/os em comunidades e instituições, a fim de visualizar, intervir e promover transformação da realidade (Bertini, 2014; Lima et al., 2009).

Lane e sua equipe, ao propor estudos de uma Psicologia que superasse os referenciais metodológicos e teóricos que isolavam o psiquismo da sociedade e da história, torna obrigatória a teoria social marxista mediante a crítica à neutralidade científica e à concepção a-histórica de homem e sociedade. Assim, iniciam-se estudos para a busca de autores baseados nessa teoria. São encontrados os soviéticos, fundamentados no método dialético marxista, radicados na concepção da organização histórico-social e dialética do social no psiquismo, visando superar a dicotomia indivíduo e sociedade (Sawaia & Maheirie, s/d).

Inspirados pelas teorias soviéticas, Lane e sua equipe configuram a própria teoria, partilhando da fidelidade epistemológica ao marxismo, sem fundamentalismo e ortodoxias para ampliar horizontes analíticos. Assim, essa vertente foi nomeada de Psicologia Sócio-histórica para reforçar o “social” da concepção marxista de sociedade, e mostrar conexão com a teoria vygotskyana e flexibilidade de pesquisa com a realidade brasileira. Portanto, encontram na teoria da Psicologia Histórico-cultural do soviético Vygotsky a fundamentação teórica e filosófica dessa Psicologia, filha da Psicologia social (Sawaia & Maheirie, s/d).

No Brasil, este é o ponto de partida da Psicologia Sócio-histórica. Esta assume bases no materialismo histórico e dialético para compreender os processos psicossociais e a subjetividade humana. Busca a superação da dicotomia positivista entre objetividade e subjetividade e pensa os processos psicossociais como “construídos socialmente e desenvolvidos a partir da vivência intersubjetiva e das condições materiais existentes na vida da coletividade” (Bertini, 2014, p. 209).

Como afirmando anteriormente, o fundador da Psicologia Histórico-Cultural, Vygotsky, se fundamenta em pressupostos do materialismo histórico e dialético para estabelecer as bases de uma Psicologia que apreende a unidade das contradições na constituição dos fenômenos psicológicos. Vygotsky, na visão da Psicologia Sócio-histórica, compreendia a necessidade de um método capaz de apreender a complexidade do objeto de estudo da Psicologia (Gonçalves, 2015).

O materialismo histórico e dialético possibilita compreender a subjetividade de forma múltipla, como construção histórica constante e advinda das condições materiais concretas. Por meio da dialética, é possível a compreensão do objeto de estudo da Psicologia na relação recíproca com o contexto, em sua totalidade e em movimento constante. Evidenciando as teorias marxiana e marxista como bases epistemológicas da Psicologia Sócio-histórica, Bertini (2014, p. 212) afirma: “A preocupação da Psicologia Sócio-histórica de conhecer como o homem se insere no processo histórico deixa bem clara a concepção de conhecê-lo como ativo em sua realidade concreta e que pode ser agente de transformação social. A história material desse homem ativo constitui o quadro de sua vida, de suas emoções, da memória, dos afetos”.

Lane (1989) e sua equipe tinham uma preocupação interessante sobre o estudo das emoções nesse momento de estabelecimento da Psicologia Sócio-histórica. Diante dos pouquíssimos estudos sobre o tema, na época ela questiona se não era uma tentativa de enfatizar a racionalidade humana em detrimento do emocional, ou seja, sua relevância no psiquismo humano. Essa questão é colocada perante a importância da emoção como mediadora da consciência para desencadear atividade e produzir identidade, o que a torna, portanto, um fenômeno histórico e social. Para Lane, ao mesmo tempo que as emoções paralisam o sujeito, também o mobiliza para ações capazes de reestabelecer o equilíbrio homeostático.

Nesse sentido, mediado pelo social, o indivíduo não pode ser tomado de forma fragmentada em relação aos processos sociais e emoções. Ao mesmo tempo, não pode ser considerado uma expressão imediata da sociedade, isto é, como reprodutor passivo do meio. Por isso, a Psicologia Sócio-histórica busca a compreensão do ser humano por meio da relação constituinte entre indivíduo e sociedade (Aguiar, 2000).

Na articulação acima, é possível perceber que o surgimento da Psicologia Sócio-histórica pode ser considerada a expressão do descontentamento de professores, psicólogos e pesquisadores, dadas as suas vivências na relação com o mundo social, sobre uma Psicologia insuficiente em sua teoria e prática diante do contexto brasileiro que se apresentava. Com sua base teórica em Vygotsky e metodologia no materialismo histórico dialético, essa nova vertente propôs críticas capazes de romper com a Psicologia Dominante e construir novas propostas de intervenções que promovessem transformação social destacando, o enfoque na relação constante e indissociável entre indivíduo e sociedade.

Posto isto, o próximo tópico trará os conceitos básicos dessa perspectiva crítica e se deterá em aprofundar na importância do movimento dialético social e individual responsável pela constituição das categorias propostas para o entendimento do fenômeno psíquico.

2.3 Psicologia Sócio-histórica: conceitos básicos

Para a Psicologia Sócio-histórica, o ser humano não é apenas um ser influenciado pela sociedade, mas constituído por ela e constituinte dela. Portanto, o indivíduo resulta das condições históricas criadas pelas gerações anteriores, ou seja, não é só um aparato determinado biologicamente, mas um ser social, histórico, concreto e em movimento. Indivíduo e sociedade, objetividade e subjetividade, sujeito e objeto são categorias que existem em relações indissociáveis e são partes de um processo que se transforma constantemente, que determina e é determinado pelo ser humano (Aguiar, 2000; 2015).

As teorias psicológicas de Vygotsky, Luria e Leontiev apresentam várias categorias de estudo que consideram o psiquismo como fenômeno em constante processo dialético e material (Bertini, 2014; Aguiar & Machado, 2016).

É importante partir de alguns conceitos que sustentam a compreensão das categorias principais da Psicologia Sócio-histórica. Em primeiro lugar, a mediação, que se caracteriza pela relação dialética. Na vida humana, em especial, há que se considerar a mediação de instrumentos técnicos (produtos sociais) que regulam as ações sobre objetos, assim como o próprio psiquismo. Isso só é possível pela visão da relação não dicotômica (Bertini, 2014; Aguiar & Machado, 2016; Sirgado, 1990).

A mediação é um conceito através do qual a relação entre materialidade do mundo e a subjetividade dos indivíduos é dada na interposição entre os objetos a serem conhecidos e o sujeito. Ela carrega características de ambos e, assim, o sujeito passa a conhecer para além do material. Organiza a relação do homem com o mundo, pois não tem apenas a função de conexão entre singularidade e universalidade. Pode-se dizer que é um elemento que concretiza a realização de outro mesmo diferente dele. Ela medeia por meio de instrumentos e signos o desenvolvimento das funções psicológicas superiores. É, pois, um instrumento psicológico que influencia o ser humano em seu psiquismo, além de ser essencial para as atividades psicológicas voluntárias, intencionais, controladas pelo indivíduo (Aguiar & Ozella, 2006; Kato, 2009).

Outro conceito fundamental da Psicologia Sócio-histórica é a atividade, muito estudado por Leontiev. É um processo em que é concretizada a passagem sujeito-objeto. Nesse sentido, é ação sensorial prática do homem sobre o objeto, reconhecendo suas resistências e atuando sobre elas, subordinando-se conforme essas propriedades objetivas. A atividade é generalizada a todo espectro biológico, mas inclui o trabalho como uma atividade especificamente humana (Codo, 1994).

O sujeito é ativo justamente por meio da atividade que torna o mundo um objeto. No processo de objetivação, o sujeito realiza uma produção sociocultural em que as habilidades humanas vão se desenvolvendo e se tornando especificamente humanas. A atividade é a ação da humanidade sobre o mundo. Este é internalizado pela atividade. Por isso, ela é constitutiva da subjetividade. Atividade e subjetividade se articulam dialeticamente, pois encontram no objeto sua realização (Aguiar & Machado, 2016; Sirgado, 1990).

Por meio de sua atividade sobre a realidade, o indivíduo constrói sua existência no mundo, transformando a realidade natural e, neste processo, cria uma realidade social, além

de transformar a si próprio (Aguiar, 2000). Portanto, o objeto transformado e utilizado pelo indivíduo passa a ser humanizado, isto é, produto da intervenção humana (Bock, 2004)

A consciência é constituída pela atividade e possibilita atividades internas. A linguagem é o instrumento fundamental da constituição da consciência do sujeito e é dependente da realidade material e prática. A consciência transforma a realidade social em realidade psicológica e promove formas de pensar, agir e sentir. Portanto, a atividade externa por meio da internalização se torna uma atividade com significado mediado semioticamente. Sua compreensão exige a análise dos processos de internalização da linguagem. Em outras palavras, é a conversão ou a superação de algo social que se torna constitutivo do sujeito (Aguiar, 2000). Sendo assim: “a consciência deve ser vista como um sistema integrado e multideterminado, em uma processualidade permanente, na qual é possível a reconstrução interna do mundo objetivo (Aguiar, 2000, p. 140).

A subjetividade é o produto do processo de transformação do social em psicológico. Os significados que constituem a subjetividade são sociais e são internalizados como representações concretas dos objetos do mundo. Os significados sempre são articulados com os sentidos, isto é, as internalizações, de maneira singular, de alguma atividade. É construção subjetiva por ser compartilhada e construção individual ao serem atribuídos sentidos pessoais no processo de apropriação do significado social. O sentido é dinâmico, flexível, móvel e complexo (Aguiar & Machado, 2016; Molon, 2011; Aguiar, 2015).

Sendo assim, é a linguagem enquanto atividade, imprescindível para a formação do pensamento. Ela é necessária para as funções conscientes que requerem símbolos e possibilitam o pensamento abstrato. A linguagem é o instrumento que tece a relação entre consciência e atividade, pois, ao ser cristalizada enquanto habilidade do pensamento, possibilita o pensamento lógico abstrato e a transmissão de criações humanas de geração em geração por meio da internalização (Bock, 2004; Ratner, 1995).

Portanto: “pode-se afirmar que, para a Psicologia Sócio-histórica, o homem é um ser ativo, social e histórico. Essa é a sua condição humana, a qual lhe permite constituir suas formas de pensar, sentir e agir, ou seja, constituir sua consciência” (Aguiar, 2000, p. 128). Nesta perspectiva, não há um ser humano pronto e determinado, mas uma análise de como

condições sociais são constitutivas de um sujeito ativo por sua constante construção da natureza e da sociedade (Aguiar, 2000; Bertini 2014).

Em outras palavras “O homem nasce candidato a essa humanidade, humanidade esta que está no mundo material, cristalizada nos objetos, nas palavras e nos fenômenos da vida humana” (Bock, 2004, p. 31).

Em resumo, as categorias que orientam a Psicologia Sócio-histórica estão em constante relação dialética, são indissociáveis e complexas, destacando como a constituição do sujeito articula-se com o outro e a linguagem. Molon (2011, p. 619) enfatiza sobre a importância dada ao social na constituição, sendo ela não dicotômica e necessária: “A constituição implica a reciprocidade, a mutualidade e a organização semiótica. Neste sentido, um participa o outro no acontecimento social que acontece na dinâmica dialógica, na dinâmica dessas inter-relações”.

Segundo Ratner (1995), a socialidade e a consciência são faces de uma mesma moeda. É por meio dos estímulos sociais de relações complexas que a consciência floresce, enquanto a socialidade é criada pela consciência e dirigida por ela. Assim, a socialidade não é algo que “impacta” seus membros, é algo que expressa a origem e as possibilidades de mudança existentes para os últimos. Ainda segundo o autor, a socialidade é um sistema que possui normas sociais construídas, mantidas e comunicadas pela linguagem. Nesta, intenções, desejos, necessidades, pensamentos, sentimentos e personalidade partem da consciência formada socialmente. Logo, a socialidade pressupõe a constituição dos indivíduos: “O homem se constitui à medida que constitui e reconstitui a sociedade” (Ratner, 1995, p. 29).

Sendo assim, o biológico não controla o comportamento direcionado para a sobrevivência. Este é direcionado para a convivência social. Isso pode ser exemplificado por meio da atitude humana de se ajustar a perspectiva e ações do outro ou de sacrificar o prazer imediato em favor do social, evidenciando sensibilidade em relação ao outro. O indivíduo é um “eu em relação com outros” (Ratner, 1995).

Há processos de origem social que constituem o ser humano, entre eles estão: linguagem, pensamento, inteligência, autocontrole, deliberação, intencionalidade e vários outros. São funções psicológicas impulsionadas pela socialidade, contribuindo para o sujeito observar, sentir, pensar e resolver problemas de determinada forma (Ratner, 1995).

A relação social proporciona novos processos psicológicos elaborados e avançados. O indivíduo que se constitui isolado não se desenvolve pela falta de interação social. O fenômeno psicológico só pode ser estudado apreendendo a interação organizada dos indivíduos. Embora o sujeito tenha o seu papel no fenômeno psicológico, reconhece-se que aquele só se constitui ativamente como um ser social. Ele não nasce social, mas é moldado no contato cooperativo ou conflitivo com seus iguais (Ratner, 1995).

A cultura possibilita a consciência enquanto a atividade é geradora. Esta só funciona por meios sociais. A consciência impede que exista um impacto direto dos estímulos externos e internos sobre a pessoas. A primeira se configura de forma específica e muda os últimos. A consciência interpreta e organiza o meio graças às funções psicológicas. Portanto, lembranças, motivação, experiências perceptivas e emoções são processos que dão informações e modificam o arranjo cognitivo que precede a ação que altera o mundo físico e social (Ratner, 1995).

A formação da atividade pela cultura é o que possibilita existirem indivíduos singulares, com consciência ativa que seleciona, escolhe, abstrai, analisa, sintetiza, deduz, julga e orienta a atuação na vida social. A linguagem é mediadora central da relação indivíduo e sociedade, é instrumento crucial para a transmissão dos valores culturais, ao mesmo tempo em que é uma característica da consciência. A linguagem forma e exterioriza a consciência (Ratner, 1995).

As instituições sociais também constituem dialeticamente a consciência. Elas colocam o indivíduo diante de problemas, contradições e possibilidades sociais. O indivíduo apreende, planeja e atua graças à consciência. Sendo assim, a consciência social modifica as práticas sociais estabelecidas. O indivíduo realiza seus próprios fins, mas não faz isso independente de um padrão de ação já institucionalizado. Não há uma liberdade pura e abstrata na relação entre consciência e instituição, mas há liberdade social que é condicionada por um contexto social com possibilidades objetivas. A progressão da consciência apenas ocorre se a sociedade progredir (Ratner, 1995).

O uso de instrumentos pelos seres humanos, na relação consciência e socialidade trouxe a possibilidade de expansão dos processos psicológicos diante da enorme ampliação do bojo de atividades que conduziram a consciência a diversas formas de inventar, dirigir e

compreender. Ou seja, multiplica-se a quantidade de informação que o indivíduo deve processar, dadas as maiores possibilidades de relações recíprocas entre objetos que o uso do instrumento proporciona.

As interligações e relações mútuas de dependência entre consciência, socialidade e uso de instrumentos propiciam a formação da consciência por exigir a atividade social e tecnológica. Essa é a base para os princípios da Psicologia Sócio-histórica. Reiterando:

“A cultura e tecnologia fortalecem teleológica e casualmente a consciência. Assim sendo, a consciência incorpora o caráter de suas mediações culturais e tecnológicas formativas, e sua forma, conteúdo e nível de desenvolvimento refletem as mediações culturais e tecnológicas. Essa consciência social medeia o impacto dos estímulos. As emoções, as sensações, os motivos, as necessidades, a percepção e a recordação são partes integrantes da consciência social e estão impregnados de seu caráter social consciente. Finalmente, os indivíduos atuam sobre o mundo do estímulo pela intermediação da tecnologia e das instituições sociais” (Ratner, 1995, p. 51)

O ser humano se transforma na medida em que ocorrem as transformações da natureza, criando a sociedade por meio de uma atividade em que o primeiro busca a produção e reprodução da vida. Segundo Gonçalves, (2015, p. 49): “A origem das ideias produzidas socialmente está na base material da sociedade.” Assim, os objetos, o conhecimento e as ideias produzidos refletem a historicidade do contexto dos seres humanos que as produzem.

É por intermédio da palavra que o pesquisador irá se apropriar da subjetividade em constituição como objeto de estudo, pois a palavra é ponto de partida para a compreensão dos aspectos cognitivos, afetivos e volitivos (Gonçalves, 2015). Busca-se, portanto, a análise para além das aparências, que tem como objetivo a compreensão do processo de constituição da subjetividade, ou seja, buscam-se as determinações sociais e históricas da origem que configura essa categoria.

Em síntese, a Psicologia Sócio-histórica se propõe a ser uma Psicologia que atende às necessidades da população dentro da realidade concreta de seu contexto (Bock, 2004), parte da relação dialética indivíduo e sociedade, concebe o ser humano como produto histórico e produtor da história (Ratner, 1995). Ela compreende a importância da dialética entre teoria e práxis, nega a tese da neutralidade científica e, por fim, caracteriza-se pela busca da construção de uma Psicologia em constante movimento e que se supera (Aguiar, 2000;

Aguiar, 2015; Bertini, 2014; Bock, 2004; Gonçalves, 2015). Em adição, é em consonância com esses conceitos que a orientação profissional da Psicologia Sócio-histórica irá se basear, visto que a escolha profissional é orientada e se forma por meio da realidade concreta e das construções sociais que se dão na relação dialética. Além disso, a intervenção é considerada promotora de saúde, afinal, é através dela que a prática está em movimento constante entre teoria e prática na busca da superação das contradições presentes da atuação em OP.

3. A ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL NA PSICOLOGIA

Decidir sobre qual profissão escolher não é uma atribuição natural. A ideia de liberdade de escolha profissional só existe em um momento histórico e social que produz a necessidade dessa escolha.

Sabe-se que, historicamente, o trabalho foi tomando vários significados. Sendo assim, é possível afirmar que é somente com o advento do modo de produção capitalista que a necessidade de escolha profissional ganha importância (Bock, 2006).

O trabalhador precisa vender sua força de trabalho para sobreviver e o trabalho deixa de ser um meio de satisfação das necessidades para atender a busca de lucro e acúmulo do capital. Foi a divisão técnica do trabalho no capitalismo que engendrou o que virou “seleção” e, posteriormente, “escolha” profissional. Ligada a esta, há a ideia do “homem certo, no lugar certo” (Bock, 2006, p. 24”).

Pode-se perceber que, nos estudos desenvolvidos sobre essa temática, existem variações que representam a prática. Dentre elas as mais frequentes são a orientação vocacional e profissional. Esta dissertação traz outras duas expressões dignas de explicitação de seu uso, como a Seleção de pessoas e a orientação educacional. Portanto, a seguir serão expostas as definições de cada uma para melhor compreensão do conteúdo. Vale ressaltar que os autores estudados vão usar expressões diferentes para o mesmo tema, e isso será respeitado, pois irá envolver questões históricas de desenvolvimento tanto social como teórico. Autoras como Pimenta (1979) vão chamar de “orientação vocacional” enquanto Sílvia Bock (2006, 2014) e outras autoras (Aguiar Et. Al, 2015; Bock, 2015; Lassance & Sparta, 2003; Sparta, 2003) denominarão “orientação profissional”. No percurso histórico, a Seleção de pessoas irá surgir nos primeiros anos da prática, e a orientação educacional nas legislações brasileiras durante as décadas de 1940 a 1970 (Pimenta, 1979; Lassance & Sparta, 2003; Sparta, 2003).

A Seleção de pessoas tem seu surgimento ligado ao nascimento da Psicologia como ciência independente e as transformações de produção capitalistas. Fala-se de Seleção de

pessoas quando a prática é caracterizada pela adequação da frase do homem certo no lugar certo. Ou seja, a seleção e a escolha do trabalhador que melhor se encaixa e adapta em determinada função, evitando acidentes de trabalho e, assim, sendo mais produtivo, tendo expressão na sociedade industrial (Pimenta, 1979; Silva, 2000; Lassance & Sparta, 2003; Sparta, 2003).

Temos a orientação vocacional, que pode ser considerada uma sequência da seleção de pessoas, que acrescenta outras teorias e instrumentos. Caracteriza-se pelo uso da Teoria de Traços e fatores, pela psicometria e pela Psicologia Vocacional em que, por meio de testes, alocavam os sujeitos em determinadas funções de trabalho conforme suas habilidades. Tais aptidões eram consideradas imutáveis e desconsiderava-se a possibilidade de desenvolver outras habilidades, uma espécie de determinismo natural, afinal as habilidades consideradas inatas eram determinantes para decidir os candidatos mais aptos para executar funções (Aguiar Et. Al, 2015; Bock, 2015; Pimenta, 1979; Lassance & Sparta, 2003; Sparta, 2003).

O termo vocação refere-se à aptidão natural, inclinação natural ou espontânea a determinada função, uma vocação predestinada, quase religiosa. Nesse sentido, pode-se considerar as habilidades individuais como determinantes. O uso comum desse termo na atuação da Psicologia clínica insere a compreensão de que o usuário desse serviço busca o conhecimento de suas vocações como resposta suficiente para a escolha profissional. Nesse ínterim vão surgindo também críticas dentro dessa temática que, posteriormente, vão dando novas características a essa prática (Silva, 2000).

A orientação educacional foi uma área bem específica do contexto brasileiro, já que se desenvolveu inicialmente para promover a educação profissional, envolvendo seleção, preparação por meio de cursos, práticas cívicas e morais, entre outros. Nessa orientação, o que se pretendia era formar cidadãos aptos para o desenvolvimento industrial que acontecia no Brasil. Com o passar do tempo, essa prática foi se vinculando a outras orientações e, claramente, deixou de ter como objetivo principal a escolha profissional, e sim a formação educacional e cívica do indivíduo (Pimenta, 1979; Lassance & Sparta, 2003; Sparta, 2003).

Já a orientação profissional será a expressão do desenvolvimento da prática no decorrer dos anos, pois começou a se considerar que a escolha de um trabalho não dependia apenas de aptidões do indivíduo mas de uma série de aspectos que o envolvem e o formam (Bock, 2006; 2014; Aguiar Et. Al, 2015; Bock, 2015; Pimenta, 1979; Lassance & Sparta,

2003; Sparta, 2003). O termo “profissional” se remete à profissão, ao exercício de uma profissão ou ofício e do que é próprio dela. Essa terminologia irá referendar os documentos oficiais brasileiros, como na lei que regulamenta a Psicologia enquanto profissão autônoma, nas disciplinas concernentes à temática nos cursos de Psicologia, assim como em publicações no Ministério do trabalho. Ela também será frequentemente utilizada no Brasil por autores que criticam os moldes e teorias de escolhas profissionais tradicionais, propondo novas práticas e ações educativas (Silva, 2000).

Sendo assim, os próximos tópicos estarão delimitados na compreensão da evolução dessa prática no Brasil e seus aspectos socioeconômicos, influenciada pelas produções exportadas da Europa para o país. Posteriormente, pela exposição da orientação profissional pela abordagem Sócio-histórica como uma alternativa às insuficiências que vinham se delineando dentro da orientação profissional.

3.1 A orientação profissional no Brasil

A orientação profissional nasce em um contexto socioeconômico marcado pelo consumo e pela produção em massa, propiciada pela terceira revolução industrial¹. Nesse período, grandes empresas contratavam um grande contingente de pessoas assalariadas para exercer um trabalho segmentado e repetitivo. A atividade estava atrelada fundamentalmente à indústria. Por isso, existia grande preocupação com o aumento da produtividade e da eficiência industrial por meio do ajustamento do indivíduo a uma ocupação específica (Lassance & Sparta, 2003).

Em 1902, surge a orientação vocacional na cidade de Munique (Alemanha), quando foi instituído o primeiro Centro de Orientação Profissional. Em 1908, passou a existir um segundo escritório na cidade de Boston (EUA): o Centro de Orientação Vocacional (o

1 Segundo Lassance & Sparta (2003) a terceira revolução industrial se caracterizou pelas ideias de organização científica do trabalho de Taylor e a criação das linhas de montagem na indústria automobilística por Henry Ford, denominado movimento taylorista-fordista. Ou seja, período de desenvolvimento da automação das primeiras décadas do século XX. Esse movimento originou a sociedade capitalista de produção e consumo em massa que como consequência, foi o auge do desenvolvimento da sociedade industrial.

Vocational Bureau of Boston), dirigido por Frank Parsons. Os objetivos da orientação vocacional eram contribuir para o aumento da eficiência industrial e evitar acidentes de trabalho, identificando trabalhadores inaptos ou aptos para o exercício de determinada função (Pimenta, 1979; Sparta, 2003; Lassance & Sparta, 2003).

Temos aqui uma orientação vocacional que foi, nas décadas de 1920 e 1930, marcada pela Psicometria, Psicologia Diferencial e a Teoria do Traço e Fator. Buscava dar prognósticos que direcionavam o indivíduo para ocupações adequadas. Na década de 1940, há a publicação de um livro de Carl Rogers que apresenta os fundamentos da Terapia Centrada na Pessoa e influencia a orientação profissional ao enfatizar o tema da realização pessoal (Lassance & Sparta, 2003; Sparta, 2003).

A importância das aptidões e habilidades inatas dos indivíduos para definir a distribuição das pessoas em ocupações profissionais revelou-se insuficiente para a orientação profissional. Sob a influência do movimento humanista, nos anos seguintes apareceram teorias que não se limitavam a apontar aptidões inatas, revelando a importância da individualidade na escolha profissional (Pimenta, 1979; Sparta, 2003; Lassance & Sparta, 2003).

Na década de 1950, surgiu a teoria desenvolvimentista de Eli Ginzberg, que enfatizou o processo de desenvolvimento da escolha profissional. Aqui a escolha profissional é um processo evolutivo que começa no fim da infância e vai até o início da vida adulta. É uma teoria que quebra o paradigma inatista e dá espaço para várias outras teorias, como a Teoria desenvolvimentista de Donald Super, a Teoria Tipológica de Jonh Holland, as teorias do acidente, teorias psicodinâmicas, teorias da decisão e outras (Pimenta, 1979; Sparta, 2003; Lassance & Sparta, 2003).

No Brasil, a seleção de pessoas para determinados trabalhos ocorre em 1924, com o Serviço de Seleção e Orientação Profissional do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, dirigido pelo engenheiro suíço Roberto Mange. Nas décadas de 1930 e 1940, nesse caso a seleção de pessoas vinculou-se à educação, isto é, a orientação vocacional esteve fortemente atrelada a orientação educacional (Pimenta, 1979; Sparta 2003).

Pimenta (1979), estudando a orientação vocacional no Brasil entre 1942 e 1978, afirma que esta era uma prática educativa, considerada um auxílio aos estudantes a ponto de

estar contida em Leis Orgânicas, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e na Lei 5692/71. Ou seja, está presente em legislações que tratavam de diretrizes e bases do ensino de primeiro e segundo graus. Na orientação vocacional, há um enfoque psicologista que opera reproduzindo a estrutura capitalista de classes sociais (Pimenta, 1979).

Os decretos-leis da lei orgânica do ensino industrial, secundário, comercial, primário, normal e agrícola, que surgem na década de 1940, são as primeiras referências legais à orientação educacional. No período, há a fundação de instituições voltadas especificamente para a citada prática, como a Fundação Getúlio Vargas em 1944, a qual estudava a Organização Racional do Trabalho e a aplicabilidade da Psicologia no trabalho; e o Instituto Superior de Estudos e Pesquisa (ISOP) em 1947, referência no país para Seleção e Orientação Profissional. O governo auxiliou na promoção do curso “Seleção, orientação e readaptação profissional”, ministrado pelo psicólogo e psiquiatra espanhol Emílio Mira y López, um dos pioneiros da psicologia brasileira. A criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) serviu para a preparação rápida de mão de obra e promoveu o ensino profissionalizante em grande escala, enquanto se mantinha um sistema educacional precário (Pimenta, 1979; Sparta 2003).

Embora a definição e as funções da orientação educacional não fossem bem delineadas nas leis orgânicas, é possível afirmar que sua função era atender às necessidades do mercado de trabalho por meio da orientação vocacional com características da seleção de pessoas, resultantes do processo modernizador defendido pelo governo populista da época. Isto significava que a orientação educacional funcionava como um instrumento político de manutenção das relações vigentes entre as classes sociais no Brasil. Especificamente, a legislação, ao implementar a orientação educacional voltada para cursos profissionalizantes, refletiu a exigência de qualificação e diversificação da força de trabalho que empresas privadas necessitavam naquela conjuntura. Sendo assim, o Estado assumiu a responsabilidade do treinamento da força de trabalho conforme os interesses do mercado e, para tornar isso mais eficaz, recorreu à orientação educacional (Pimenta, 1979).

A Psicologia vocacional foi campo substancial para a prática. Inicialmente focou nas características das ocupações profissionais. Em seguida, passou a ser influenciada pela teoria de traços e fatores, deslocando seu enfoque para as características individuais mais adequadas

para as ocupações. Nessa perspectiva acreditava-se em aptidões inatas que determinam a vocação do indivíduo. Um determinismo vocacional que apenas expressa necessidades econômicas e históricas. Críticas à orientação vocacional como instrumento de controle, apontaram a necessidade de se repensar a prática (Pimenta, 1979).

Os documentos oficiais não revelavam um significado sistemático para orientação educacional, mas Pimenta (1979) em seus estudos, nota que ela é sempre concebida como um instrumento de adaptação dos métodos de ensino e atividades, com o fim de introduzir os alunos aos saberes, técnicas e artes conforme o sexo e a idade. Em outras palavras, busca a adaptação do ensino às habilidades dos alunos e vice-versa. As áreas que se destacam para esse fim são: orientação escolar, psicológica, familiar, profissional, recreativa e da saúde. Já a orientação vocacional ocorria como a identificação de aptidões por meio de testes psicológicos.

Nesse período, a prática começou baseada na informação profissional assistemática (palestras, entrevistas com profissionais, consultas a materiais impresso, debates e aconselhamento grupal). Com o tempo, estudiosos e profissionais destacaram a necessidade do processo de orientação vocacional ser planejado conforme os fundamentos da tomada de decisão racional, envolvendo família, professores e administradores, além de se fundamentar na Psicologia das relações interpessoais (Pimenta, 1979).

Da mesma forma, a Orientação Vocacional foi um instrumento de manutenção da estrutura capitalista de classes sociais, utilizado e promovido pelos órgãos governamentais por meio de legislações e incentivos. A necessidade de mão de obra preparada e hábil exigida para a expansão econômica no setor privado fez da distribuição das pessoas em determinadas ocupações um processo que se definiu conforme os interesses das classes dominantes. O objetivo não era ajudar o aluno a escolher uma profissão, mas ajustar o indivíduo para uma ocupação (Pimenta, 1979).

Portanto, cabia ao orientador educacional prevenir, identificar e ajustar os problemas e as diferenças individuais para garantir que os filhos da elite não se desviassem do objetivo principal: se qualificar pelo ensino superior. Enquanto isso, a orientação vocacional com fortes características da seleção de pessoas, fundamentada na psicometria, era a prática que ficava restrita à formação para ajustar os alunos ao mercado industrial. Nesse sentido, as

orientações para profissões eram definidas conforme a classe social de cada indivíduo. Tanto a orientação vocacional quanto a orientação educacional foram instrumentos para a estratificação de classes no Brasil (Pimenta, 1979).

O estudo de Pimenta (1979) mostra que a orientação vocacional na sociedade brasileira tinha como determinação a distribuição das pessoas de acordo com a classe social para as atividades produtivas. Em síntese, reproduz necessidades do modo de produção capitalista. Portanto, a autora enfatiza que a prática de orientação vocacional, entendida como processo de ajudar alguém a escolher uma ocupação, não está reduzida apenas à dimensão psicológica, mas também a vários outros constructos sociais e históricos (Pimenta, 1979).

Pimenta (1979) mostra que fatores socioeconômicos eram mais decisivos do que os fatores psicológicos na escolha profissional. Destaca também que as teorias utilizadas para a orientação vocacional não se adequavam ao contexto brasileiro e referendavam um ser humano fragmentado. Baseada na Psicologia dos indivíduos e das ocupações, a orientação vocacional reproduziu o psicologismo.

Pimenta (1979) critica teorias que dão espaço para determinismos ou psicologismos que desconsideram a relação do indivíduo com o mundo: “A dissecação psicológica sempre colocou o homem como determinado – biológica e socialmente- e jamais suscitou o problema da liberdade, enquanto consciência dos determinismos e possibilidade de neles intervir, isto é, apô-los, contrapô-los, combiná-los, refutá-los, transformá-los” (Pimenta, 1979, p. 48).

Ainda segundo a autora, a Orientação Vocacional era ineficiente por desconsiderar os condicionantes externos à pessoa que escolhe. Para superar isso, a autora busca, na fenomenologia e no existencialismo, o conceito de ser humano como sujeito da decisão. Mas percebe, em tais teorias, uma outra insuficiência: uma análise que não inclui o contexto socioeconômico.

Por isso, a autora questiona se existe liberdade de decisão, tendo em vista que as ocupações dos indivíduos são determinadas pela classe dominante. Pimenta (1979) finaliza afirmando a necessidade de uma revisão radical da orientação vocacional no Brasil para incluir especificidades do contexto social e econômico. Algo que, mais tarde, Lassance e Sparta (2003, p. 17) apontaram ao questionarem se o papel do orientador profissional é o de “reprodutor social ou agente de mudança”.

No Brasil, o movimento de crítica e de mudanças de paradigmas da orientação profissional começou nas décadas de 1960 e 1970, citado acima como exemplo a autora Pimenta (1979), enquanto na Europa iniciou-se na década de 1940 (Sparta, 2003). Aqui não houve transformações apenas em âmbito teórico, mas na própria prática e na representação da orientação profissional. A regulamentação da Psicologia como profissão, assim como o surgimento e regulamentação dos cursos de graduação resultaram em uma reorganização do ISOP. Este parou de prestar serviços ao público e começou a oferecer formação para especialistas, docentes e pesquisadores. Houve, ainda, um deslocamento da Orientação Profissional para a Psicologia Clínica, isto é, consultórios privados. Nesse contexto, a teoria mais utilizada foi a Estratégia Clínica de Orientação Vocacional, de base psicanalítica e proposta pelo argentino Rodolfo Bohoslavsky. Vale ressaltar que esta foi uma teoria crítica da orientação vocacional (Sparta, 2003).

A partir de 1970, a USP começou a oferecer serviços de orientação profissional que, para responder a uma grande demanda, focaram ações em grupos voltadas à aprendizagem da escolha. Este é o modelo de orientação profissional que largamente é utilizado em algumas regiões do país. Trata-se de um modelo psicopedagógico com enfoque na aprendizagem. Além dele, apareceram propostas como: Abordagem Integrada em Orientação Profissional de Maria Célia Lassance; Metodologia de Ativação de Aprendizagem de Maria da Glória Hissa e Marita Pinheiro; Paradigma Ecológico em Orientação Profissional de Jorge Sarriera. Vale ressaltar que permanece a produção de escalas e testes voltados à orientação profissional (Sparta, 2003).

Como perspectiva alternativa, temos o trabalho de Sílvio Bock. O autor desenvolveu uma orientação profissional a partir da Abordagem Sócio-histórica. Sua base teórica é a Teoria de Vygotsky e é, fundamentalmente, de cunho educativo, buscando a promoção da saúde do indivíduo que escolhe a profissão (Sparta, 2003).

Neste sentido Sílvio Bock definiu que a orientação profissional pode ser subdividida em três correntes guiadas por visões específicas de indivíduo e sociedade. Em primeiro lugar, há as teorias tradicionais que partem da tese de que o indivíduo possui habilidades inatas e estas definem os perfis profissionais. Para identificar habilidades e selecionar indivíduos, são utilizados testes, inventários, entrevistas e dramatizações. Esta primeira corrente é

fundamentada na e expressão da ideologia liberal. Por outro lado, há teorias que partem da crítica às teorias tradicionais e enfatizam a necessidade de compreender o indivíduo em sociedade, o modo de produção, aspectos ideológicos e as classes sociais – processos determinantes na escolha profissional (Bock, 2006).

Por fim, há as teorias que buscam ir além da crítica, buscando a compreensão da relação indivíduo-sociedade de forma dialética, não idealista e não liberal. O indivíduo, dessa forma, é percebido em sua totalidade, é fruto de suas relações sociais e da forma como interpreta o mundo. É nesta corrente que se situa a abordagem Sócio-histórica. Esta questiona a concepção liberal de indivíduo presente nas formulações tradicionais da orientação profissional, a imutabilidade das profissões, e enfatiza a multideterminação humana pela sociedade. Essa abordagem nega o conceito de vocação popularmente propagado, pois ninguém nasce determinado para uma atividade específica (Bock, 2006). A seguir, pretende-se elucidar os aspectos do modelo de orientação profissional para além da crítica, proposto por Sílvio Bock, e destacá-la como uma prática crítica orientada pela Psicologia Sócio-histórica.

3.2 A orientação profissional na Psicologia Sócio-histórica

A proposta de orientação profissional com base na Psicologia Sócio-histórica parte da experiência da prestação de serviços para escolas realizada pela Faculdade de Psicologia da PUC-SP. As atividades aconteciam por meio de estágios supervisionados e projetos de extensão coordenados por professores da Psicologia Sócio-histórica (Aguilar Et al. 2015).

A experiência realizada na PUC-SP buscou oferecer uma orientação como conjunto de intervenções que promovem a apropriação dos determinantes da escolha profissional (família, mercado de trabalho, condições objetivas, trabalho, condições subjetivas, saúde mental e física, valores, autoconhecimento, estudos, condições políticas, sociais, econômicas e culturais etc.). É por meio da conscientização desses determinantes que emerge a possibilidade de elaboração de projetos profissionais pelos participantes (Bock, 2006).

Na Psicologia Sócio-histórica, a orientação profissional é considerada promotora de saúde, uma vez que promove a amplificação da consciência sobre a realidade. Dessa forma, constrói em conjunto o desenvolvimento da autonomia dos sujeitos diante das demandas de

saúde do contexto histórico e social. Portanto, é propiciar condições em que os autores possam assumir o controle e responsabilidade sobre as ações individuais e planejadas através de informação, sensibilização, reflexão e organização dessas ações (Kahhale, Silva & Silva, 2014). Sendo assim, a OP instrumentaliza o indivíduo para pensar e atuar sobre os obstáculos apresentados pela realidade. É um trabalho educativo, mas objetiva a promoção de saúde mental ao trazer o indivíduo e suas relações sociais por meio de reflexões sobre a realidade (Bock, 2006; Aguiar Et al. 2015).

A explicitação das condições concretas é um meio utilizado na intervenção para a apreensão da história e dos conflitos do sujeito, lapidando o conhecimento de si e do outro das mistificações ideológicas. A ressignificação de relações e experiências permite a problematização daquilo que é naturalizado, ultrapassando aparências, percebendo o mundo e tendo consciência de si (Aguiar Et al. 2015).

A orientação profissional na Psicologia Sócio-histórica é concebida como processo que entende que o momento da escolha é determinado pela cultura educacional e profissional dominante na classe social e na sociedade. Nas classes médias, a escolha profissional ocorre, normalmente, com a conclusão do Ensino Médio. Nas populações de baixa renda isso não fica bem especificado, dada a necessidade de sobrevivência que acaba por determinar a inserção do sujeito no mercado de trabalho, limitando um ato reflexivo na escolha profissional. A escolha profissional deve ser para todos e vista como o direito de refletir, elaborar e realizar projetos (Bock, 2006).

O número de estudos sobre orientação profissional para as populações de baixa renda vem crescendo (Bock, 2010), embora ainda seja pouco expressivo. Os autores que se destacam são: Dulce Whitaker, Silvana Onofre, Norma de Fátima Garbulho, Aline Lunardelli, Tannie Shut e Sergio Ozela (Bock, 2010). Sobressai-se aqui Silvio Duarte Bock com sua tese de doutorado, que propõe a democratização da orientação profissional para as classes populares por meio da sua inserção na grade escolar. O autor, em seus trabalhos acadêmicos, teceu críticas sobre a temática, no que se distingue à democratização dessa prática para todos, mas é na tese de doutorado que ele se debruça na intervenção com 12 jovens com renda familiar de até três salários-mínimos. Eram jovens entre 18 e 21 anos e todos tinham a formação do ensino médio completa em escolas públicas (Bock, 2014).

O processo de orientação profissional se deu em 15 sessões de duas horas, subdivididas em três módulos, dos quais o primeiro foi “o significado da escolha profissional”, com três sessões; o segundo intitulado “O trabalho”, e o terceiro “autoconhecimento e informação profissional”, com temas intercalados nas demais sessões. Durante os encontros, os jovens eram conduzidos a fazer atividades preparadas antecipadamente sobre os temas que envolvem os módulos, a fim de se produzir reflexões sobre as opções profissionais dos sujeitos; sobre as expectativas e aspirações futuras de cada um; sobre o mercado de trabalho; sobre o vestibular; sobre as relações de gênero e a escolha profissional; sobre a vida escolar e a relação com as disciplinas diante da escolha da profissão; sobre vocação, dom, talento inato e valores pessoais (Bock, 2014).

A conclusão final de Bock (2014) diz respeito a uma indagação pertinente: o jovem da classe pobre realmente realiza a escolha profissional? Para responder a essa questão, ele reflete sobre a dicotomia entre o sujeito que escolhe com o que não escolhe por conta das determinações sociais. Em outras palavras, a dicotomia entre o ser que determina e é determinado. Na pesquisa de Bock a superação disso foi encontrada na dialética em que sujeito e sociedade são vertentes do mesmo processo. Isto é, o sujeito escolhe, mas a partir das determinações sociais, na relação entre o processo de construção de seus sentidos que são constituídos nas formas de relacionamento e produção social que delineiam suas experiências de vida. Portanto, a escolha profissional é uma forma de constituir a subjetividade, mas também de constituir o coletivo. Para estudar e compreender o processo de escolha profissional, é preciso se ater a essa dialética entre movimento pessoal e as condições objetivas e sociais.

Outro ponto conclusivo e considerado importante para Bock (2014) sobre a adequação de um projeto de orientação profissional para as classes de baixa renda é a necessidade de construir saberes e práticas condizentes com a realidade desses jovens, tendo em vista, que as produções e modelos de orientação profissional são voltados para a classe média. Embora, na pesquisa, os jovens tenham considerado o formato da intervenção proveitosa e as discussões consideradas importantes, percebe-se que esse serviço contribui muito pouco para eles. Isso se dá diante da concepção de que ter um trabalho já é suficiente. Com isso, não seria necessário considerar as especificidades de cada profissão. Outro fator é que o tema “carreira

universitária” está distante do contexto ao qual muitos estão inseridos. Isso porque não convivem com pessoas com formação superior e o tema não entra em seu cotidiano com frequência. Para isso, a inserção da cultura das profissões universitárias precisa ser repensada, a fim de ser trabalhada entre os participantes.

Essa adequação envolve também produção de outros meios de expressão para além da escrita como fonte de dados. Apesar da importância de se utilizar formas escritas, observou-se durante a pesquisa, que há déficit de repertório na expressão de pensamento por escrito. É entendido que isso parte de um déficit educacional, mas até isso ser sanado é preciso olhar essa condição, a fim de superá-la (Bock, 2014).

O estudo de Bock (2014) ainda traz a reflexão que diz respeito à necessidade de contribuições para elaboração e sugestões de políticas públicas para intervenções e procedimentos que relacionem a educação e o trabalho na orientação profissional. Para isso, ele certifica que a OP deve ser uma prática incluída no currículo escolar pelo menos no ensino médio. Além de possibilitar mais tempo de dedicação à intervenção, sua justificativa crítica reside no aspecto cultural que desvaloriza as profissões das pessoas de baixa renda, dada a divisão de trabalho intelectual/ manual que induz à crença de que não há escolha profissional para essa camada, demonstrando a negligência tanto da educação quanto da orientação profissional para as classes pobres. Portanto, segundo Bock (2014), o vazio de produções teóricas nessa área precisa ser preenchido como forma de construir políticas públicas na educação que valorizem a dimensão educativa da intervenção em OP. Com isso seria possível contribuir para a inserção dos jovens no trabalho de forma crítica e consciente.

Considerando o exposto até aqui, essa alternativa foi escolhida por seu caráter crítico e pela busca de uma prática que condiz com os contextos específicos de cada contexto social. Ela compõe as várias outras possibilidades de atuação para classes de renda baixa no Brasil, e tem se destacado como ponto de partida de produções na orientação profissional. Pode-se observar que o olhar voltado a esse público não foi suficiente para promover mudanças significativas, mas instiga a produção de alternativas que reflitam e produzam novos modelos condizentes com a realidade da maioria da população. Sendo assim, a orientação profissional da abordagem Sócio-histórica tem suas limitações, mas tem se expressado em posições críticas para construção de um saber mais democrático e coerente com a realidade.

4. CAPITALISMO E TRABALHO

No século XXI, o que se pode constatar sobre o trabalho é que ele segue ainda mais precarizado e explorado. Subemprego e desemprego sinalizam a desvalorização da força de trabalho como mercadoria e o desmonte de empregos, salários estáveis e condições de trabalho. Pode-se observar que a classe trabalhadora (pessoas que vivem da venda de sua força de trabalho e não possuem meios de produção) enfrenta a intensificação da fragmentação do processo de trabalho. Por isso, existe com maior heterogeneidade e diversidade em sua composição. Isso se dá ao mesmo tempo em que há em um intenso processo de perda de direitos promovido em favor do capital (Alves & Antunes, 2004, Alves, 2013).

Tudo isso é um resultado das transformações no mundo do trabalho que ainda estão em curso. São exemplos disso a desregulamentação do trabalho, a reestruturação produtiva, a diminuição do número de trabalhadores industriais ou fabris tradicionais. Como consequência disso, empregos formais e estáveis têm desaparecido em grande escala. Em contrapartida, tem crescido a contratação de trabalhadores terceirizados e há um crescimento do setor de serviços. Essas mudanças não significam qualidade de trabalho ou garantia de direitos, já que a principal característica do mundo trabalho atual é tendência à precarização (Alves & Antunes, 2004).

Dentre as características que marcam o mundo do trabalho no século XXI, está o aumento significativo do trabalho feminino. No entanto, seu crescimento se dá, especialmente, como trabalho terceirizado, precarizado, intensivo, desqualificado, com menores salários, dentre outras desigualdades em relação aos homens (Alves & Antunes, 2004).

Há ainda a marcante exclusão de jovens em idade de ingresso no mercado de trabalho, isto é, a partir dos 16 anos. Durante e após o ensino médio, eles são conduzidos a vender sua força de trabalho ou a investir na educação profissional por meio de cursos técnicos ou de graduação etc. Conseqüentemente, os jovens, diante das reduzidas perspectivas de trabalho, recorrem a empregos ou atividades precárias. O cenário trabalhista também mostra a exclusão de pessoas com mais de 40 anos do mercado. Com isso, os mais velhos se apegam a empregos

informais ou voluntários e engrossam as filas dos desempregados. Posto isso, há ainda a inserção criminosa de crianças em atividades produtivas (Alves & Antunes, 2004).

Diante do desemprego estrutural e do desmantelamento do Estado de bem-estar social, o papel do terceiro setor tem crescido como uma alternativa insuficiente e limitada para reduzir mazelas do desemprego (Alves & Antunes, 2004).

Tem ocorrido também a expansão do trabalho em domicílio, por meio de serviços informáticos fornecidos por uma rede de telecomunicações. Isso tem acontecido após o processo de desconcentração do processo produtivo promovido pela expansão de pequenas unidades produtivas. Assim como a terceirização, essa é uma forma de flexibilização e precarização do trabalho (Alves & Antunes, 2004).

Atualmente tem-se agravado a exploração e desregulamentação do trabalho do chamado “infoproletariado”. Estes dependem de meios de prestação de serviços realizado por trabalho *on-line* e por aplicativos. Muito comum e conhecido é o aplicativo Uber, de locomoção de passageiros. O trabalhador utiliza como instrumento um carro que é de sua responsabilidade, arca com os gastos do trabalho (seguridade, manutenções no veículo, alimentação, limpeza etc.), enquanto a empresa responsável pelo aplicativo recebe uma porcentagem pequena da corrida do trabalhador e está isenta de pagar os direitos trabalhistas. Tem-se ainda a função de entrega da Uber que tem acentuado a exploração dos entregadores do aplicativo e dado novos contornos para a categoria dos infoproletariados e dos mecanismos de controle do trabalho de autogerenciamento.

Em linhas gerais, a uberização como mecanismo do controle do trabalho é um algoritmo de gerenciamento que mapeia e administra o enorme contingente de trabalhadores informais. A esse respeito, temos o seguinte:

“A uberização é o processo em que o trabalhador informal se vê despojado de direitos, garantias e proteções associados ao trabalho e arca com riscos e custos de sua atividade. O trabalhador uberizado está disponível para o trabalho, mas só é utilizado de acordo com a demanda, consolidando-se então na condição de trabalhador *just-in-time*. Nesta, ele não conta com garantias nem determinações estáveis no que se refere à remuneração por duração da jornada de trabalho. Também é transferida para ele parte do gerenciamento do trabalho. Distante da figura do empreendedorismo ou da autonomia, trata-se de um autogerenciamento subordinado (Abílio, 2020, p. 580)”.

Por isso, fala-se de “uberização” do trabalho quando há exploração digital, na qual combina-se o mundo digital com a subordinação das ideias e o pragmatismo das corporações (Antunes, 2018).

Com a mundialização do capital, uma outra mudança no mundo do trabalho é a inserção de filiais de grandes empresas em vários países. Um país atua como sede e, nos outros, se emprega de forma precarizada, promovendo uma produção internacionalizada (Alves & Antunes, 2004).

Expostas algumas características do mundo do trabalho atual – guiado pelo capitalismo contemporâneo –, a seguir aprofunda-se no estudo da nova fase do capital, pois a relação entre capitalismo e trabalho é determinante para o que se projeta tanto para jovens no mercado de trabalho atual quanto para se pensar os desafios enfrentados pela orientação profissional pautada em uma abordagem sócio-histórica.

4.1 Capitalismo contemporâneo.

O trabalho realiza a transformação constante da realidade e é constituinte da sociedade. A manifestação atual do trabalho reflete o desenvolvimento humano e sua humanização ou desumanização no modo de produção capitalista. Em função disso, é imprescindível caracterizar o capitalismo para se compreender as características atuais do que se conhece enquanto trabalho.

Nas comunidades primitivas, o que se sabe sobre o trabalho é que ele servia apenas à satisfação das necessidades imediatas. Trabalhava-se para satisfazer necessidades de pequenas coletividades produtivas. O que era excedente, considerando que não era muito, era trocado. Por isso, era uma produção social, pois não tinha objetivos como a acumulação privada de riquezas (Mandel, 1982).

Com o desenvolvimento do trabalho, a produção lentamente ganhou novas características. O que se produzia passou a ser cada vez mais orientado para a troca. Também houve o fracionamento das comunidades em pequenos grupos em decorrência do processo de divisão social do trabalho, aparecimento da produção excedente, e a conseqüente propriedade privada do produto do trabalho. Com o tempo, a existência de mercadorias possibilitou a

pequena produção mercantil, isto é, a organização da produção para a troca, independente das necessidades das coletividades (Mandel, 1982).

O valor de troca das mercadorias era determinado pelo tempo de produção. Sendo assim, o valor de troca da mercadoria deve equivaler ao tempo socialmente necessário para a produção da mercadoria que será trocada (Mandel, 1982).

Para facilitar a troca de mercadoria, surge um equivalente que opera como valor de troca universal: a moeda. O seu representante nato é o proprietário de dinheiro especializado no comércio. Na produção mercantil, o mercador passa a comprar mercadorias para vender com preço maior que o de compra para obter lucro. Aqui perde-se a compra e venda para satisfação das necessidades, já que o objetivo do mercador é o enriquecimento. Este processo é antigo, ou seja, a existência do capital não é algo exclusivo das sociedades capitalistas (Mandel, 1982).

No entanto, o enriquecimento privado era frágil, pois ocorriam confiscos e roubos. Ocorreram, então, mudanças nas relações políticas para existir certo refreamento nos confiscos e possibilitar, assim, a acumulação que precedeu a introdução do capital no processo de produção. Este é o início do modo de produção capitalista. A produção de mais-valia passa do ramo da distribuição para o processo de produção (Mandel, 1982).

Busca-se produzir mercadorias para obter mais dinheiro. O capitalista compra mercadorias, como máquinas, instalações, matéria-prima e força de trabalho. A força de trabalho, com o auxílio de máquinas, transforma a matéria-prima em produtos que o proprietário vende para alcançar um valor maior do que aquele investido. Ao recuperar o valor, o proprietário reinveste parte do lucro para dar continuidade à produção de mercadorias e ampliar a acumulação de capital (Netto & Braz, 2006).

De modo geral, destacam-se três transformações socioeconômicas que contribuíram para o surgimento do capitalismo moderno: (1) a separação entre os produtores e os seus meios de produção para sua sobrevivência, tal como ocorreu com a expulsão dos camponeses das terras senhoriais; (2) o surgimento da burguesia moderna, monopolizando os meios de produção; (3) a venda da força de trabalho como mercadoria por quem não possui nada, a não ser sua força de trabalho (Mandel, 1982).

Nesse cenário, os meios de produção pertencem ao proprietário, logo, o fruto do trabalho é uma propriedade privada de capitalistas e não estão mais à disposição da coletividade. A concorrência é também fator determinante no modo de produção capitalista. Ela, juntamente com o objetivo de obter lucro máximo, impulsionam a busca por baratear os custos da produção das mercadorias e de acumulação de capital em máquinas, matéria-prima e mão de obra (Mandel, 1982).

A mais-valia nas sociedades pré-capitalistas é obtida no âmbito da circulação, de forma parasitária. Na sociedade capitalista não é diferente, mas é maquiada pela compra da força de trabalho. A mais-valia é obtida justamente pela apropriação do excedente produzido. Isso ocorre porque a força de trabalho cria valor, assim sua ação resulta na produção de algo de maior valor do que o preço pelo qual ela foi comprada como mercadoria. O pagamento do salário é feito pelo preço da força de trabalho, mas o valor criado por ela não é devolvido ao trabalhador – este é usurpado pelos capitalistas. (Mandel, 1982; Netto & Braz, 2006).

Logo, o trabalho realizado para além daquilo que é necessário para pagar a força de trabalho é usufruído pelo proprietário sem custo adicional ou uso de força, já que foi acordado um contrato entre as duas partes. Nessas condições, o operário ao vender sua força de trabalho, só obtém o valor necessário para sua subsistência. Essa diferença entre trabalho necessário e trabalho excedente não é inicialmente perceptível aos olhos do trabalhador, mas é essa expropriação do excedente que caracteriza a essência da exploração do trabalho no capitalismo, aspecto fundante do modo de produção capitalista. Se não fosse assim, o dono dos meios de produção não produziria a mercadoria já que seu objetivo final é a acumulação de capital (Mandel, 1982; Netto & Braz, 2006).

Efetivamente, a força de trabalho é mercadoria e seu valor é determinado pelo tempo socialmente necessário para produzir os bens que permitem sua manutenção e reprodução, ou seja, para suprir as necessidades fisiológicas de alimentação, abrigo e vestuário, além de outras de natureza sócio-histórica da força de trabalho. Outro aspecto que determina o salário é a evolução histórica da relação de forças entre classes (Mandel, 1982; Netto & Braz, 2006).

Das várias contradições que a acumulação do capital inseriu na sociedade moderna, é preciso destacar uma delas: enquanto o desenvolvimento científico e tecnológico avança, proporcionando a progressiva emancipação em relação ao trabalho manual, esse movimento é

limitado pelas necessidades do mercado e de enriquecimento privado dos capitalistas. Assim, a busca de acumulação contínua submete a humanidade às leis de mercado e brutaliza o trabalhador. O sujeito real da produção é degradado ao ser condicionado à objetividade reificada, ou seja, ele se torna um objeto da produção. Conseqüentemente, diante do estranhamento dos instrumentos, produto e condições do trabalho, o trabalhador é alienado das suas condições de vida e relações sociais.

Sendo assim, como consequência catastrófica do desenvolvimento técnico-científico no capitalismo, aparece a precarização sem precedentes da força humana de trabalho, além de contribuir substancialmente para a degradação do meio ambiente (Antunes, 2009; Mandel, 1982).

Se a mais-valia é o objetivo substancial do capitalismo, então ele se vale de quaisquer recursos capazes de produzir o aumento da primeira. Utilizam-se do prolongamento da jornada de trabalho (mais-valia absoluta), apesar de isso ser limitado, pois exaure o trabalhador, prejudicando sua reprodução, além de instigar lutas dos trabalhadores contra o aumento das jornadas de trabalho. Outro mecanismo é a redução dos salários e/ou o aumento da intensidade e produtividade do trabalho (mais-valia relativa). Este mecanismo fomenta a exploração do trabalho, pois o trabalhador tende a produzir mais durante a jornada de trabalho sem a necessidade de o contratante pagar mais por isso (Mandel, 1982; Netto & Braz, 2006).

A Mais-valia absoluta e a relativa não se excluem, embora a última seja a mais utilizada atualmente. A exploração do trabalho está presente em ambas e, portanto, contribuem para a pauperização do trabalhador (Netto & Braz, 2006).

Graças à produção manufatureira, o capitalista controla o processo de produção por meio da divisão social do trabalho. O trabalhador não controla mais todo o processo de trabalho e normalmente fica limitado a uma função específica durante a jornada de trabalho, ou seja, seu conhecimento do processo de trabalho é surrupiado e perde o controle de sua atividade (Netto & Braz, 2006).

Outro fator relevante é que o salário pode oscilar conforme as taxas de desemprego crescem ou decrescem. Assim, o exército de reserva, isto é, um conglomerado de pessoas desempregadas em busca de compradores para sua força de trabalho, serve para a desvalorização da mão de obra (Mandel, 1982; Netto & Braz, 2006).

As lutas operárias interferiram consideravelmente na evolução dos salários, pois resistiram à constante tentativa de sua redução mínimo vital fisiológico. Embora isso funcione como uma força que se contrapõe à tendência de pauperização da classe trabalhadora, esta sempre predomina (Mandel, 1982).

O capitalismo tem em sua constituição diversas contradições que vão marcando o desenvolvimento deste modo de produção. No entanto, a sua principal contradição é a luta entre o capital e o trabalho. Em decorrência dela, o capitalismo, enquanto modo de produção, passa por crises periódicas ou cíclicas, surgidas de tempos em tempos e que são inevitáveis, pois são fruto das contradições inerentes a ele. Seu ciclo é marcado por etapas de crescimento econômico, sobreaquecimento, crise e depressão. Em outras palavras, o aumento excessivo da produção em detrimento do poder de compra, faz com que os produtos se tornem invendáveis e, assim, decresce a atividade econômica, criando bases para as crises. Os rendimentos baixam, enquanto o desemprego e a miséria aumentam. Essas crises econômicas podem desencadear crises sociais e políticas que abrem possibilidades de transição para outra sociedade (Mandel, 1982).

A evolução do modo de produção capitalista pode ser caracterizada por duas etapas. A primeira é o período de livre concorrência. Nesta, as indústrias eram independentes umas das outras e cada uma atuava em ramos específicos de produção. Os produtos eram vendidos pelo menor preço possível. Porém, a concentração e centralização de capital e a revolução tecnológica mudaram tudo. Fusões, carteis etc. colocaram poucas empresas controlando parcelas significativas do mercado. Ao unirem-se em poucos grupos que controlam muitos ramos, os monopólios passam a controlar o mercado (Mandel, 1982).

Os grandes bancos se aproveitaram desse momento do capitalismo e passaram a dominar a vida financeira dos países capitalistas. Com isso, pequenos grupos financeiros detêm o monopólio de créditos para grandes indústrias e, desta maneira, tornam-se agentes centrais na economia, passando a concentrar o controle sobre a indústria (Mandel, 1982).

A monopolização não é um indicativo de extinção da livre concorrência, dado que ela permanece entre os setores não monopolizados e entre os próprios monopólios. Também não resulta em maior controle sobre o mercado financeiro. Ela apenas faz com que a concorrência

deixe de ser regulada pela baixa dos preços dos produtos. Logo, os lucros produzidos pelas empresas monopolísticas são maiores (Mandel, 1982).

Com a monopolização, há a exportação de capital para países subdesenvolvidos com o fim de obter lucros superiores. Por isso, o capitalismo monopolista é considerado a fase imperialista do capital, pois é marcado pela partilha do mundo em mercados influenciados pelas grandes potências imperialistas. Desse modo, há a intervenção da burguesia imperialista sobre os países coloniais. Uma das causas do subdesenvolvimento nesses países é o imperialismo (Mandel, 1982).

O imperialismo pode ser dividido em duas fases. A fase clássica, que começa um pouco antes da I Guerra Mundial e dura até o término da II Guerra Mundial e que teve como centro o truste monopolístico nacional. A segunda fase, denominada capitalismo tardio, que começa após a II Guerra Mundial e tem como célula base a sociedade multinacional (Mandel, 1982).

O capitalismo tardio caracteriza-se pela aceleração da inovação tecnológica, pela diminuição do tempo de amortização dos investimentos em máquinas, pela crescente importância de se calcular e planificar custos e investimentos e pela adequação do Estado a uma programação econômica. Nesta nova fase há a desintegração dos impérios coloniais e os países coloniais se tornam semicoloniais, o que é sinalizado pelo início de industrialização na esfera de bens de consumo (Mandel, 1982).

O modo de produção capitalista não é apenas um modo de produzir e reproduzir mercadorias, mas também de produzir e reproduzir relações sociais. O início e fim da produção da mercadoria são sustentados por relações sociais. Estas tendem a polarizar: de um lado, grande riqueza; de outro, grande pobreza que circunscreve o acesso de pessoas aos bens necessários à vida (Netto & Braz, 2006).

Segundo Antunes (2009, p. 23): “De fato, o capital, como tal, nada mais é do que uma dinâmica, um modo e meio totalizante e dominante de mediação reprodutiva, articulado com um elenco historicamente específico de estruturas envolvidas institucionalmente, tanto quanto de práticas sociais salvaguardadas”. Subordina todas as funções reprodutivas sociais – inclusive relações familiares, produção de obras de arte etc. – ao objetivo máximo de produção e expansão do capital.

O capital é uma estrutura totalizante de organização e controle do metabolismo social. No capitalismo as pessoas devem se adaptar à sua lógica, pois ele domina a totalidade dos seres humanos em função do processo de expansão e acumulação do capital. Em outras palavras, o metabolismo social é determinado atualmente pelo modo de produção capitalista que delibera os modos de produção e reprodução da vida. No entanto, no capitalismo há fraturas que se revelam nos antagonismos sociais. Estes são estruturais, moldados historicamente e não podem ser eliminados porque são constitutivos do capital (Antunes, 2009).

Como explicitado nesse tópico, as transformações do modo de produção capitalista estão diretamente ligadas à exploração e constante precarização da força de trabalho humana. Está ligado a vários fenômenos sociais e ambientais que aparecem em nossa sociedade. Determina as relações sociais, desde as mais nucleares até aquelas mais estruturais, passando pelas relações com a natureza. É grande o poder do capital sobre o contexto sócio-histórico. Portanto, até aqui não se pode negar o papel determinante do capitalismo, especialmente na escolha profissional.

4.1.1 Capitalismo contemporâneo no Brasil

O capitalismo contemporâneo é considerado a terceira fase do capitalismo imperialista. Começa a partir de 1970, com a crise estrutural que se inicia nesse período, tendo ainda como centralidade os monopólios com alterações significativas (Netto & Braz, 2006).

A crise que deu fim aos anos dourados do capitalismo catalisou uma série acelerada de mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais, articuladas e promovidas pelos capitalistas. Os “anos dourados” são os anos de prosperidade que começaram após a II Guerra Mundial e se esgotaram no início dos anos 1970. Foram caracterizados pela ilusão de um capitalismo livre de contradições, com apenas alguns conflitos passíveis de resolução. A ação interventora do Estado seria capaz de controlar suas crises (Netto & Braz, 2006).

No entanto, a partir do final dos anos 1960, veio a desilusão do infinito crescimento expansivo, uma vez que as taxas de lucro e crescimento sofreram declínios consideráveis. Do

excesso da capacidade de produção fabril e da redução do consumo diante da acirrada competição internacional resultou a contração da lucratividade e, a partir disso, iniciou-se o novo período de crise. No âmbito sociopolítico, o aumento da atividade dos movimentos sindicais, questionando os modelos de produção e reivindicando melhores salários, além dos movimentos sociais buscando mudanças culturais e contestando o capitalismo interferiram na explosão da crise (Antunes, 2009; Netto & Braz, 2006).

Com o início da crise, veio a retração do consumo por conta do desemprego estrutural, a hipertrofia do capital financeiro, maior concentração de capital em monopólios e a crise do “Estado de bem-estar social” provocada pela crise fiscal do Estado capitalista (Antunes, 2009).

Como citado anteriormente, os capitalistas articularam respostas à crise em diferentes frentes (ideológica, política e econômica) para reorganizar o sistema do capital. Não foram respostas capazes de reestruturar as bases da produção capitalista, mas apenas buscaram recuperar os padrões de acumulação e as taxas de lucro dos anos dourados. Sendo assim, preservaram-se os fundamentos essenciais do capitalismo e promoveram mudanças no interior do padrão de acumulação (Antunes, 2009; Netto & Braz, 2006).

De modo geral, não houve o retorno à onda de prosperidade, mas restaurou em alguma medida as taxas de lucro. As mudanças podem ser descritas pelo seguinte tripé: reestruturação produtiva, financeirização e ideologia neoliberal. As respostas são estratégias globais que iniciaram com ataques ao movimento sindical para reduzir seu poder de intervenção e preparar a introdução de mudanças: acumulação flexível; desterritorialização da produção; intensa produção de tecnologia resultante dos avanços técnicos e científicos, para reduzir o contingente de trabalho vivo; introdução da terceirização; introdução de estratégias políticas globais com configuração das corporações estratégicas; mudanças na relação do trabalhador com o processo de trabalho; quebra da consciência de classe; precarização do emprego por meio da redução de salários e desregulamentação do trabalho (Antunes, 2009; Netto & Braz, 2006).

As consequências dessas respostas podem ser vistas na crise no movimento sindical e seu enfraquecimento. Outras foram a retirada dos direitos trabalhistas conquistados nos “anos

dourados” e a naturalização do desemprego maciço como fenômeno permanente (Antunes, 2009; Netto & Braz, 2006).

A forte ofensiva do capital para superar a crise foi, principalmente, contra a classe trabalhadora. Esta, até o início da crise, contava com uma forte organização para apresentar suas reivindicações e perturbar o funcionamento do capitalismo. Porém, por meio da inovação tecnológica e com técnicas de gestão, os representantes do capital conseguiram derrotar sindicatos e favorecer as relações de força em benefício da acumulação de capital (Antunes, 2009).

O capitalismo contemporâneo amplia a concentração de poder e expansão de novos domínios em favor do capital. Entram sob seu comando várias áreas por meio de mecanismos financeiros e na gestão de ponta da produção. As poucas pessoas que detêm o poder econômico passam a deter o poder político em níveis cada vez maiores. Assim, os representantes do capital utilizam-se de instituições e agências de caráter supranacionais a fim de operacionalizá-las como expansor de suas propostas políticas mercantis (Netto & Braz, 2006).

Ideologicamente, há a hegemonia do neoliberalismo, que visa romper com todas as barreiras sociopolíticas para a produção e circulação de capital sob a suposta defesa da maior liberdade possível. A ideologia neoliberal tem como concepção de homem um ser humano calculista, possessivo, e competitivo, a uma visão da sociedade como meio de se realizar os propósitos privados, a natural e necessária desigualdade entre os homens e uma noção de liberdade vinculada ao mercado (Netto & Braz, 2006).

Ao demonizar o Estado, o neoliberalismo facilita várias ofensivas contra as dimensões democráticas que foram conquistadas historicamente pela classe trabalhadora. Também intermeia várias contrarreformas que retiram os direitos sociais, as chamadas reformas trabalhista, da previdência, tributária etc. Contudo, apesar da retórica do Estado mínimo, a sua intervenção é forte: trata-se de Estado mínimo para o trabalho e Estado máximo para o capital (Netto & Braz, 2006).

É evidente que, desde a reestruturação do capital, houve grandes e rápidas transformações sociais, principalmente no que concerne às relações sociais, em que tudo torna-se passível de transação mercantil. A grande circulação de informações estimula uma

espécie de padronização das referências culturais, transformando a terra, de fato, em uma aldeia global. Essas mudanças têm como base as “alterações no proletariado, no conjunto dos assalariados, na reconfiguração da estrutura de classes, nos sistemas de poder, enfim na totalidade social que é constituída pela sociedade burguesa” (Netto & Braz, 2006, p. 237).

A ofensiva do capital tem consequências macrosociais que têm se manifestado com o crescente alargamento da distância entre o mundo rico e o pobre, a ascensão do racismo e da xenofobia, a crise ecológica, o desemprego estrutural e a precarização universal do trabalho (Antunes, 2009; Netto & Braz, 2006). No sentido mais geral, essas têm sido as manifestações do capitalismo contemporâneo na vida em sociedade como um todo. São expressões degradantes para o trabalhador que se refletem também no contexto brasileiro, mas com características específicas dessa realidade.

As manifestações da reestruturação produtiva no Brasil foram mais tardias em relação às grandes potências. Foi apenas em 1990 que as transformações ganharam força e, mesmo assim, ainda permaneceram formas de produção de períodos precedentes (Antunes, 2011).

A produção da indústria brasileira, facilitada pela aceleração da industrialização e internacionalização pela ditadura empresarial-militar, era caracterizada pela produção de bens de consumo duráveis e pela exportação de produtos primários e industrializados. Com baixos salários, longas jornadas de trabalho e fortíssima intensidade do ritmo de trabalho, o capitalismo no Brasil era estruturado na superexploração (Antunes, 2011).

Entre 1950 e meados da década de 1980, graças principalmente às políticas implementadas durante a ditadura militar, o Brasil tinha taxas crescentes de acumulação e isso caracterizou o chamado “milagre brasileiro”. Entretanto, após a década de 1980, o padrão de acumulação situado no tripé setor produtivo estatal, capital nacional e capital internacional começou a entrar em crise. É a partir daí que começa o processo de reestruturação produtiva baseada no neoliberalismo, com mudanças significativas organizacionais e tecnológicas (Antunes, 2011).

De modo inicial, veio a imposição dos padrões vigentes nas grandes transnacionais para sustentar a competitividade internacional. Com o discurso de promover maior participação do trabalhador, houve a implementação de formas de sujeição e adesão às

empresas e, indiretamente, enfraquecer os fortes movimentos sindicais dos anos 1980 (Antunes, 2011).

Na década de 1990, quando o desenvolvimento da reestruturação produtiva se acelera, há elementos de continuidade e descontinuidade em relação às fases anteriores. Com o Plano Real de 1994, o processo de reestruturação produtiva avançou, propiciando o enxugamento empresarial e mecanismos estruturados de maneira mais flexível. O fordismo brasileiro começou a dar lugar ao Toyotismo, e a acumulação flexível chegou intensificando os processos de qualidade total (sistemas *just in time*, *kanban*) e suas formas de contratação e terceirização. Foi, de fato, um processo de tecnicização e racionalização do trabalho (Antunes, 2011).

Tal como no resto do mundo, a prestação de serviços cresceu bastante no Brasil, reconfigurando a classe trabalhadora. Sendo assim, houve progressiva diminuição do contingente de trabalhadores fabris e aumento do contingente de trabalhadores no setor de serviços (Antunes, 2018).

Entretanto, o trabalhador nessa fase do capitalismo, independentemente de onde se situava, permanecia vivenciando as mesmas experiências do trabalho produtivo como a exploração e o controle do trabalho. Posto isto, a classe trabalhadora se apresentava mais ampla, heterogênea, complexa e fragmentada (Antunes, 2018).

A terceirização como uma forma de prestação de serviços é uma maneira de maximizar lucros, prolongando o tempo de trabalho e elevando as taxas de produtividade e lucro pela redução dos custos gastos com a força de trabalho. Isso ocorria por meio de medidas, como a flexibilização dos contratos (sem férias, pagamento de décimo-terceiro etc.). Para realizar isso, muitas vezes, a produção é deslocada para países subdesenvolvidos. Antunes (2018) cita, por exemplo, a empresa Foxconn, na China, que é responsável pela montagem dos produtos da Apple. Lá a escala de exploração é maior do que nos EUA e os salários são aviltantes, assim como a jornada de trabalho. Tais condições precárias provocaram uma onda de suicídios entre os trabalhadores da empresa (Antunes, 2018).

O setor financeiro brasileiro também passou por grandes mudanças que impactaram os: os trabalhadores bancários, graças às transformações organizacionais e microeletrônicas.

O resultado foi desemprego, precarização de condições de trabalho, redução de salários e perda de outros direitos sociais dos empregados (Antunes, 2011).

Outra expressão desse processo no Brasil foi a descentralização da produção. As empresas se deslocaram para regiões do Brasil que ofereciam incentivos fiscais e com mão de obra mais barata, acentuando a superexploração do trabalho (Antunes, 2011).

A reestruturação produtiva no Brasil trouxe o neoliberalismo, que abriu as portas para a privatização do setor produtivo estatal, alterando o tripé da economia brasileira, e aprofundou a relação/submissão da burguesia nacional com o capital exterior (Antunes, 2018).

Como citado anteriormente, a reestruturação produtiva do Brasil tem características da acumulação flexível, do neoliberalismo e Toyotismo, mas permanecem aspectos do fordismo.

O Toyotismo, expressão da nova fase do capitalismo, é o modelo japonês que inseriu tecnologias microeletrônicas na produção, e utilizou mecanismos de comprometimento do trabalhador. No Toyotismo, a captura da subjetividade operária tem seu pleno desenvolvimento, afinal, por meio da manipulação subjetiva do operário, busca-se o seu engajamento para cumprir protocolos organizacionais necessários para a exploração do trabalho (Alves & Antunes, 2004; Alves, 2000).

Portanto, esse modelo se propõe como categoria determinante da força de trabalho, articulando três valores na produção, a saber: (1) a produção fluida, (2) valor da produção difusa e (3) valor do envolvimento (captura da subjetividade). Este se efetiva quando há instrumentalização, pelo capital, da participação ativa da inteligência, da fantasia e da iniciativa do trabalho, ou seja, há controle coercitivo capitalista com o consentimento do operário (Alves & Antunes, 2004; Alves, 2000).

Essa mescla tem-se intensificado como um aspecto do capitalismo brasileiro e promoveu uma reconfiguração na classe trabalhadora do Brasil e sua expansão. Na primeira década dos anos 2000, caracterizou-se pelo aumento da mão de obra feminina e maior participação da parcela da população na faixa etária entre 25 e 34 anos. Áreas como a prestação de serviços, a indústria com influências taylorista-fordista e a agroindústria tiveram novas configurações que modificaram a força de trabalho, mas sempre em favor de aprofundar os mecanismos da exploração (Antunes, 2011; 2018).

A prestação de serviços no Brasil trouxe a expansão e o grande avanço de *call centers* e telemarketing. Esse movimento fomentou o surgimento de uma nova camada: o proletariado de serviços, o “infoproletariado” ou “cibertariado”. Este atua no que pode ser considerada uma articulação entre mutações provocadas pelos padrões produtivos tecnológicos e a intensificação da exploração da força de trabalho. O infoproletariado é caracterizado por salários baixos, alto índice de adoecimento físico e mental, exploração intensificada para metas e produtividade com consequências na qualidade, alienação na heteronomia do processo de trabalho, reduzida motivação, maioria de trabalhadoras e longas jornadas (Antunes, 2011; 2018).

O exemplo dos *call centers* e telemarketing ilustra bem a face da prestação de serviços tanto no Brasil quanto no mundo, Antunes (2018) afirma:

A exigência de metas, a rotinização do trabalho, o despotismo dos coordenadores e supervisores, os baixos salários, os adoecimentos e padecimentos decorrentes das condições de trabalho são traços constitutivos desse novo proletariado de serviços que está em expansão no Brasil e em várias partes do mundo. Constitui, portanto, uma nova parcela que amplia e diversifica a nova morfologia do trabalho no Brasil e em várias partes do mundo (p. 151).

Desse modo, o capitalismo brasileiro contém assalariados de serviços formado por novos contingentes de homens e mulheres terceirizados, subcontratados e temporários que vão desde o industrial até o setor de serviços, passando por agronegócio. Há bancários da era digital, da informática e da telemática; assalariados das redes de *fast-foods*, trabalhadores jovens dos hipermercados e motoboys de aplicativos. Esta é a nova face da morfologia do trabalhador, da exploração e precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo após a reestruturação produtiva no Brasil e no mundo (Antunes, 2018).

O Brasil tem atraído o capital internacional pela superexploração, característica aceita culturalmente. Contribui para tanto a combinação de baixa remuneração, implementação de padrões produtivos tecnológicos mais avançados e uma melhor qualificação da força de trabalho (que normalmente é responsabilidade do próprio trabalhador). Já os trabalhadores que não se encaixam nesses padrões ampliam os índices de desemprego e isto facilita a intensificação da precarização do trabalho. Tudo isso aumenta a pobreza e a miserabilidade, ao mesmo tempo em que há super-ricos com altíssimas concentrações de renda (Antunes, 2011).

Em resumo, o capitalismo contemporâneo no Brasil é uma mistura de enxugamento da força de trabalho com transformações sociotécnicas na organização social do trabalho e no processo produtivo por meio de flexibilização, desregulamentação dos direitos sociais e novas formas de gestão da força de trabalho para capturar a subjetividade (Antunes, 2011).

Ele também é marcado pelo crescimento de áreas como a agroindústria, indústria de serviços e serviços industriais. Tudo isso sob o controle totalizante do capital, em especial o capital financeiro transformando tudo em mercadoria. Nesta situação, há rápida expansão do trabalho digital. Ao contrário das tendências que repercutiram sobre o fim do trabalho, o que se mostra não se aplica a isso. Evidencia-se que a expansão do setor de serviços na era digital tem resultado no crescimento exponencial do trabalhador digital, deslocando o trabalhador para essa nova característica desse período. Sendo assim, o proletário é cada vez menos explorado nas indústrias e cada vez mais nos meios digitais de trabalho (computadores, softwares, trabalho on-line e aplicativos) como uma forma de incrementar o trabalho produtivo que gera valor. Com isso ocorre a corrosão do trabalho e dos direitos com as flexibilidades contratuais (Antunes, 2018).

O capital tem transformado e ocupado todos os espaços de trabalho em potenciais produtores de mais-valia pelo maquinário tecnológico-científico-informacional, desde aqueles trabalhos em que há contratos até aqueles que se sustentam na informalidade e flexibilidade. Sendo assim, hoje o que há é o tripé terceirização, informalidade e flexibilização. Esta é a engenharia de dominação do capital por meio de técnicas digitais e informacionais (Antunes, 2018).

As parcelas mais precarizadas da classe trabalhadora vem enfrentando retirada de direitos e condições cotidianas miseráveis, afinal elas vivem o processo de alienação de forma mais intensa. Em outras palavras, a intensificação da precarização e desregulamentação do trabalho e o desemprego estrutural produzem uma instabilidade cotidiana que atinge, especialmente, jovens e quem está à margem do emprego formal (Alves & Antunes, 2004; Antunes, 2018).

Ocorre, desse modo, a crescente subproletatização dos setores mais modernos da produção, em que a quantidade do trabalho é mais importante que a qualidade, o que se torna outra forma de exploração. São trabalhadores flexibilizados, informalizados, terceirizados,

submetidos ao trabalho *part time* cada vez mais próximos do desemprego estrutural. Com isso, há um embrutecimento mais acentuado ou mesmo a perda quase total da humanidade que resulta da dissolução dos laços de solidariedade e ação coletiva que existiam no trabalho e são suplantados pela individualização nas relações (Alves & Antunes, 2004; Antunes, 2018).

Percebe-se que o capitalismo, apesar da crise, está em movimento. Ao se apropriar dos vários comportamentos do trabalhador, desde os meios de decisão política aos comportamentos culturais, mantém a busca pela expansão da acumulação de capital de maneira global. Neste movimento, é possível perceber como o trabalhador foi afetado, como o trabalho foi modificado, como a vida social tomou novos rumos caracterizados pela crescente destruição do meio ambiente e da força humana que trabalha. Há consequências desse processo em vários âmbitos e um deles é a captura da subjetividade para o controle da produção.

Nesse sentido, o próximo tópico será dedicado à compreensão das formas de captura da subjetividade na sociedade contemporânea para, a partir disso, levantar questionamentos sobre como isso pode interferir na escolha profissional e na prática da orientação profissional.

4.2 Classe trabalhadora e captura da subjetividade.

A classe que vive da força de trabalho não se restringe a trabalhadores manuais diretos, mas abarca a totalidade do trabalho social de todos que participam do processo de valorização do capital, incluindo setores que atuam na prestação de serviços ou o subproletariado que não gera capital, mas que é imprescindível para a sua manutenção. Exclui-se da classe trabalhadora os gestores do capital, os pequenos empresários, a pequena burguesia urbana e rural e os que vivem de juros e especulações (Antunes, 2018).

Pensando nas características atuais do mundo do trabalho – como a crescente ampliação, potencialização e realização da mais-valia –, é importante apontar os mecanismos de envolvimento do trabalho pelo capital. Cada vez mais o trabalhador tem sido capturado pelo modo de produção capitalista e levado a se conformar com os pressupostos impostos por aquele (Fernandes, 2018).

A fase atual do capitalismo pode ser chamada de manipulatória, pois este processo é estruturante e estruturador da alienação do trabalho. Penetra a vida cotidiana, modifica o metabolismo social e domina a vida social, tendo implicações sobre o pensamento, a atividade e as relações sociais. Em outras palavras, o capitalismo atual não é apenas marcado pela precarização salarial, mas também pela precarização existencial reificada (Alves & Antunes, 2004; Alves, 2010; 2015).

Lukács salienta que a manipulação das mercadorias tomou proporções sem precedentes. A industrialização capitalista domina desde espaços como a produção e o comércio até espaços domésticos e a esfera dos serviços necessários para a reprodução social. Isso foi possibilitado pela massificação do consumo de mercadorias. Para obter mais lucro, mais manipulação é necessária para vender as mercadorias produzidas em abundância (Alves, 2015). Estrutura-se uma vida cercada e invadida pela lógica industrial, das mercadorias e do consumo. Um mecanismo relevante para essa prática é a disseminação do fetichismo da mercadoria, que tem implicações sobre o pensamento e a atividade do homem. Os mais diversos aspectos da vida social, como a política e o lazer, são transformados em mercadoria.

Ainda na esteira de Lukács, é possível destacar um vínculo entre a manipulação capitalista e a exploração pela extração de mais-valia relativa. Segundo o autor, as condições de vida do trabalhador se alteram tanto com a introdução de novas máquinas do processo de produção, assim como pela organização de um novo metabolismo social cada vez mais mercantilizado. A relação entre tempo livre e consumo se torna determinante nessa nova realidade concreta, alterando as condições de vida do trabalhador e sua consciência. O consumo torna-se estranhado ao ser colocado como meio de usufruir a superabundância de mercadorias. Desta maneira, se reduz a fruição da vida ao ato de consumo.

Nesta nova situação, a alienação não se restringe a um opressivo processo de trabalho. No momento atual, ainda que a efetivação do trabalho permaneça como desrealização do trabalhador, a consciência e a natureza do processo de alienação alteram-se significativamente, pois há uma falsa humanização por meio do consumismo. Por este meio, mascara-se a exploração capitalista, pois a possibilidade do consumismo distorce a percepção da atual fase exploratória do capital (Alves, 2015; Antunes, 2018).

Lukács afirma que o desenvolvimento das forças produtivas é necessariamente o desenvolvimento das capacidades humanas, mas, no entanto, tal processo não resulta necessariamente no desenvolvimento da personalidade humana. Pelo contrário, é justamente o desenvolvimento das capacidades humanas que possibilita a desfiguração e o aviltamento da personalidade humana. O capital perverte a capacidade de enriquecimento da personalidade por meio do desenvolvimento dessas capacidades. Com a manipulação de tecnologias, recursos de gestão e processos de produção e reprodução da vida há a corrosão das capacidades humanas na efetivação humano-genérica possibilitada pelo avanço das forças produtivas (Alves, 2015).

O que existe hoje é uma cisão que beneficia a produção de capacidades humanas particularistas em detrimento do desenvolvimento da personalidade humana. A subjetividade fragmentada que surge daí funciona para a reprodução da força de trabalho para o capital e não para o pleno desenvolvimento humano (Ferraz, 2019).

Em síntese, o modo de produção capitalista tem intensificado sua dominação por meio da captura da subjetividade. Por meio da apropriação da subjetividade fragmentada, a manipulação capitalista tem dominado os espaços da vida cotidiana. “Captura da subjetividade” é uma expressão utilizada para designar a produção de uma subjetividade que corresponde aos imperativos do metabolismo do capital. No entanto, é preciso compreender a subjetividade na relação dialética com a objetividade e não a partir de ideias apriorísticas sobre a essência humana (Ferraz, 2019).

A formação da subjetividade está radicalizada nas relações sociais e nas condições objetivas de vida. Logo, as transformações no modo de produzir a vida incidem nas relações sociais, nas condições de vida e na subjetividade do trabalhador. O ser social é que determina a consciência. Nesse sentido, a manipulação na produção flexível se expressa no crescimento da importância de necessidades manipuladas que subordinam o ser ao ter. É uma inversão do processo de reprodução dos seres humanos subordinado à lógica da mercadoria (Fernandes, 2018).

A atividade produtiva é permeada pela fragmentação do sujeito. As relações sociais se tornam relações entre coisas, entre seres reificados. Portanto, o indivíduo perde consciência de

si como ser genérico e torna-se um indivíduo que tem no outro um concorrente (Antunes, 2018; Fernandes, 2018).

Embora já existisse anteriormente um processo de captura da subjetividade no taylorismo/fordismo, tal processo se intensifica no capitalismo contemporâneo. Neste, há subordinação total da subjetividade à lógica do capital. Antes, a alienação no processo de trabalho se restringia ao aspecto físico formal, isto é, à relação do trabalhador com a máquina. Já no modelo Toyotista, com a transformação tecnológica, exigiu-se um novo desenvolvimento técnico do trabalho para máximo consumo da força de trabalho. Quanto menos aglutinação de trabalho vivo aliado ao maquinário informacional digital, maior é a produtividade e a lucratividade na produção capitalista (Alves & Antunes, 2004; Antunes, 2018; Alves, 2000; Ferraz, 2019).

Sendo assim, a racionalização do trabalho pelo capital, o forte disciplinamento, a implantação de mecanismos de domínio do capital e o trabalho intensivo significam envolvimento mais ativo do intelecto do trabalho, isto é, há a incorporação de características psicológicas do operário para assegurar maior produtividade (Antunes, 2018).

O capitalista conta com condições objetivas que possibilitam a apropriação das capacidades físicas e espirituais, delineando, assim, as ações e pensamentos dos trabalhadores por meio do controle de mecanismos, como o envolvimento qualitativo da cognição do trabalhador, diminuindo o máximo possível os furos no trabalho (Ferraz, 2019). Em outras palavras, trabalhadores são instigados a se tornarem autocontroladores e déspotas de si mesmos: “eles são estimulados a se autor-recriminar e se punir se a sua produção não atingir as famigeradas ‘metas’” (Antunes, 2018, p. 105). A vigilância e a inspeção entre si e de si mesmo são constantes na vida do trabalhador não só em seu espaço de trabalho. Há também uma espécie de combinação de coerção e consentimento do trabalhador. Este, para sobreviver, precisa compactuar com as novas formas de controle de maneira voluntária (Fernandes, 2018). Antunes (2018) afirma que esse processo é a incorporação e identificação das personificações do trabalho como personificações do capital.

Com a expropriação das capacidades cognitivas do trabalhador, há uma complexa interiorização dos ideários de controle e intensificação. É neste sentido que se pode afirmar que a subjetividade se torna inautêntica: ela é direcionada para o uso das necessidades das

empresas, é uma subjetividade empresarial e heteronômica que não dá espaço para a autonomia e autenticidade da classe trabalhadora frente às suas necessidades objetivas (Antunes, 2018).

A captura da subjetividade se revela pela instrumentalização das capacidades humanas na esfera do trabalho explorado. No entanto, o preocupante é que esse movimento não serve para o desenvolvimento da personalidade humana, isto é, o desenvolvimento das mulheres e homens como sujeitos humanos (Alves, 2010).

Nesse sentido, com o Toyotismo, não há apenas a precarização objetiva do processo de trabalho, mas também a precarização da consciência humana que invade a vida do trabalhador em seu tempo livre e espaço privado (Ferraz, 2019). O Toyotismo se generalizou na reprodução social da vida em sua totalidade. A lógica da mercadoria foi capaz de modificar os comportamentos dos trabalhadores e, conseqüentemente, o modo de vida social. A vida cotidiana é marcada por elementos valorativos do produtivismo capitalista, possibilitando a redução da vida do sujeito à lógica da mercadoria (Alves, 2000; 2013, 2015).

Esses novos ideários aprofundaram o estranhamento e o fetichismo na sociedade capitalista. Isto se deu, principalmente, por meio da tecnologização das ciências como forma social do capital. Em outras palavras, as realizações científicas têm se voltado à valorização capitalista. Por mais comum que seja a conexão entre desenvolvimento da tecnologia e capacidades humanas, no capitalismo manipulatório a tecnologia tem desfigurado e depreciado a personalidade do ser humano que trabalha. A manipulação dos recursos de produção e gestão em favor do capital altera os processos de reprodução e produção social. Isto se manifesta nas mais diversas formas de literatura de autoajuda com promessas duvidosas de satisfação e realização pessoal, manipulando o sujeito no sentido de particularidades egoístas e individualistas que dirigem o ser humano aos imperativos necessários para incremento da produtividade (Alves, 2010). A partir daí, estrutura-se a hegemonia de uma vida individual e egoísta, reduzida e marcada pela corrosão do caráter (Alves, 2015).

Segundo Alves (2015), a exploração do trabalho hoje tem destruído as possibilidades da vida como campo de desenvolvimento humano, pois é um trabalho considerado estranhado. Isso se expressa com os adoecimentos “por conta das pressões por maior

produtividade e cumprimento de metas, com metas desumanas e metas humanamente impossíveis” (Alves, 2015, p.17). O autor cita, ainda, os adoecimentos laborais em grande escala, representados pelos transtornos psicológicos, considerados fruto de uma vida estranhada, tendo como maior manifestação a depressão, incapacitando os trabalhadores de suas funções laborais.

No entanto, não é só na miséria que se manifesta a alienação da classe trabalhadora. É um problema universal e se estende a todos os indivíduos. Os segmentos mais qualificados dessa classe também têm demonstrado aderência ao sistemático processo de manipulação e envolvimento do trabalho pelo capital. De modo geral, todos estão sujeitos às manipulações do capital, desde as classes mais precarizadas até as mais qualificadas, ainda que existam certas manifestações de resistência (Alves, 2010; Antunes, 2018).

Lukács destaca algo interessante sobre esse novo processo de alienação: ele sugere que o problema da vida plena de sentido evidencia-se cada vez mais com a unidade entre o problema da manipulação e o problema do estranhamento. A manipulação do consumo coloca em destaque a questão do controle da consciência: “A fruição da vida é reduzida ao gozo do consumo alienado. A ânsia fugaz pelo consumo de mercadoria é incapaz de dar um sentido à vida” (Alves, 2015, p. 12).

Diante do direcionamento da proatividade que o trabalhador deve desenvolver, seu comportamento passa a ser exclusivamente organizado em torno do trabalho (Fernandes, 2018). Seu tempo livre é tido como uma extensão do tempo de trabalho. O famoso ócio liberado ao trabalhador é ainda deturpado pela lógica consumista em que, em sua essência, é manipulado para o consumo (Alves, 2015). Assim, o trabalhador não sabe o que fazer com esse tempo livre que poderia de alguma forma ser utilizado como meio criativo de desenvolvimento humano.

Tal relação entre tempo livre e trabalho aparece em várias formas modernas de reificação, como, por exemplo, a busca constante de qualificação do trabalhador para lidar com as mais diversas e complexas tecnologias no trabalho como requisito do Toyotismo. Trata-se da transferência da responsabilidade que antes era do capital para os trabalhadores (Alves & Antunes, 2004; Alves, 2013). Esse fetiche revela-se na crença de que, quanto mais qualificado, o trabalhador tem maiores possibilidades de conseguir um emprego. Nas palavras

de Alves (2013, p.241): “Eu faço não o que me dá fruição de vida, mas o que tem utilidade para minha carreira profissional”. O tempo de vida é reduzido às atividades necessárias à carreira profissional e aos requerimentos alienados de consumo e status social.

Outro exemplo de fetichização massiva envolve os planos futuros dos jovens atualmente marcados pela precarização do trabalho e pela falta de emprego. Como destaca Alves (2013, p. 242):

Nas condições da nova precariedade salarial, a passagem para a vida adulta torna-se um problema civilizatório. Nas sociedades capitalistas mais avançadas, os pilares da socialização adulta (emprego com carreira profissional, família como realização pessoal e consumo como fruição vital) estão corroídos pela impossibilidade do sistema produtivo do capital incorporar, de modo produtivo, o contingente de jovens altamente escolarizados. O precariado é camada social do proletariado que expõe os limites radicais da reprodução social no mundo do capital.

A subjetividade tem sido marcada pela manipulação do capital, a qual tem controlado a vida no trabalho e no cotidiano. Todos são atingidos pela manipulação. Os jovens que ingressam no mercado de trabalho buscando atender exigências cognitivas e físicas passam a reproduzir imperativos do capital, tanto no trabalho quanto no consumo. Com isso, perde-se a constituição de uma subjetividade plena. Uma vez que ela está fragmentada, o trabalhador não reconhece a si mesmo como sujeito, o que dificulta, até mesmo, os meios tradicionais de representatividade coletiva como os sindicatos (Fernandes, 2018).

Como fruto das contradições inerentes do modo de produção capitalista, as formas atuais de fetichização e reificação do mundo trabalho repercutem de forma avassaladora na reprodução societal. Aparecem em discursos e projetos da classe trabalhadora que revelam como o mundo do trabalho hoje limita o desenvolvimento da subjetividade em função das necessidades do capital (Alves & Antunes, 2004).

Tudo isso tem repercussão na formação dos jovens que ingressam no mundo do trabalho, principalmente aqueles que necessitam encontrar meios para o sustento de si e suas famílias. Porém, como observam Alves e Antunes (2004), o cotidiano não se resume à vida alienada. O cotidiano é campo de disputa entre alienação e desalienação. Há contradições, disputas de forças, conflitos e oposições atravessando a reprodução social capitalista.

Portanto, é imprescindível apreender se a orientação profissional na Psicologia Sócio-histórica pode em sua atuação ser uma força contraditória nessa relação.

5. JUVENTUDE, TRABALHO E ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL: ANÁLISE DE EXPERIÊNCIA DA PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA.

A prática da orientação profissional é direcionada, majoritariamente, para um grupo específico: a juventude. Por isso, é preciso compreender sua situação na sociedade atual. Optou-se pela categoria juventude sabendo que isso significa uma tomada de posição em relação a debates importantes na Psicologia.

Costa & Lacerda Júnior (2018) salientam que, na história da Psicologia, o termo adolescência foi, quase sempre, associado a teorias a-históricas que naturalizavam e/ou patologizavam os comportamentos de uma fase do desenvolvimento, apesar de existirem teorias críticas que ultrapassaram limites de concepções estigmatizantes que retratavam o adolescente como instável, conturbado etc.

Por outro lado, ainda segundo Costa & Lacerda Júnior (2018), o conceito de juventude esteve mais associado a concepções que consideravam a cultura e a sociedade, o que impossibilita falar em termos de unidade. Há, desse modo, diversas juventudes: grupos heterogêneos, vivendo diferentes situações, oportunidades, dificuldades etc. Essa etapa da vida não é predeterminada ou universal, não é homogênea e, ao analisá-la, deve-se considerar os jovens em sua situação concreta (Abramovay & Castro, 2006). Portanto, juventude inclui questões de classe, raça e gênero, além da própria especificidade da existência de cada indivíduo. Abramovay e Castro (2006, p. 10) sintetizam o exposto afirmando que:

é preciso considerar que há diferentes formas de considerar os jovens, assim como há diferentes maneiras de eles se afirmarem como sujeitos, considerando, historicamente, a dependência à organização social e as instituições vigentes, como, por exemplo, a escola, família, o Estado e a mídia.

A juventude é social e dinâmica. Mesmo fenômenos naturais como a puberdade só ganham sentido enquanto construção sociocultural. Por isso, vale repetir, não é possível caracterizar a juventude como um todo homogêneo, pois, na relação dialética de classes, ela se torna multifacetada. Há juventudes diversas e plurais, com possibilidades muito distintas de inserção social nas esferas da vida (Costa & Rosário, 2018).

Para Moraes, Pinto & Magalhães (2020, p. 45636):

Essas várias juventudes se caracterizam por mais diversos tipos de “afinidade”, a religião, o gosto musical, o estilo de se vestir, a prática de esporte, o envolvimento com partidos políticos, com movimentos sociais, com programas de televisão, dentre outras formas de se constituírem em tribos juvenis. Porém compreendemos que o que aproxima essas tribos de jovens é sua condição de classe, são tribos de jovens da classe trabalhadora.

A pluralidade de juventudes exige explicitar qual especificidade estamos buscando caracterizar: a juventude trabalhadora, aquela que conta apenas com sua força de trabalho para sobreviver no contexto atual.

5.1 Juventude Trabalhadora: uma breve caracterização

A juventude brasileira enfrenta diariamente os imperativos do capital e isto se expressa de forma muito evidente nos debates sobre formação humana e profissional. Neles estão as marcas da competitividade e da inovação constante, daí que a aprendizagem seria tarefa permanente e de responsabilidade individual do próprio jovem. Exigências de autopromoção são apresentadas todos os dias, assim como a ideia de que o sucesso no mercado depende unicamente do desenvolvimento de habilidades individuais diversificadas.

As crises econômicas no cenário brasileiro e a recente crise sanitária provocada pela pandemia de Covid-19 afetam sobretudo os jovens que enfrentam o aumento da taxa de pobreza, do desemprego e a precarização do trabalho. A manutenção e a implantação de políticas neoliberais ou ultraneoliberais têm sido danosas para a juventude trabalhadora e seus projetos de futuro.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2021), os impactos da pandemia têm sido mais prejudiciais para os jovens e para pessoas menos escolarizadas. No quarto trimestre de 2020, a taxa de desocupação de trabalhadores com idade entre 18 e 24 anos atingiu 29,8%. Isso corresponde a 4,1 milhões de jovens que estão à procura de emprego. A desocupação de trabalhadores com ensino médio incompleto foi de 18,5% em 2019 e saltou para 23,7% em 2020. A juventude atual passa por um contexto de desemprego crônico. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), em 2016, os jovens

entre 16 e 29 anos compunham 54,9% do quantitativo de pessoas desocupadas no país. Esse segmento tem a taxa mais elevada de desocupação em comparação aos demais grupos etários. No quesito gênero, a situação é ainda pior para as mulheres: uma entre cada quatro jovens do sexo feminino estava desocupada, enquanto a taxa entre pessoas do sexo masculino era de um a cada cinco. Segundo o IPEA (2021), o segmento entre 18 e 24 anos é o segundo grupo mais atingido pela transição de ocupados para o desemprego, ficando atrás apenas do grupo de idosos.

As contrarreformas do capital não estão reduzindo ou amenizando esse processo de precarização, tal como é comumente anunciado. Na realidade, as contrarreformas aprovadas no último período contribuem para a manutenção da crise e são apenas meios de expansão do capital. Enquanto o crescente desemprego atinge especialmente o trabalhador desqualificado, há a intensificação do colapso social, o que atinge a todos os trabalhadores de modo geral (Tetton & D'agostini, 2019).

Desde 2014 houve redução significativa do quantitativo de pessoas empregadas e com emprego formal. O contexto econômico desfavorável que se configurou desde meados de 2016 no Brasil agravou a situação e impactou especialmente o nível de ocupação entre jovens. No citado período, a taxa de subutilização (a qual engloba os desocupados, pessoas da força de trabalho em potencial e subocupados por insuficiência de horas) de jovens estava em 32,8%. Um a cada três jovens tinha sua força de trabalho subutilizada (IBGE, 2017).

Atualmente, o desemprego no Brasil, segundo o IBGE (IBGE, 2021), alcançou no segundo trimestre de 2021 a taxa de 14,6%, isto é, há cerca de 14,8 milhões de pessoas desocupadas. A porcentagem da população ocupada no Brasil está em 48,9%, cerca de 86,7 milhões de brasileiros. Afetando sobretudo os jovens, o desemprego reflete a tendência da flexibilização do capital: a “empregabilidade flexível” reduz constantemente o quadro de empregos estáveis para assegurar a valorização e acumulação do capital (Lopes & Lehfeld, 2019).

Os dados sobre a educação de jovens no Brasil (IBGE, 2020) apontam que no ano de 2019, 48,8%, cerca da metade das pessoas com 25 anos ou mais concluíram o Ensino Médio, enquanto a taxa de pessoas com nível de instrução do ensino superior estava crescendo e alcançava 17,4%. Destaca-se que a instrução em termos educacionais tem crescido, o que se

expressa de diferentes maneiras: metade das mulheres da citada faixa tem, ao menos, o ensino médio e a média de anos de estudo de pessoas de 25 anos ou mais aumentou para 9,4 anos. Apesar disso, mais da metade da população de 25 anos ou mais de idade no Brasil não havia completado a educação escolar básica e obrigatória em 2019, ainda que a taxa de escolarização entre pessoas de 6 a 14 anos de idade tenha alcançado 99,7%.

Em 2019, a taxa de escolarização de pessoas entre 18 e 24 anos estava em 32,4%. Nesta faixa etária, 21,4% estavam em cursos de educação superior e 11% frequentavam algum curso de educação básica voltado para jovens e adultos. Ao mesmo tempo, 63,5% não frequentavam mais a escola e 4,1% tinham completado o ensino superior. As mulheres do mesmo grupo têm a maior taxa como graduandas e concluintes, enquanto os jovens homens estão com maiores taxas de atraso na relação nível e idade, além de terem o maior número de pessoas que não estavam frequentando o ensino obrigatório. No aspecto cor/raça, os dados são marcantes: em 2019, a taxa de pessoas brancas no ensino superior era de 29,7%, enquanto a taxa de pessoas pardas ou pretas era de 16,1%. O quantitativo de pessoas brancas concluintes do ensino superior foi de 6,0% e a taxa para pessoas pardas ou pretas estava em 2,8% (IBGE, 2020).

Dos 50 milhões de jovens no país com idade entre 14 e 29 anos, cerca de 20,2% (10,1 milhões) não havia completado o Ensino Médio, seja por abandono ou por nunca terem frequentado. Dentre eles, 58,3% eram homens e 41,7% eram mulheres. E 27,3 % eram brancos e 71,7% eram pretos e pardos. Nota-se que o maior percentual, o de 18% de abandono da escola, situa-se entre os jovens a partir dos 16 anos de idade. O principal motivo apresentado para o abandono dos estudos é a necessidade de trabalhar, chegando ao contingente de 39,1%, seguido do desinteresse em estudar, que é de 25% (IBGE, 2020).

O IBGE (2016) salientou que entre 2014 e 2016, a taxa de jovens empregados no trabalho formal apresentou queda. As principais áreas de concentração de seu trabalho formal foram nas áreas de comércio, reparação e indústria. Ao mesmo tempo, a proporção de jovens ocupados em atividades sem carteira de trabalho assinada foi mais elevada do que em outros grupos etários. O que há é a precariedade do trabalho e o aprofundamento da insegurança, pois não há garantias no trabalho informal.

O rendimento médio real da juventude teve queda de 1,5 % em 2016, mesmo que a média da população em geral tenha aumentado em 3,9%. Esse fator foi associado a indicadores como: baixa ou nenhuma experiência, conciliação do trabalho e estudo e, no caso de mulheres, a conciliação da maternidade e dos afazeres domésticos (IBGE, 2016).

Abramovay & Castro (2006, p. 11) afirmam que é preocupante a situação da juventude:

O reconhecimento de que os jovens atualmente compõem um segmento da população afetado por estruturas vulnerabilizantes, o que lhes afeta em várias dimensões. Os jovens aparecem em destaque em estatísticas de violência desemprego, gravidez indesejada, falta de acesso a atividades culturais, como teatros e cinemas, dentre tantos outros. Tais preocupações se avolumam quando se percebe que os jovens além de serem uma promessa de futuro, possuem necessidades no presente.

A juventude da classe trabalhadora vive com baixos salários. É ela quem mais sofre com a falta de oportunidades, tornando-se, assim, prejudicada em seu desenvolvimento social e cultural em relação às classes econômicas mais altas (Morais, Pinto & Magalhães 2020).

Frente a tantas pressões sociais, emergem sentimentos, emoções e angústias relacionados com a situação de vulnerabilidade vivida por jovens trabalhadores diariamente. Não há certezas sobre um futuro seguro ou a inserção no mercado de trabalho. Na realidade, existem ameaças que indicam haver reduzida probabilidade de se alcançar recursos pessoais e materiais para o enfrentamento das condições sociais. Com isso, delineia-se um horizonte instável e sem amparo social, que é intensificado pela inexistência de políticas públicas voltadas para a juventude. São pouquíssimas as políticas voltadas para a sua inclusão no mundo do trabalho, assim como há um desmonte de políticas relacionadas com o acesso à cultura e à educação (Lopes & Lehfeld, 2019; Fernandes, 2021).

O Brasil tem discutido a reforma do Ensino Médio e apresenta alguns programas, como o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM). No entanto, essas são políticas que funcionam apenas como forma de qualificar a mão de obra barata para o trabalho simples e provisório, típicas da acumulação flexível e do processo de precarização que marca o capitalismo contemporâneo (Titton & D'agostini, 2019).

O PROJOVEM, como é possível apreender, declara promover qualificação profissional e acesso à cidadania, à cultura e ao lazer. Teria, então, como objetivo a

preparação de jovens para o mercado de trabalho, promovendo qualificação social e profissional, bem como estimulando sua inserção. No entanto, Silva (2011), ao investigar o discurso de jovens egressos do PROJOVEM, constatou que o programa alimenta a visão ilusória de que, se houver esforço por parte dos participantes, haverá emprego. Trata-se de uma visão empreendedorista e instrumental para sustentar a ordem. É um discurso recorrente não só entre participantes do programa, mas nas juventudes como um todo. Na atualidade, ainda segundo Silva (2011), há uma tendência a atribuir a si mesmo a responsabilidade pelo fraco desempenho para lidar com as tecnologias e baixa escolaridade. Segundo (Costa & Rosário, 2018, p. 25):

O jovem vive as questões econômicas e socioculturais pelo fato de estar presente e atuante na sociedade, entretanto não é ele objeto das questões econômicas e culturais, pelo contrário, ao tratarmos da juventude de comunidades populares, infere-se que estes jovens são alijados desses bens produzidos por homens e mulheres ao longo dos séculos.

Torna-se notório que o processo formativo imposto para a juventude está sendo cada vez mais submetido às necessidades da produção capitalista. Posto isso, a formação da juventude atualmente tem como lógica a ideia de formar o “capital humano”. Isto é, trata-se de uma formação vinculada a ramos específicos do sistema produtivo em detrimento do desenvolvimento omnilateral do humano. Outro problema encontrado é o desmonte físico, educacional e cultural das escolas públicas. A educação nesses moldes não é uma alternativa que contribui para a emancipação do jovem (Costa & Rosário, 2018; Lopes & Lehfeld, 2019; Urt & Almeida, 2020).

No capitalismo, a escola enquanto instituição se generalizou atendendo necessidades da produção industrial. A partir da transformação do setor produtivo, criando, por exemplo, necessidades específicas de ensino profissional por conta da existência de tecnologias avançadas no processo produtivo, a formação também foi se transformando. Com a reestruturação produtiva e a acumulação flexível, o ensino deslocou-se da produção de especialistas para o paradigma da “transdisciplinaridade”, que propõe pessoas multitarefas, focadas na polivalência e na fragmentação da subjetividade (Urt & Almeida, 2020). A formação, nesta perspectiva, articula a captura da subjetividade do sujeito antes mesmo da inserção no mundo do trabalho.

No Brasil, a educação profissional esteve historicamente voltada para os mais pobres, sendo articulada uma formação para o trabalho que tinha baixo prestígio em cursos precarizados, direcionados a preparar a força de trabalho para empregos precários (Lopes & Lehfeld, 2019). Segundo o IBGE (2020), entre as pessoas que frequentavam ou haviam concluído o ensino médio em 2019 sem ter concluído o ensino superior, 2,4% frequentavam um curso de qualificação profissional e 5,5% um curso técnico de nível médio ou curso de magistério. Cerca de 4,6 milhões de pessoas estavam em uma das duas modalidades de educação profissional. A busca por qualificação cresceu em 2019: 15,6% da população com 14 anos ou mais já tinham frequentado algum curso de qualificação profissional. A frequência em cursos de qualificação cresce na medida em que o nível de instrução cresce.

Hoje a formação profissional configura-se como opção de formação tecnológica e qualificação para diversos setores da economia e pode ser oferecida por instituições privadas ou públicas. Não obstante, a publicidade para a educação profissionalizante e tecnológica é voltada, fundamentalmente, para a classe trabalhadora por meio de um discurso de que é um auxílio ao desenvolvimento de habilidades. No entanto, trata-se apenas de um meio de produzir mão de obra treinada, qualificada e barata para atender a indústria e o setor de serviços. Sumariamente, é uma formação que busca adaptar a classe trabalhadora, principalmente a juventude, às necessidades do mercado (Urt & Almeida, 2020).

O ideário que orienta a formação de jovens parte da concepção de que o trabalho serve para a sobrevivência e porta a possibilidade de ascensão social nessa sociedade marcada por consumismo e fundada na meritocracia. A felicidade e o mérito associam-se às posses materiais conquistadas pelo sucesso profissional (Costa & Rosário, 2018; Lopes & Lehfeld, 2019).

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) realizada pelo IBGE em 2019 (IBGE, 2020), há cerca de 14,2% de jovens conciliando trabalho e educação. Portanto, a dupla jornada é uma característica da realidade de parte da juventude brasileira, mesmo quando não conseguem realizar seus objetivos. Com isso, é possível perceber que os jovens hoje são mão de obra barata, excedente, vulnerável e disponível para a exploração sustentando a reestruturação produtiva (Lopes & Lehfeld, 2019; Fernandes, 2021).

Nesse sentido, por diversos motivos, inclusive pela sobrevivência de si e dos familiares, a formação profissional promove a inserção de jovens no mercado de trabalho aceitando trabalhos precarizados, mal remunerados, ilegais e exploradores, em especial no setor de serviços e no telemarketing. Muitos precisam conciliar trabalho e estudo, pois precisam trabalhar, mas valorizam os estudos, percebidos como meios de alcançar melhorias nas condições de vida (Lopes & Lehfeld, 2019; Fernandes, 2021).

Lachtim e Soares (2011), investigando valores atribuídos ao trabalho por 86 jovens com idade entre 20 e 24 anos, de quatro regiões de um município da região metropolitana de São Paulo, identificaram os efeitos dos processos descritos anteriormente. Segundo as autoras, a ideologia neoliberal sobre o trabalho marcou as respostas de todos os grupos estudados. Isso ocorre porque essa atividade é vista de forma positiva e é concebida dentro dos moldes do capital, isto é, a venda da força de trabalho por um salário. Entre jovens de regiões periféricas, tende-se a conceber o trabalho como meio de sustento da família e forma de conquistar dignidade e honestidade. Já para os jovens das regiões mais centrais, ele está ligado ao *status* social. O trabalho aparece como a maior preocupação para o futuro, pois enxergam nele a possibilidade de inserção no mundo adulto. Os jovens acreditam que estudos e qualificações contribuem para conquistar uma melhor posição no mercado, visto como difícil e competitivo, por isso sentem-se compelidos a se qualificarem (Lachtim & Soares, 2011).

Ainda segundo a PNAD Contínua, temos cerca de 11 milhões de jovens entre 15 e 29 anos, isto é, 22,1% da população na citada faixa etária, que não estão ocupando postos de trabalho ou se qualificando profissionalmente. A taxa tem aumentado desde 2014 (IBGE, 2020). É o grupo chamado de “nem-nem”: termo pejorativo para identificar jovens que não estão trabalhando nem estudando. Porém, muitos estão à procura de trabalho e exercem algum tipo de atividade temporária e irregular (Urt & Almeida, 2020). O IBGE (2017) identificou que os jovens mais propensos a tal condição são aqueles com ensino fundamental incompleto, pretos, pardos e mulheres. Revela-se, assim, desigualdades educacionais, raciais, socioeconômicas e de gênero na constituição dos designados “nem-nem”.

Ainda sobre jovens entre 15 e 29 anos, a pesquisa do IBGE (2020) identificou que 28,1% não estavam ocupados, mas estavam estudando, enquanto 35,6% estavam ocupados e não estavam estudando. E a taxa de quem não estava ocupada ou estudando fica no percentual

de 24,9%, sendo um percentual alto para uma geração mais escolarizada, mas que está submetida a um contexto socioeconômico lamentável. A taxa relativa de mulheres que não trabalham e não estudam é mais alta do que a de homens, enquanto a taxa de mulheres que apenas trabalhavam era maior do que a de homens na mesma situação. A taxa de mulheres que apenas se qualificavam ou estudavam também é mais alta, ainda que seja bem próxima da dos homens. Em relação à raça, a pesquisa revelou que os brancos tinham taxas mais altas entre quem estudava e trabalhava, apenas estudava ou apenas trabalhava (IBGE, 2020).

Os dados mostram como, para a juventude, há intensificação da exploração do trabalho, impactando mais mulheres, negras e negros. Trata-se dos reflexos do desemprego estrutural intensificado no capitalismo atual. Nesse sentido, culpar o jovem “nem-nem” é desconsiderar as condições objetivas que enfrentam (Urt & Almeida, 2020).

Com tudo o que foi apresentado, nota-se que o discurso da educação como saída para a juventude é limitado e falso. Mesmo com jovens tentando se formar para atender as exigências do mercado, há eventos externos que pressionam o jovem a abandonar a educação. Aqueles que conseguem terminar o Ensino Médio, uma suposta prerrogativa para uma melhor inserção no mercado de trabalho, se deparam com um mercado com poucos empregos estáveis. Nesse sentido, a educação demandada pelo capital cumpre a função de obnubilar as relações sociais, as desigualdades, a piora das condições de vida e as consequências da perda de direitos. Muitos chegam ao ponto de se culpabilizarem e passam a buscar cursos profissionalizantes que estão a serviço da lucratividade do capital (Titton & D’agostini, 2019). Urt e Almeida (2020) destacam algumas situações que intensificam esse processo:

Eles são alvos de discriminação por serem jovens ou por residirem em bairros periféricos, não possuem redes de contatos profissionais, têm necessidade de conciliar estudos e/ou atividades domésticas com longas e exaustivas jornadas de trabalho, além dos impactos financeiros familiares ao ser adiada a percepção de alguma remuneração no presente em troca de melhores posições profissionais no futuro e que, ainda, podem não se efetivar (p. 274).

A coisificação do jovem que trabalha ou que está sendo preparado para o mundo do trabalho produz sentimentos de inutilidade e destituição da dignidade, uma vez que a distância entre o que a juventude quer e planeja para o futuro e aquilo que, de fato, consegue realizar é cada vez maior (Maia & Mancebo, 2010; Urt & Almeida, 2020).

Ainda existe a parcela da juventude que, nesse contexto de superexploração ou desemprego, é atingida por políticas de repressão do Estado, sendo morta ou enfrentando o encarceramento. Este é, em especial, o caso da população juvenil periférica e negra (Fernandes, 2021).

Maia e Mancebo (2010), por meio de um estudo empírico com jovens universitários e estagiários de classe média alta de uma grande empresa do Rio de Janeiro, mostraram como suas concepções são determinadas pela hegemonia de ideais instrumentais à reestruturação produtiva e a acumulação flexível. Seus discursos são marcados por ideias sobre flexibilidade, mudança, aceleração, abertura ao novo e movimento constante. “Faça a si mesmo”, desenvolvimento das capacidades e dedicação são ideias marcantes na formação profissional. São preocupações associadas à percepção de dificuldades do mercado (alta competitividade, exigência de qualificação e escassez de empregos). Estas também se ligam à oscilação entre a esperança e o medo, especialmente quando falam de seus projetos futuros. O movimento e a corrida individual são, para os jovens estudados, quesitos essenciais para sobreviver, pois o futuro é responsabilidade de cada um. Nota-se que a ideologia neoliberal atravessa sentimentos, crenças, ações e projetos de vida. A constituição da subjetividade está em consonância com as práticas e discursos organizacionais instrumentais para a valorização do capital (Maia & Mancebo 2010).

Indo para outro extremo, vale citar um estudo sobre os efeitos da uberização sobre a juventude periférica. Abílio (2020), já no contexto de pandemia de Covid-19, problematizou a relação das condições de trabalho e organização política da juventude periférica constituída como subproletariado que trabalhava como *bikeboys* ou *motoboys*. A uberização do trabalho refere-se a uma atividade organizada e comandada por um aplicativo de serviços de entrega. Trata-se de um novo mecanismo de controle, gerenciamento, organização e exploração do trabalho. Nesse novo aparato, o trabalhador adequa-se totalmente ao *just-in-time*. A ideia do “chefe de si mesmo” é uma prerrogativa no trabalho uberizado que mistifica o processo de engajamento de autogerenciamento subordinado. Nesse sentido, o trabalhador é subordinado enquanto se torna seu próprio gestor:

Ao trabalhador são transferidas as decisões sobre duração e distribuição da jornada, propriedade e modos de uso dos instrumentos de trabalho. Entretanto, esse gerenciamento de si está subordinado às formas de controle e

determinações das empresas. As estratégias de sobrevivência do trabalhador são incorporadas à gestão e incluem a busca permanente pela melhor remuneração e os arranjos cotidianos pela segurança, pela melhor avaliação que garante melhor acesso ao trabalho, pela busca das bonificações. Estratégias que se tecem individual e coletivamente no cotidiano, e hoje se transformam em dados mapeados e gerenciados de forma centralizada e racionalizada por algumas poucas empresas (Abílio, 2020, p. 585).

A ideia de responsabilidade e engajamento de si de um lado e a transferência da resposta individual ao desemprego por outro são duas faces de uma mesma moeda: o empreendedorismo. Este se expressa na periferia por meio do engajamento de si nas ações de estratégias voltadas à sobrevivência de si e da família: “traçando continuamente estratégias de sobrevivência em meio a oportunidades, acessos, injustiças e desigualdades que compõem suas trajetórias ocupacionais” (Abílio, 2020, p. 585).

O contexto da pandemia deu visibilidade social aos entregadores e foi possível visualizar as consequências produzidas por esse mecanismo de trabalho. É algo precário, de baixo rendimento, que rebaixa o valor da força de trabalho, marcado por longas jornadas, sem garantias de seguridade e segurança, de baixa qualificação, no ramo da informalização e com participação significativa de negros e jovens. Portanto, a uberização é a expressão máxima da tendência à intensificação da exploração e da subordinação centralizada e manipulada das juventudes periféricas, principalmente a juventude negra. “Quanto mais mal remunerada mais juvenil e negra é a ocupação de entregador” (Abílio, 2020, p. 581).

São os jovens desempregados, com empregos de baixa remuneração ou alta rotatividade e informais que enxergam nos aplicativos de entrega um meio de ocupação e geração de renda de fácil acesso e que demanda poucos investimentos, pois pode ser realizado pela utilização de uma bicicleta. Porém, Abílio (2020), de forma congruente com as pesquisas citadas anteriormente, destaca que o autogerenciamento subordinado e as figuras do trabalhador *just-in-time* tem se generalizado e não existe só na periferia, mas em diversas outras relações de trabalho.

É perceptível que a juventude tem tentado, a todo custo, contornar as condições de vida que a realidade concreta do capitalismo tem apresentado. Um dos meios de tentar sobreviver é se apegando às ideologias dominantes, aceitando as formas precarizadas de trabalho e apostando nas promessas dos cursos profissionalizantes etc. Entre a ilusão e a

realidade há uma consciência obnubilada sobre o que de fato está ocorrendo. Esta é a principal façanha do capital, o qual conseguiu instrumentalizar a juventude em seu movimento de intensificação de exploração e subordinação da classe trabalhadora.

Apesar de episódios de resistência, a juventude trabalhadora tem sofrido especialmente com as consequências sociais das desigualdades e injustiças produzidas pelo capital. Para piorar, sofrem com a responsabilização individual no enfrentamento das situações de precariedade. Desse modo, são vários os impactos, atingindo a saúde mental e física, assim como dificuldades sociais e financeiras governando a vida cotidiana da juventude.

5.2 Orientação profissional, psicologia sócio-histórica e juventude trabalhadora

No primeiro capítulo dessa dissertação, discutiu-se o surgimento da Psicologia atrelado ao capitalismo, seu desenvolvimento no Brasil e as primeiras críticas na Psicologia. O segundo capítulo discorreu sobre o surgimento das Psicologias Críticas no Brasil. Tudo isso para destacar as origens e os fundamentos da Psicologia Sócio-histórica, base teórica utilizada para a OP. Em seguida, realizamos exposição sobre o surgimento da OP de teorias críticas, em especial a OP de Sílvio Bock (2006), concebida como uma prática mais democrática e que não fragmenta a relação indivíduo e sociedade.

No capítulo seguinte, buscou-se compreender o capitalismo contemporâneo, em especial como a reestruturação produtiva atingiu as pessoas que vendem sua força de trabalho para sobreviver. Dessas consequências focou-se na captura da subjetividade como manifestação do capitalismo manipulatório. Tudo isso serve para orientar a presente discussão sobre a relação entre juventude e trabalho na fase atual.

Diante da importância de se compreender a realidade atual que constitui o sujeito desse estudo, situada na abordagem Sócio-histórica – que tem como base a metodologia materialista histórica e dialética, permitindo conhecer a realidade em que se está inserido –, o próximo capítulo busca uma compreensão crítica da Intervenção da OP na abordagem Sócio-histórica como prática distinta na relação com a juventude trabalhadora.

Para investigar as práticas interventivas de OP, alicerçada na Psicologia Sócio-histórica com a juventude trabalhadora na fase atual do capitalismo, foi realizado um levantamento bibliográfico exploratório e não-sistemático em diferentes bases de dados periódicos nacionais disponíveis em bases online: *Pepsic*, *Scielo*, *Biblioteca Virtual de Saúde* e *Google Acadêmico*. Em cada levantamento foram usadas duas combinações de palavras-chave: (1) “orientação profissional” e “Psicologia Sócio-histórica”; (2) “orientação profissional” “escolas públicas”.

Em cada busca foram lidos os títulos e resumos de boa parte dos artigos encontrados² e foram selecionados aqueles que, explicitamente, tinham em seu conteúdo: relatos de experiência de OP em escolas públicas ou com jovens de baixa renda e revisões teóricas sobre o assunto. Foram excluídos: textos repetidos; relatos de intervenção que não foram realizadas com grupos de baixa renda ou de escolas públicas; manuscritos que relatavam pesquisas, mas não experiências de intervenção; estudos publicados antes de 2011.

Em seguida foi realizada leitura flutuante da íntegra dos artigos selecionados até aqui para confirmar se, de fato, discutiam OP com a juventude trabalhadora que se fundamentavam na Psicologia Sócio-histórica. Assim, restaram apenas 10 artigos selecionados (ver quadro 1).

Quadro 1: Artigos selecionados em ordem cronológica

Autores	Ano	Revista	Título
Ferreira.	2020	Repositório UFU	Orientação Profissional na Adolescência: Relato de Experiência de um Serviço de Promoção de Saúde Mental.
Sousa at al.	2019	Revista brasileira de Jovens e Adultos	Orientação Profissional em contexto educativo com jovens e adultos: reflexivo-vivenciais em uma escola de Juazeiro-Ba.
Nascimento & Machado	2019	Humanidades e inovação	Orientação profissional no ensino público: relatos de uma experiência.
Becker & Araújo	2016	Itinerarius Reflectionis	Possibilidades da

2 _Em todas as bases de dados foram explorados todos os resultados encontrados, porém na base “Google Acadêmico” os resultados retornaram com mais de 1000 itens em cada busca, por isso a leitura foi interrompida quando passaram a aparecer apenas artigos sem qualquer relação com a Psicologia.

			Psicologia no ensino médio: uma proposta de orientação profissional
Fachin & Orzechowski	2014	Cadernos PDE	A importância da orientação profissional para os alunos da escola pública: relatos de uma experiência
Veriguine et al.	2014	Psicologia, ciência e profissão	Juventude e perspectivas do futuro: a orientação profissional no programa Primeiro Emprego
Aita et al.	2012	Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional	A orientação profissional na perspectiva da Psicologia Sócio-histórica
Dátilo & Lima	2011	Revista da LEVS	Orientação profissional- universidade ajuda jovens a encontrar caminhos profissionais: relato de intervenção.
Mandelli et al.	2011	Arquivos Brasileiro de Psicologia	Juventude e projeto de vida: novas perspectivas em orientação profissional
Oliveira & Anjos	2011	Revista Avesso do Avesso	Contribuições da Psicologia histórico-cultural à orientação profissional de adolescentes: a escolha profissional em questão

Os 10 trabalhos selecionados foram diferenciados entre cinco categorias criadas a partir da especificidade do conteúdo: (1) experiência com estudantes de ensino médio; (2) experiência com alunos de Educação de Jovens e Adultos; (3) experiência em programas públicos para inserção profissional de jovens; (4) experiências realizadas no espaço de universidades públicas; (5) análise teórica da OP pela Psicologia Sócio-histórica. A seguir, apresenta-se o conteúdo dos textos levantados.

Intervenção com estudantes de ensino médio em escolas públicas

Os trabalhos de Fachin e Orzechowski (2014), Aita e cols. (2012) e Araújo e Becker (2016) relatam experiências com estudantes de ensino médio em escolas públicas.

Aita e cols. (2012) relataram a experiência de estágio em uma escola estadual de Maringá. A intervenção de OP foi feita com 18 turmas do Ensino Médio, cada uma com 25 alunos. A escola permitiu que fossem realizados seis encontros no horário regular de aula. Foram abordados temas como interesses da escolha profissional, trabalho, mercado de trabalho como um todo e na região onde os alunos moram, entrevista de emprego e avaliação do projeto. Para tanto, as intervenções buscaram oferecer informações, reflexões, discussões, palestras, visitas e apresentações artísticas. A partir da avaliação do projeto pelos alunos, os autores afirmaram que houve sucesso na intervenção, mas que havia necessidade de novas práticas e pesquisas partindo de pressupostos marxistas. Também enfatizaram que a parceria com professores e coordenação pedagógica poderia enriquecer a intervenção.

Fachin e Orzechowski (2014) defendem uma OP multidisciplinar, que é parte do currículo escolar e que dialoga com outras disciplinas (como História e Sociologia) que podem auxiliar na problematização do mundo do trabalho. No texto, relatam uma pesquisa realizada por meio de Projeto de Intervenção Pedagógica de 40 horas, de OP, com 20 alunos do terceiro ano do Ensino Médio, em uma escola estadual do interior do Paraná. As atividades foram divididas em três unidades. Na primeira, foram trabalhados temas como: a diferença entre Orientação profissional e vocação; escolha profissional; projeto de vida; autoconhecimento; adolescência e juventude. Na segunda, foram trabalhados conceitos que levam a compreender o mundo do trabalho. Na terceira, foram abordados temas relacionados às áreas profissionais; vestibular; programas de acesso à Educação Superior; sobre cursos técnicos e profissionalizantes. Os autores terminam defendendo que a OP serve para dar orientações e informações que auxiliem jovens das escolas públicas na tomada de decisão sobre o futuro profissional.

Araújo e Becker (2016) relataram experiência de orientação profissional com quatro turmas do segundo ano do ensino médio de uma escola estadual de tempo integral em Goiânia (GO). O projeto foi realizado durante a disciplina “Projeto de Vida”. Partindo da Psicologia Histórico-cultural, organizaram aulas expositivas dialogadas para promover reflexões sobre a escolha profissional. O conteúdo das aulas foi distribuído em três módulos: autoconhecimento e o significado da escolha profissional; determinantes da escolha profissional; informação profissional. As autoras afirmam que, após as atividades, os alunos falavam sobre mudanças

em seus paradigmas e como a experiência foi formativa, pois analisavam melhor as determinações da escolha, conheciam melhor as diversas profissões e aprenderam novos recursos para alcançar seus objetivos do futuro.

Estes trabalhos foram realizados com atividades parecidas: dinâmicas, reflexões e aula expositiva. As intervenções sempre foram em grupo e em sala de aula. Em um dos casos, a OP foi efetuada por uma pedagoga.

Todos os autores dos artigos destacaram a importância da OP nas escolas públicas e dois afirmaram a necessidade da OP como parte do currículo regular. Algo comum foi a defesa da integração com outras disciplinas, possibilitando abarcar o mundo do trabalho de diferentes formas e, assim, auxiliar na escolha profissional. Vale ressaltar que, em geral, não buscavam direcionar para a escolha de um curso superior, mas o objetivo principal era elaborar um projeto de vida tendo como base o projeto profissional.

Intervenção em escolas públicas com alunos de EJA

Sousa e cols. (2019) relatam experiência de intervenção com alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em uma escola estadual da cidade de Juazeiro (BA). Foram realizados três encontros com 18 estudantes do eixo que corresponde ao Ensino Médio. A maioria (64,7%) trabalhava e afirmou que em sua vida teve que optar pelo trabalho em detrimento do estudo. Por se tratar de alunos de EJA, não havia apenas jovens: participaram pessoas com idade entre 16 e 40 anos. Os três encontros tiveram como temas: “eu e minhas qualidades”; “descobrimos horizontes”; e “projeto de vida”. Os autores utilizaram diferentes instrumentos: questionários, cronograma de autoconhecimento, dinâmicas grupais, discussões e avaliações orais. A intervenção, ainda segundo os autores, permitiu que os estudantes refletissem sobre as próprias aptidões ou elaborassem projetos. Aqui, também, a meta não era necessariamente a escolha de um curso superior, pois alguns pensavam em cursos técnicos, empregos etc. O trabalho termina destacando a importância da OP para contribuir para que estudantes da EJA pensem sobre o futuro.

O relato de experiência de Nascimento e Machado (2019) é apresentado como uma intervenção psicossocial de abordagem crítica realizada em uma escola pública de Miracema (TO). Foram realizados nove encontros que duravam, em média, uma hora e trinta minutos.

Participaram 41 estudantes do ensino médio da modalidade EJA. A faixa etária também era ampla, pois tinham entre 18 e 50 anos de idade. Os autores destacaram que os estudantes carregam discursos que refletem a ideologia neoliberal, pois atribuem a si mesmos a construção do próprio eu. Por isso, as estratégias interventivas eram orientadas pela busca da emancipação, pois trabalha com membros de uma classe social explorada e mais atingida pela desigualdade social. Os autores relatam que a experiência deu a oportunidade de estudantes pensarem a escolha profissional como processo, além de associar autoconhecimento com o conhecimento de seus colegas. No trabalho também se avaliou que a intervenção ajudava a quebrar uma lógica de disciplinamento escolar por possibilitar estudantes participarem ativamente.

As duas experiências apresentadas ocorreram em escolas estaduais no interior. Além disso, foram realizadas com pessoas mais velhas que estavam na EJA porque no passado interromperam os estudos para trabalhar. Pouquíssimos tinham como meta um curso superior, mas salientavam a importância de continuar estudando. A meta principal era sempre algum tipo de emprego. Nesse sentido, a intervenção teve de se adequar a várias possibilidades de projeto de vida e diversidade de visões culturais. A ideologia neoliberal apareceu na forte adesão ao discurso do esforço e escolhas pessoais.

Experiências realizadas em universidades públicas

Dátilo e Lima (2011) apresentaram experiência realizada com estudantes fora de suas escolas, no espaço físico da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Um projeto de extensão envolveu seis adolescentes que estavam no último ano do Ensino Médio e matriculados em escolas públicas e privadas. A intervenção se deu por meio de 10 encontros organizados em quatro módulos: significado da escolha profissional; trabalho; autoconhecimento e informação profissional; família. Buscou-se promover reflexão, conhecimento sobre a diversidade de profissões, escolha profissional, mercado e campo de trabalho, autoconhecimento, mídia e as relações pessoais e interpessoais. Os autores destacaram que a OP pode contribuir para estudantes se conscientizarem sobre a escolha profissional, além de a associarem com a construção de um projeto de futuro.

Já o estudo de Ferreira (2020) apresenta experiência realizada durante estágio profissionalizante de Psicologia na Universidade Federal de Uberlândia. Um grupo de nove participantes entre 17 e 19 anos participou de oito encontros divididos em 4 módulos: questões da escolha, informação sobre as profissões, autoconhecimento, reflexões acerca do mundo do trabalho. Eram usadas técnicas como perguntas, reflexões, dinâmicas de grupo etc. O trabalho enfatizou os benefícios da OP para a saúde mental de jovens, reduzindo aflições em um momento de escolha, assim como fornecendo recursos para cada jovem lidar com diferentes áreas da vida.

Os dois relatos apresentaram experiências realizadas com encontros em grupo na universidade, fora da escola. Com isso, apareceram as faltas como problema a ser manejado. Em geral, os trabalhos afirmam que a OP contribuiu para a ampliação da concepção da realidade e sobre os determinantes da escolha profissional, favorecendo decisões mais conscientes na elaboração de um projeto de vida ou na escolha profissional.

Nestes projetos percebe-se um direcionamento para a escolha do curso superior, reproduzindo um viés dominante na história da OP no Brasil.

Intervenção em programa de inserção profissional

O artigo de Veriguine e cols. (2014) relata experiência com 15 jovens, entre 18 e 24 anos, que participavam do Programa Primeiro Emprego de uma empresa de economia mista em Santa Catarina. O objetivo era compreender o processo de escolha profissional de jovens em situação de vulnerabilidade social e, a partir disso, ampliar perspectivas sobre o futuro e o trabalho. Foram realizadas três oficinas de quatro horas de duração em que eram realizadas dinâmicas de grupo e uma entrevista integrativa individual. Os autores destacam como a realidade de desigualdade impacta a vida dos jovens. Estes criam seus projetos em função da busca de um trabalho que tenha estabilidade, um bom salário e que contribua para uma vida melhor que a dos seus pais. No entanto, o que encontram é uma realidade de trabalhos pesados, temporários e de falta de dinheiro. Projetos como fazer um curso de graduação ou trabalhar em um emprego digno defrontam-se com dificuldades, exclusões e preconceitos.

Nesta categoria, a experiência relatada dirigiu-se a jovens inseridos em um programa governamental de inserção profissional em que trabalham e recebem ao longo de um período.

As perspectivas para um projeto de futuro encontram obstáculos em suas realidades. Os projetos de vida resumem-se a ajudar a família, arrumar um emprego novo, ter acesso a bens de consumo, fazer curso técnico etc. A realidade de vulnerabilidade social tende a distanciar o que o que eles sonham do que é realidade. A intervenção não abordou a escolha de um curso superior, e sim o projeto de vida de jovens.

Reflexão teórica sobre a atuação em escolas públicas ou de baixa renda

O artigo de Mandelli & cols. (2011) é uma reflexão teórica que aborda os temas “juventude” e “projeto de vida” desde a Psicologia Sócio-histórica, considerando a OP dirigida para a juventude de baixa renda. No texto afirma-se que o orientador profissional é participante do projeto de vida do jovem, auxilia na inserção no mercado de trabalho e na construção de uma trajetória profissional. A OP contribui para que o jovem se constitua como protagonista do seu processo de inserção profissional e da construção de seu futuro, promovendo a autonomia. Segundo as autoras, a prática deve ser diferenciada de acordo com as diferentes juventudes que dela participam, ou seja, defende práticas contextualizadas. As autoras defendem a existência de OP em programas de inserção e profissionalização de jovens, contribuindo para que os participantes tomem um posicionamento crítico e reflexivo frente às exigências do mundo atual.

Oliveira e Anjos (2011) também refletem sobre os aportes da Psicologia Sócio-histórica para a OP, realizada com adolescentes no contexto escolar, em especial aqueles no último ano do ensino médio e que enfrentam o desafio da escolha profissional. Partem do pressuposto de que a OP deve ser pensada e articulada com o modelo de produção capitalista e não como um problema universal do gênero humano.

No texto afirma-se que a OP guiada pela Psicologia Sócio-histórica tem por objetivo superar a visão naturalizante do ser humano, a dicotomia indivíduo-sociedade e desfeticizar escolhas profissionais, desvelando como as condições socioculturais atuam na escolha profissional.

Apesar de não relatarem experiências, são reflexões que oferecem subsídios para a prática. Ambos fazem defesa da importância da OP orientada pela abordagem Sócio-histórica.

Nesse sentido, a intervenção deve levar em consideração o contexto socioeconômico e cultural dos jovens orientados para contribuir na formação crítica dos jovens.

Síntese geral

De modo geral, os textos levantados mostram que propostas orientadas pela abordagem Sócio-histórica concebem a OP como meio de conscientização sobre os determinantes da escolha profissional, problematizam a dicotomização entre indivíduo e sociedade e focam a elaboração do projeto de vida. Uma preocupação presente nas experiências foi a de enfrentar conceitos da ideologia neoliberal que se produzem em crenças individualistas sobre a escolha profissional ou o projeto de vida.

Os trabalhos apresentam uma visão de homem como ser multideterminado e interdependente. A OP é defendida como instrumento para que as pessoas estejam mais conscientes sobre a escolha profissional e se apropriem de diversos recursos para elaborarem projetos de vida. São intervenções que promovem democratização por trabalharem em espaços que a OP normalmente não esteve: escolas públicas. É uma intervenção mais progressista em relação aos pressupostos tradicionais da OP no Brasil, e suas características direcionam para um trabalho que tenta promover autonomia.

A OP surge das necessidades capitalistas de colocar o homem certo no lugar certo, isso implica em uma funcionalidade para o capital. Apesar de ela apresentar novas roupagens hoje, ainda funciona para a escolha de uma profissão oferecida no mercado e necessária para ele. Nessa lógica, não ultrapassa esta sociabilidade. É um produto histórico desse modo de produção. No decorrer da história vai se transformando, aparecem perspectivas que consideram a pessoa que escolhe e, finalmente, a OP na abordagem Sócio-histórica. Esta é intervenção grupal, com base em uma visão de mundo e homem que tenta destoar de visões tradicionais e dicotômicas da ciência, que se desenvolve a partir de marcos das ideologias liberal e neoliberal.

Na OP orientada pela Psicologia Sócio-histórica, a intervenção, além de recuperar a relação dialética indivíduo e sociedade, desnaturaliza o ser humano e desfetichiza a escolha profissional como algo natural. Uma de suas atribuições, citadas em vários artigos é a promoção de recursos disponíveis no contexto da juventude trabalhadora que podem ajudar na

escolha profissional. Para tanto, busca proporcionar informações, reflexões e discussões sobre o mundo do trabalho, preparação profissional, projeto de vida etc.

Na fase manipulatória do capitalismo, o trabalhador tem sua subjetividade capturada e tende a aceitar os pressupostos impostos pelo capital, isto é, precisa compactuar com as novas formas de controle para sobreviver. Nesta etapa, a construção de projetos profissionais conscientes corre o risco de ser uma intervenção em que se direciona o conhecimento e as habilidades individuais de jovens para desenvolver meios de enfrentar problemas cujas soluções seriam sociais.

Se, em essência, pela “conscientização” se captura os aspectos cognitivos, emocionais e técnicos da pessoa para a produção capitalista, vale questionar sobre esse ponto. Seria a promoção de conscientização na intervenção de OP para a juventude trabalhadora uma forma de captura da subjetividade? Portanto, é importante refletir sobre quais os tipos de recursos as intervenções atuais estão discutindo com a juventude e para quais recursos ela está sendo direcionada após as intervenções.

Visto que as avaliações, ocorridas geralmente no último encontro das intervenções, aferem um espaço muito curto de tempo, isso não possibilita tempo prático no mundo do trabalho. A avaliação diz sobre aquele momento, mas a longo prazo não temos muitos dados críticos que ratifiquem as contribuições para a conscientização da juventude para verificar se a OP não tem feito o papel mais “humanizado” de meio de captura da subjetividade. Essa avaliação poderia indicar quais recursos de inserção e permanência os jovens que passaram pela intervenção utilizam, e em quais recursos de transformação da realidade concreta eles se sustentam. Assim seria possível averiguar de maneira crítica a funcionalidade da conscientização da OP na abordagem Sócio-histórica.

Estar consciente do mundo do trabalho atual envolve também se conscientizar que não há trabalho para todos e que há uma tendência à precarização. As dificuldades enfrentadas pela juventude na inserção no mundo do trabalho não indicam falta de esforço, mas um problema estrutural. Nos artigos analisados, há intervenções que mostram que o conhecimento do mundo do trabalho é necessário para a formação de jovens. Todavia, não há nos artigos muitos detalhes sobre quais informações do mundo do trabalho são oferecidas nesse contexto, mas sua importância é reforçada. No entanto, isso leva a possibilidades de interpretações,

inclusive, se alguns aspectos como os citados no início do parágrafo estão sendo trabalhados ou algumas partes estão sendo omitidas.

Os autores acreditam que é preciso compreender o mundo do trabalho e, assim, elaborar um projeto profissional. Muitas vezes, tal projeto é motivado pela necessidade de sobrevivência de si e da família. Mais uma vez é plausível que isso cumpra o papel de captura da subjetividade e, logo, contribua para uma de adaptação do jovem à realidade socioeconômica. Isso porque, diante dessas necessidades, ele possivelmente irá utilizar-se de seus recursos cognitivos, emocionais e técnicos para se inserir e permanecer em um mercado de trabalho concorrido, exigente e precário.

Ao mesmo tempo, a conscientização pode contribuir para que se supere o individualismo como meio para a resolução de situações de ordem social, favorecendo busca por resolução coletiva. Codo (1989) irá reconhecer que a superação dessas condições de trabalho se dará pela “apropriação coletiva do destino individual”.

Se as escolhas resultam de motivos e necessidades constituídos a partir da relação indivíduo e sociedade, então é importante se conscientizar sobre determinações, vivências, história e processo de significação para eleger os motivos para a ação. Como afirma Aguiar (2006 p. 19)

Ao propormos esta atividade de questionamento das necessidades, são questionadas, também e simultaneamente, as formas, até então pensadas pelos jovens, de satisfação delas. Esse é um aspecto muito importante, pois entendemos como fundamental o estabelecimento de uma visão crítica e fundamentada sobre o mundo do trabalho, suas ofertas, contradições e armadilhas, para que o jovem possa fazer escolhas que não só expressem um movimento de transformação dele mesmo, mas que gerem transformações na realidade social.

Nesse sentido, talvez seja muito sutil o limite que separa a OP entre ser uma prática que pode servir para a captura da subjetividade e outra que busca promover conscientização e transformação na realidade social. Os artigos dão a entender que, durante as atividades, o mundo do trabalho é apresentado de maneira a possibilitar reflexões entre os jovens sobre formas de lidar com ele, mas isso não aparece de forma muito detalhada.

Outro ponto que é preciso considerar articula-se com o mundo do trabalho precarizado e difícil que a juventude trabalhadora enfrenta. Diante disso, como elaborar um projeto de

futuro quando se sabe que há uma triste e inescapável incerteza no mundo do trabalho, o qual é cada vez pior não apenas no Brasil? Ao se fazer o projeto de vida hoje, o jovem está sujeito a várias reformulações e adaptações frequentemente danosas. Com isso, a juventude trabalhadora também está sujeita à passividade.

A Psicologia Sócio-histórica defende a mudança na realidade social como uma possibilidade diante do cenário configurado no mundo do trabalho. Porém, os artigos não indicam como essa possibilidade se manifesta concretamente. Por quê? Retorna-se ao ponto sobre os limites de se restringir o objetivo da emancipação política.

Como afirmado no artigo de Veriguine e cols. (2014), alguns participantes elaboram projetos de vida para responder a imediaticidade de problemas cotidianos. É mais concebível pensar a curto prazo porque, a longo prazo, não há garantias para a juventude. A proposta da intervenção buscou, por isso, ir para além da imediaticidade. Mas o que isso significa? É interessante notar que há várias estratégias para lidar com o mercado, mas são, em sua maioria individuais.

A Psicologia Sócio-histórica acredita que o ser humano é ativo, interferindo na constituição de sua história por não ser efeito mecânico de determinantes sociais. Desse modo, ele se constitui numa relação dialética. Diante disso, o termo “autonomia” aparece em diferentes artigos e se confunde com o conceito de homem ativo. Espera-se que o jovem não seja apenas levado pelo movimento de uma vida apenas determinada pelas circunstâncias, mas possa construir sua própria história na relação dialética indivíduo e sociedade. É a compreensão de que ele não é uma esponja, que existe e há possibilidades de criar e modificar, de construir uma história como um ser mediador e histórico, mesmo nessa sociabilidade que limita o gênero humano. De acordo com essa teoria, o sujeito pode modificar o social.

A OP na abordagem Sócio-histórica define a autonomia, referindo-se a “uma escolha livre, não das determinações, mas de qualidade, que se aproprie das contradições, que revele resistência e emancipação, que siga a lógica da não uniformização” (Aguilar 2006, p. 22). Portanto, há possibilidades de escolhas, mas que se referem ao contexto dessa sociedade. Há, portanto, limitações sociais. Em outras palavras, a escolha do sujeito é determinada pelos aspectos sociais dessa sociedade capitalista. Uma escolha é feita a partir dos determinantes

sociais, ou seja, as opções são determinadas. Nesse sentido, a escolha citada acima por Aguiar (2006) implica na conscientização das determinações sociais.

É importante ressaltar que o termo autonomia, tal como é utilizado nos artigos, corra o risco de ser apropriado por ideologias neoliberais, pois parece existir ênfase no esforço pessoal como uma chave que supostamente abre as portas do mundo do trabalho.

O tema da autonomia deve considerar que a juventude trabalhadora enfrenta grandes desafios pela frente. Portanto, a ideia de um protagonismo e autonomia juvenis encontram várias limitações no contexto social e não depende exclusiva e puramente da ação do jovem. Na busca por satisfação de suas necessidades, encontram várias vezes, trabalhos precários, representados especialmente pelo aplicativo Uber e suas variantes. No processo de inserção e permanência no trabalho, a precarização atua a captura da subjetividade, facilitada por uma educação corrompida, frágil ou insuficiente, e pelas desigualdades estruturais que atingem de forma especialmente dura a juventude. Aguiar (2006, p.14) é enfática ao afirmar

Não se pode negar que existam escolhas e, portanto, vontade, mas em alguns momentos a vontade é “forçada” a optar por algo que, em outro contexto, jamais seria escolhido. A história dá exemplos do que poderíamos denominar “escolhas forçadas”; com isso não estamos negando que todas as escolhas implicam conflito, perdas, alguma tensão para o sujeito.

Também é possível identificar lacunas na investigação da situação objetiva da classe trabalhadora. Muitos artigos apresentam discussões, reflexões a respeito do mundo do trabalho atual como temáticas de unidades e encontros, mas o que isso significa aparece de forma imprecisa. Aliás, as discussões parecem estar associadas ao ingresso em algum emprego ou escolha de um curso superior, ao invés de ser uma análise crítica das raízes dos processos vigentes no mundo do trabalho.

Alguns artigos como os de Fachin e Orzechowski (2014), Aita e cols. (2012) indicaram o trabalho multidisciplinar, envolvendo outras disciplinas como História e Sociologia. Sustentam a importância de o conteúdo sobre mundo do trabalho ser ensinado em aulas para existir maior aprofundamento da conscientização. É uma possibilidade que pode, de alguma forma, preencher a lacuna.

Para superar o problema, sugere-se uma mudança estrutural em que não houvesse necessidade de uma OP para mostrar as mazelas e dificuldades do mundo do trabalho diante

da necessidade de inserção dele, porque o trabalho teria a função humanizadora. No entanto, é preciso reconhecer os limites do tempo histórico e ater-se com o que é cabível atualmente na OP.

A multidisciplinaridade na OP é uma sugestão para superar o problema das informações sobre o mundo do trabalho. Essas disciplinas poderiam promover um conhecimento mais aprofundado e amplo sobre as origens do mundo do trabalho atual de maneira didática e precisa, e também sobre as condições socioeconômicas atuais do cenário brasileiro.

Outra sugestão é propor um projeto de vida especificado que abranja a realidade concreta da juventude trabalhadora, entendendo que isso é uma solução paliativa e com prazo de validade, pois diante da necessidade de vender a força de trabalho para sobreviver, isso pode ser uma possibilidade a curto prazo. Dessa forma, é preciso explicitar que, a longo prazo, as possibilidades de reais transformações estruturais estão na coletividade e não na individualidade.

Diante do que foi exposto, ficam as perguntas: Qual mundo do trabalho foi discutido? Se sustenta a noção de que é possível superar tudo o que está ocorrendo com esforço? Há enaltecimento do sofrimento? É possível amenizar o cenário socioeconômico, ou alguns assuntos são limitados para não demonstrar o pesado e desafiador futuro que possivelmente enfrentarão? A juventude trabalhadora carrega sonhos, como o de um trabalho que ajude na sobrevivência e na aquisição de objetos de consumo. Será que as caracterizações limitadas sobre o mundo do trabalho não podem ser formas de amenizar a situação, de manter desesperanças antes da inserção no mundo do trabalho?

Apesar de a base teórica da OP orientada pela Psicologia Sócio-histórica se sustentar na filosofia da emancipação humana, a intervenção se limita a preocupações mais imediatas que, quando muito, acabam se concentrando na emancipação política. O que deixa evidente que ainda não é na Psicologia Sócio-histórica que se encontrará uma prática revolucionária de OP, embora seja progressista. Isso não quer dizer que ela não seja um avanço em relação às práticas mais tradicionais que se busca superar, mas ainda há demandas a serem resolvidas.

A OP na abordagem Sócio-histórica é um avanço, pois pretende ser parte do processo de transformação social. No entanto, de certa forma, considerá-la como uma prática que

promova emancipação humana, no sentido da filosofia marxiana, pode ser um equívoco. Isso porque o compromisso de transformação social que perpassa o comprometimento com a democracia participativa e a cidadania, característica no ciclo democrático-popular, leva a crer em uma emancipação nessa sociedade que distancia-se do objetivo de uma outra sociedade.

Boechat (2017) aprofunda essa crítica e pergunta se o papel dos psicólogos da Psicologia surgida na PUC-SP, tendo como vertente a Psicologia Sócio-histórica, tem sido o de intelectuais orgânicos do capital, tentando fundir os interesses do capital e os interesses do trabalho numa conciliação de algo inconciliável. Isso traz a reflexão sobre a necessidade de se questionar se essa vertente e prática pode estar, embora seja uma vertente crítica, refém de ideias capitalistas que sustentam a sociabilidade burguesa.

Na fase manipulatória do capital, há absorção de tudo aquilo que possa sustentar a lucratividade. É necessário reconhecer que a OP na abordagem Sócio-histórica é uma alternativa progressista, mas que, ao ser praticada e inserida em um contexto de crise capitalista, enfrenta barreiras, pois é constituída por mulheres e homens estabelecidos nessa sociabilidade capitalista. Como afirma Aguiar (2006, p. 11): “ao produzir sua forma humana de existência, revela – em todas as suas expressões – a historicidade social, ideologia, as relações sociais e o modo de produção”. Com mais frequência do que se imagina, pode tropeçar nos pressupostos do capitalismo. Portanto, o reconhecimento de que há limitações é necessário para que, pela crítica, permita-se a superação.

O conjunto dos artigos afirma que as experiências de intervenção contribuíram positivamente para a juventude porque possibilitaram apropriação de conhecimentos, elaboração sobre escolhas e projetos de vida. Tudo isso serviria para criar condições para os jovens ressignificarem suas vidas e a realidade. Pode-se afirmar que, de fato, a intervenção contribui de alguma forma. Porém, observando que a OP existe nessa sociabilidade capitalista, resta a dúvida se essa prática interventiva favorece em algo no longo prazo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo dessa dissertação foi pensar a articulação da OP com a abordagem Sócio-histórica, o que incluiu analisar experiências voltadas às classes pobres, atentando para possibilidades e limites. Nesse sentido, a seguir será sintetizado o percurso da pesquisa.

Para se chegar ao porquê da escolha da Psicologia Sócio-histórica, foi necessário apresentar a trajetória histórica da Psicologia, desde seu surgimento até produções críticas produzidas no Brasil. Após apresentar a Psicologia Sócio-histórica como alternativa teórica e suas discussões sobre OP, seguiu-se investigando sobre o trabalho no capitalismo contemporâneo. Para isso, foi necessário explicitar a crise do capital e a subsequente reestruturação produtiva que trouxe consequências desastrosas para a classe trabalhadora, em especial sua juventude. Consequências que são maquiadas pela ideia de um trabalho mais humanizado etc.

A captura da subjetividade aparece como manifestação do domínio do capital manipulatório sobre a vida cotidiana. Identificar tudo isso foi necessário para compreender a relação entre a juventude trabalhadora atual e o trabalho. A partir daí, o trabalho apresentou desafios enfrentados pelo jovem contemporâneo em sua relação com esse aspecto da vida profissional. Percebeu-se que há uma relação marcada por precariedade, desigualdade, desemprego e responsabilização do sujeito pela sua miséria.

Para seguir investigando a orientação profissional como prática promotora de saúde mental e de transformação social em um mundo em crise, foi realizado um levantamento de relatos de intervenções em OP na Psicologia Sócio-histórica para se problematizar sua contribuição para a juventude da realidade brasileira. Focou-se, especialmente ações efetuadas em escolas públicas ou com jovens de baixa renda, pois são espaços em que a OP pode se tornar mais democrática e democratizante porque atinge jovens de classe pobre em idade escolar. Isso reforça o que indicou Bock (2014) sobre a importância da intervenção em OP ser incluída na grade curricular das instituições educacionais.

A ideologia do esforço pessoal, da responsabilização individual da juventude trabalhadora, especialmente emocionalmente e no que concerne à constituição da

subjetividade é um problema danoso. Com isso, a negação das condições socioeconômicas tem proporcionado o movimento de culpabilização dos próprios jovens pelo sucesso ou fracasso na aquisição de habilidades necessárias ao desenvolvimento do capital. Isso sem a reflexão dos determinantes sociais, que atinge principalmente os jovens que precisam do trabalho para a sobrevivência.

Foi possível constatar que os dados do cenário brasileiro para a juventude não são nada promissores e confirmam a citação acima. A juventude trabalhadora tem grandes desafios, afinal, ela está cercada pelo desemprego, precariedade, baixos salários e culpabilizações, educação precária e exclusões de políticas públicas. As perspectivas futuras vão de encontro com essa realidade concreta. Sendo assim, pela vulnerabilidade, são os jovens, principalmente negros e mulheres, os mais atingidos pela reestruturação produtiva. Essa situação vem sendo acentuada atualmente pela pandemia do Covid-19.

É certo que não se desvincula o projeto de vida da juventude de todos esses determinantes. O jovem muitas vezes escolhe conforme as possibilidades no cenário atual, que se apresenta na história de cada um. Portanto, o jovem decide qual será a sua profissão, mas escolhe conforme os determinantes sociais que estão presentes na sociedade capitalista. Escolhe as opções que essa sociedade determina e oferece. Não é uma escolha exclusivamente individual, pois inclui os aspectos sociais do momento histórico. É uma escolha determinada.

Diante disso, os desafios da OP têm bases estruturais que revelam seus limites enquanto atuação. Direcionada ao mundo do trabalho, pretende-se ser um auxílio mas não a solução frente às expressões estruturais do capitalismo, pois a transformação almejada está no âmbito da consciência do indivíduo e não na esfera prática.

A OP foca-se no aspecto de conscientização da realidade e nela permanece, sendo limitado ao aspecto de noção de cidadania e inclusão social. Ainda que se manifeste contra as mazelas sociais enfrentadas no contexto brasileiro, limita-se à transformação da esfera dos direitos sociais. Momento considerado muito importante, mas ater-se a apenas isso é inviabilizar uma transformação social que atinge a raiz dos problemas sociais.

Nota-se que a captura da subjetividade é um instrumento atual do capitalismo, já que ele tem se adentrado em vários espaços da vida e tem sido um problema para a constituição do gênero humano. É possível notar aspectos muito bem representados na juventude, como o

fetice da educação profissionalizante como saída dessa situação. Quanto mais profissionalizado mais oportunidade de emprego.

Notou-se que ainda não há muitos estudos que possam constatar aspectos de captura na OP na abordagem Sócio-histórica diante da conscientização do mundo do trabalho. A longo prazo, avaliações com pessoas que passaram pela intervenção seriam necessárias para a comprovação sobre como essa prática pode estar contribuindo para a juventude trabalhadora.

No gancho da captura da subjetividade e possíveis contribuições da OP a longo prazo, há algo importante de salientar. A tomada da personalidade do capital para do trabalho é observado no problema de uma vida plena de sentido. É um desafio para a OP na abordagem Sócio-histórica não ser um instrumento que contribua para uma juventude trabalhadora que, diante do problema da manipulação e do estranhamento, não tenha a vida plena de sentido. Almeja-se que a fruição da vida não esteja no consumismo e no trabalho estranhado.

A juventude ao não saber o que fazer no tempo livre do trabalho ou fazer aquilo que contribui para a atividade profissional é conduzida ao consumo como forma de prazer na vida, mas entende-se que isso seja incapaz de dar sentido a ela. Diante disso, permanece a preocupação sobre essas consequências na juventude diante da limitação do desenvolvimento pleno da subjetividade para funcionalidade do capital.

Espera-se, portanto, que OP com seu papel de conscientização do sujeito ativo, social e histórico tenha espaço aberto para discussões sobre a manipulação e estranhamento do trabalho e sua extensão a vida cotidiana para que surjam possibilidades de enfrentamento desse cenário a curto e a longo prazo com a juventude trabalhadora.

A OP tem sido um meio não apenas para discutir aspectos do trabalho na relação futura do jovem, mas também uma roda de expressão sobre os medos e angústias da inserção da vida adulta no mundo do trabalho. É espaço de conversa para se conhecer e se reconhecer no outro; para desconstruir dicotomias e discutir possibilidades nesse contexto social. Ou seja, é uma intervenção que de maneira imediata tem seus resultados e, na experiência, permite a modificação da percepção do mundo real que se apresenta. Apesar disso, tem limitações práticas e teóricas que precisam ser compreendidas e modificadas de maneira crítica se o objetivo for uma prática com vistas à superação constante.

Essa discussão abre espaços para a reflexão crítica sobre qual tipo de OP se quer construir e desenvolver, e ainda abre espaço para a reflexão crítica sobre a Psicologia Sócio-histórica como alternativa crítica da Psicologia e sua evolução no contexto brasileiro que culmina na intervenção aqui estudada.

Tendo dito isso, sugere-se para trabalhos futuros que sejam críticos e pesquisas longitudinais que revelem as contribuições da OP para a juventude de escolas públicas ou de baixa renda, com análises mais detalhadas sobre o tema “mercado de trabalho e conscientização”. Recomenda-se ainda discussões e reflexões para que ocorram práticas que modifiquem e adaptem os aspectos citados acima, preenchendo as lacunas constatadas nas análises dos artigos, sobre uma conscientização que promova mudanças na relação indivíduo e sociedade, presentes no mundo do trabalho, sobre a objetividade do mercado de trabalho e realidade social e concreta. Para finalizar, nas intervenções, é importante buscar, por meio da teoria e prática, a superação das ideias que se aproximam da ideologia neoliberal.

REFERÊNCIAS:

- Abílio, L. C. (2020). Uberização e juventude periférica: desigualdades, autogerenciamento e novas forma de controle do trabalho. *Novos estud. Cebrap*, São Paulo, v39n03, p. 579-597. Doi: <http://dx.doi.org/10.25091/s01013300202000030008>.
- Abramovay, M., & Castro, M. G. (2006). *Juventude, juventudes: o que une e o que separa*. UNESCO, Representação no Brasil.
- Aguiar, W. M. J. (2000). Reflexões a partir da Psicologia Sócio-histórica sobre a categoria “consciência”. *Cadernos de Pesquisa*, no 110, p. 125-142.
- Aguiar, W. M. J. & Ozella, S. (2006). Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. *Psicologia Ciência e Profissão*, 26 (2), 222-245.
- Aguiar, W. M. J. (2006). A escolha na orientação profissional: contribuições da psicologia sócio-histórica. *Psic. da Ed.*, São Paulo, 23, 2o sem., pp. 11-25.
- Aguiar, W. M. J., Bock, A. M. B & Ozella, S. (2015). A orientação profissional com adolescentes: um exemplo de prática na abordagem Sócio-histórica. In: Bock, A. M. B., Gonçalves, M. G. M. & Furtado, O. (Org). *Psicologia Sócio-histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia* . (6 Ed. pp. 139-153). São Paulo: Cortez.
- Aguiar, W. M. J. (2015). A pesquisa em Psicologia Sócio-histórica: contribuições para o debate metodológico. In: Bock, A. M. B., Gonçalves, M. G. M. & Furtado, O. (Org). *Psicologia Sócio-histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia* . (6 Ed. pp. 139-153). São Paulo: Cortez.
- Aguiar, W. M. J. & Machado, V. C. (2016). Psicologia Sócio-histórica como fundamento para a compreensão das significações da atividade docente. *Estudos de Psicologia*, vol. 33, núm. 2, pp. 261-270.

- Aita, E. B., Ricci, P. S. P. & Tuleski, S. C. (2012). A orientação profissional na perspectiva da Psicologia Histórico-cultural. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, SP. Volume 16, Número 1: p. 175-177.
- Alves, G. (2000). Toyotismo como ideologia orgânica da produção capitalista. *Revista ORG & DEMO*, v. 1 n. 1.
- Alves, G. & Antunes, R. (2004). As mutações do mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago.
- Alves, G. (2010). Lukács e o capitalismo manipulatório: desafios da atividade e do pensamento do homem do século XXI. Em: *Lukács e o século XXI: trabalho, estranhamento e capitalismo manipulatório*. Londrina; Editora Práxis; Baurú: Editora Canal 6.
- Alves, G. (2013). Crise estrutural do capital, maquinofatura e precarização do trabalho: a questão social no século XXI. *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, v. 12, n. 2, p. 235 – 248.
- Alves, G. (2015). Precarização do trabalho e estranhamento na era do capitalismo manipulatório: a atualidade de Lukács e o século XXI. *Revista Marília Unesp: Novos Rumos*, [v. 52 n. 2](#).
- Antunes, M. A. M. (2012). A Psicologia no Brasil: um ensaio sobre suas contradições. *Psicologia: ciência e profissão*, 32 (num. Esp.), 44-65.
- Antunes, R. (2009). O sistema de metabolismo social d capital e seu sistema de mediações. Em: *Sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. (2º ed.). São Paulo-SP: Editora Boitempo.
- Antunes, R. (2011). *Continente do labor*. São Paulo: Editora Boitempo.
- Antunes, R. (2018). *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. (1º ed.). São Paulo: Editora Boitempo.

- Araújo, T. P., & Becker, J. L. F. (2016). Possibilidades da Psicologia no ensino médio: uma proposta de orientação profissional. *Itinerarius Reflectionis*, 12(2). <https://doi.org/10.5216/rir.v12i2.38342>.
- Baró, I. M. (2011). Para uma Psicologia da Libertação. In: Guzzo, R. S. L. & Lacerda Jr, F. (orgs.). *Psicologia social para América latina*. (2 Ed. pp. 181-198). Campinas-SP: Alínea.
- Bastos, A. V. B., Gondin, S. M, G. & Borges-Andrade, J. E. (2010). O psicólogo brasileiro: sua atuação e formação profissional. O que mudou nas últimas décadas? Em: Yamamoto, O. H. & Costa, A. L. F. (Orgs). *Escritos sobre a profissão de psicólogos no brasil*. Natal-RN: Editora EDUFRN.
- Bertini, F. M. A. (2014). A contribuição do materialismo histórico-dialético na concepção da Psicologia Sócio-histórica no Brasil. *Kalagatos- Revista de Filosofia*. Fortaleza, Ce, v. 11 n. 22.
- Bock, A. M. B. (1999). A Psicologia a caminho de um novo século: identidade profissional e compromisso social. *Estudos de Psicologia*, 4(2), 315-329.
- Bock, A. M. B. (2004). A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica a naturalização do ser humano: a adolescência em questão. *Cad. Cedes*, Campinas, vol. 24, n. 62, p. 26-43, abril 2004.
- Bock, A.M.B.; Ferreira, M.R.; Gonçalves, M.G.M.& Furtado, O. (2007) “Sílvia Lane e o Projeto do ‘Compromisso Social da Psicologia’”. *Psicologia & Sociedade*; 19, Edição Especial 2: 46-56.
- Bock, A. M. B. (2008). O compromisso social da Psicologia: contribuições da perspectiva Sócio-Histórica. *Psicologia & m foco*, Aracaju, Faculdade Pio Décimo, v. 1, n. 1.
- Bock, A. M. B. (2009). Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. Em: *Psicologia e o compromisso social*. (pp. 15-28). São Paulo: Cortez.

- Bock, A. M. B. (2015). A Psicologia Sócio-histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia . In: Bock, A. M. B., Gonçalves, M. G. M. & Furtado, O. (Org). *Psicologia Sócio-histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia* . (6 Ed. pp. 139-153). São Paulo: Cortez.
- Bock, S. D. (2006). Orientação profissional: abordagem sócio-histórica. São Paulo: Cortez.
- Bock, S. D. (2014). Orientação profissional para as classes pobres. São Paulo: Cortez.
- Boechat, F. M. (2017). A Psicologia brasileira nos ciclos democrático-nacional e democrático popular. *Psicologia: Ciência e Profissão* v. 37 (núm. Esp.), 57-70.
- Brasil. (2017). Consolidação das leis do trabalho – CLT e normas correlatas. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas.
- Codo, W. (1989) O fazer e a consciência. Em: Lane, S. T. M. & Codo, W. (orgs.). *Psicologia Social: o homem em movimento*. (8º Ed.). São Paulo-SP: Editora Brasiliense.
- Codo, W., Sampaio, J. & Hitomi, A. (1994) *Psicologia, atividade e trabalho*. Em: Codo, W., Sampaio, J. & Hitomi, A. *Indivíduo, trabalho e sofrimento*. Petrópolis: Vozes, 2ª edição.
- Costa, J. N. L & Rosário, M. J. A. (2018). Juventude e classe. *Revista Programa Conexões /UFPA On-line*. – Vol. 3, Belém/ PA – ISSN 2447-097X.
- Costa, M. O. & Lacerda Júnior, F. (2018). Concepções de juventude e o trabalho do psicólogo escolar: apontamentos e desafios. *Revista AMAzônica*, ISSN-e 1983-3415, Vol. 21, N.º. 1, 89-115.
- Dátilo, G. M. P. A. & Lima, V. G. (2011). Orientação profissional- Universidade ajuda os jovens a encontrar caminhos profissionais: relato de intervenção. *Revista LEVS/UNESP-Marília* | Ano 2011 – Edição 7 – ISSN 1983-2192.
- Fachin, C. D., & Orzechowski, S. T. (2014). A importância da orientação profissional para alunos da escola pública: relatos de uma experiência. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE. Programa de Desenvolvimento Educacional da Secretaria de

Estado da Educação do Paraná. Cadernos PDE, vol. 1, ISBN 978-85-8015-080-3. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_unicentro_ped_artigo_cleuza_danielo.pdf.

Fernandes, L. C. (2018). As transformações no mundo do trabalho : a produção flexível e suas manifestações na subjetividade do trabalhador. Dissertação de mestrado- Programa de Pós-graduação em Serviço Social pela PUCRS. Porto alegre- Rio Grande do Sul- Brasil.

Fernades, M. V. R. (2021). Uma análise materialista histórica da juventude da classe trabalhadora brasileira. Cadernos do Aplicação. Publicação Ahead of Print ISSN 2595-4377 (online). Porto Alegre | v.34 | n.1. <https://seer.ufrgs.br/CadernosdoAplicacao>.

Ferraz, D. (2019). Sequestro da subjetividade: revisitar o conceito e apreender o real. REAd | Porto Alegre – Vol. 25 – Nº 1 – p. 238-268. Doi: <https://doi.org/10.1590/1413-2311.238.89885> .

Ferreira, A. J. A. (2020). Orientação profissional na adolescência: relato de experiência de um serviço de promoção de saúde mental. Trabalho de conclusão de curso no Instituto de Psicologia da Universidade de Uberlândia. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/29891/3/OrientaçãoProfissionalAdolescência.pdf>.

Gonçalves, M. G. M. (2015). A Psicologia como ciência do sujeito e da subjetividade: a historicidade como noção básica. In: Bock, A. M. B., Gonçalves, M. G. M. & Furtado, O. (Org). *Psicologia Sócio-histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia* . (6 Ed. pp. 139-153). São Paulo: Cortez.

Gonçalves, M. G. M. (2015). Fundamentos metodológicos da Psicologia Sócio-histórica. In: Bock, A. M. B., Gonçalves, M. G. M. & Furtado, O. (Org). *Psicologia Sócio-histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia* . (6 Ed. pp. 139-153). São Paulo: Cortez.

Gruda, M. P. P. (2016). Breves considerações, comentários e ideias acerca de uma Psicologia Social Crítica. Pesquisas e Práticas Psicossociais, 11(2), 514-525, São João del-Rei.

- IBGE. (2017). Síntese de indicadores sociais : uma análise das condições de vida da população brasileira : 2017 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro : IBGE. 147p. - (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, ISSN 1516-3296 ; n. 37). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf>. Acesso em: 31 de julho de 2021.
- IBGE. (2019) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Educação 2018. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. (Pnad Contínua). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101657_informativo.pdf. Acesso em: 31 de julho de 2021.
- IBGE. (2020) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Educação 2019. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. (Pnad Contínua). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf. Acesso em: 31 de julho de 2021.
- IBGE. (2021) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. (Pnad Contínua) Trimestre Móvel MAR. -MAI. 2021. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3086/pnacm_2021_maio.pdf. Acesso em: 31 de julho de 2021.
- IPEA. (2021). MERCADO DE TRABALHO: Desempenho recente do mercado de trabalho e perspectivas para o ano. Carta de conjuntura. Número 51. Nota de conjuntura 6. 2º trimestre de 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/210413_cc51_nota_mercado_de_trabalho.pdf. Acesso em: 03 de agosto de 2021.

- Kahhale, E. M. S. P. & Rosa, E. Z. (2009). A construção de um saber crítico em Psicologia. Em: Bock, A. M. B. & Gonçalves, M. G. M. (Orgs.). A dimensão subjetiva da realidade: um leitura sócio-histórica. São Paulo: Cortez.
- Kahhale, E. M. S. P.; Silva, C. R. C. & Silva, A. (2014). Psicologia Sócio Histórica: Historicidade X Naturalização, Desafios Da Produção Teórico Práticos Em Saúde Pública. Revista Internacional de Humanidades Médicas Volumen 3, Número 1, ISSN 2254-5859.
- Kato, M. S. C. M. (2009). As contribuições da teoria psicológica Sócio-histórica para a educação e a constituição dos processos e funções psicológicas superiores e da consciência. Anais de trabalhos completos XV Encontro Nacional da ABRAPSO. ISSN: 1981-4321. Acessado em: www.abrapso.org.br/siteprincipal/0images/Anais_XVENABRAPSO/487.%20as%20contribui%C7%D5es%20da%20teoria%20psicol%D3gica.pdf.
- Lacerda Júnior, F. (2010). Psicologia para fazer a crítica? Apologética, individualismo e marxismo em alguns projetos psi (tese de doutorado). Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Pós-Graduação em Psicologia, Campinas, SP, Brasil.
- Lacerda Júnior, F. (2013). Capitalismo dependente e a Psicologia no Brasil: das alternativas a Psicologia Crítica. *Teoría y crítica de la psicología* 3, 216-263. ISSN: 2116-3480.
- Lachtim, S. A. F & Soares, C. B. (2011). Valores atribuídos ao trabalho e expectativa de futuro: como os jovens se posicionam? *Trab. Educ. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 9 n. 2 p. 277-293.
- Lane, S. T. M. (1989). A Psicologia Social e uma nova concepção de homem para a Psicologia. Em: Lane, S. T. M. & Codo, W. (orgs.). *Psicologia Social: o homem em movimento*. (8º Ed.). São Paulo-SP: Editora Brasiliense.
- Lane, S. T. M. (1989). Uma Psicologia Social baseada no materialismo histórico e dialético: da emoção ao inconsciente. Em: Hutz, C. S. (org): *2o. Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico da Anpepp* (Anais, pag. 147-155). Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia. Acessado em: <https://www.anpepp.org.br/ii-simposio-gramado-1990>.

- Lane, S. T. M. (1989). Uma Psicologia Social baseada no materialismo histórico e dialético: da emoção ao inconsciente. *Em: Hutz, C. S. (org): 2o. Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico da Anpepp* (Anais, pag. 147-155). Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia.
- Lassance, M. C. & Sparta, M. (2003). A orientação profissional e as transformações no mundo do trabalho. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 4 (1/2), pp. 13-19.
- Lima, A. F., Ciampa, A. C. & Almeida, J. A. M. (2009). Psicologia Social como Psicologia política? A proposta de Psicologia Social Crítica de Sílvia Lane. *Psicologia política*. vol.9. Nº 18. pp.223-236.
- Lopes, D. G., & Lehfeld, N. A. de S. (2019). REFLEXÕES SOBRE A JUVENTUDE FRENTE A PRECARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E DO TRABALHO. *Anais Do Congresso Brasileiro De Processo Coletivo E Cidadania*, 7(7), 501-513. Recuperado de <https://revistas.unaerp.br/cbpcc/article/view/1635>.
- Maia, A. A. R. M. & Mancebo, D. (2010). Juventude, trabalho e projetos de vida: ninguém pode ficar parado. *Psicologia, Ciência e profissão*, 30 (2), p. 376- 389.
- Mandel, E. (1982). *Introdução ao Marxismo*. Porto Alegre-RS: Editora Movimento.
- Mandelli, M. T.; Soares, D. H. P. & Lisboa, M. D. (2011). Juventude e projeto de vida: novas perspectivas em orientação profissional. *Juventude e projeto de vida: novas perspectivas em orientação profissional*. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*; Rio de Janeiro, 63 (no.sp.): 1-104.
- Molon, S. I. (2011). Notas sobre a constituição do sujeito, subjetividade e linguagem. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 16, n. 4, p. 613-622.
- Morais, R. F.; Pinto, J. N. R. & Magalhães, B. A. C. S. (2020) .Estado neoliberal e juventudes. *Braz. J. of Develop.*, Curitiba, v. 6, n. 7 , p.45633-45642. ISSN 2525-8761. Doi: 10.34117/bjdv6n7-260.

- Nascimento, L. R. & Machado, I. N. S. (2019), Orientação profissional no ensino público: relato de uma experiência. *Revista Humanidades e Inovação* v.6, n.18.
- Netto, J.P. & Braz, M. (2006). *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo-SP: Editora Cortez.
- Oliveira, M. B. L. & Anjos, R. E. (2011). Contribuições da Psicologia Histórico-cultural à orientação profissional de adolescentes: a escolha profissional em questão. *Avesso do Avesso* v.9, n.9, p. 20-34.
- Parker, I. (2014). O que é Psicologia ? Conheça a família. Em: Parker, I. *Revolução na Psicologia : da alienação à emancipação*. (1 Ed. pp. 17-41). Campinas-SP: Editora Alínea.
- Parker, I. (2014). Psicologia como ideologia: individualismo explicado. Em: Parker, I. *Revolução na Psicologia : da alienação à emancipação*. (1 Ed. pp.43-65). Campinas-SP: Editora Alínea.
- Passeanda, B.; Mascotti, T. S. & Cardoso, H. F. (2018). Intervenção em orientação profissional em estudantes de escolas públicas brasileiras: uma revisão narrativa. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia, Londrina*, v. 9, n. 3, p. 123-138.
- Patto, M. H. S. (1999). O modo capitalista de pensar a escolaridade: anotações sobre o caso brasileiro. Em: *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo-SP: Casa do psicólogo.
- Patto, M. H. S. (1999). Raízes históricas das concepções sobre o fracasso escolar: o triunfo de uma classe e sua visão de mundo. Em: *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo- SP: Casa do psicólogo.
- Patto, M. H. S. (2009). O que a história pode dizer sobre a profissão do psicólogo: a relação Psicologia e educação. Em: *Psicologia e o compromisso social*. (pp. 29-35). São Paulo: Cortez.
- Pimenta, S. G. (1979). *Orientação profissional e decisão: estudo crítico da situação no Brasil*. São Paulo-SP: Editora Loyola.

- Ratner, C. (1995). Traços gerais da Psicologia humana. Em: *A Psicologia Sócio-histórica de Vygotsky: aplicações contemporâneas*. (pp. 13-51). Porto Alegre-SC: Artes Médicas.
- Ratner, C. (1995). O desenvolvimento da Psicologia do indivíduo. Em: *A Psicologia Sócio-histórica de Vygotsky: aplicações contemporâneas*. (pp.126-159). Porto Alegre- SC: Artes Médicas.
- Sawaia, B. B. & Maheirie, K. (s/d). A Psicologia Sócio-histórica: um referencial de análise e superação da desigualdade social. *Psicologia & Sociedade*, 26 (n. Spe. 2), 1-3.
- Silva, L. L. M. (2000). Intervenção em orientação vocacional/ profissional: avaliando resultados e processos. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto / USP – Depto de Psicologia e Educação.
- Silva, M. M. (2011). Trabalho, educação e juventude: novos contornos a partir da reestruturação produtiva. V encontro brasileiro de educação e marxismo marxismo, educação e emancipação humana. Disponível em: <https://gepeto.ced.ufsc.br/files/2015/04/trabalho-educacao-e-juventude.pdf>. Acesso em: 03 de agosto de 2021.
- Sirgado, A. P. (1990). A corrente sócio-histórica de Psicologia: fundamentos epistemológicos e perspectivas educacionais. Em Aberto , Brasília, ano 9, n. 48.
- Sousa, C. M. M.; Nunes, J. C.; Silva, V. M. & Gondim, L. S. S. (2019). Orientação profissional em contexto educativo com jovens e adultos: encontros reflexivo-vivenciais em uma escola de Juazeiro- BA. *Rev. Bras. de Educ. de Jov. e Adultos* vol. 7, ahead of print. ISSN 2317-6571.
- Sparta, M. (2003). O desenvolvimento da orientação profissional no Brasil. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 4 (1/2), pp. 1-11.
- Titton, M. & D’agostini, A. (2019). Juventude e educação no contexto do desemprego crônico na Espanha e no Brasil. *Geminal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 11, n. 1, p. 54-73. ISSN: 2175-5604. DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v11i1.31474>.

- Urt, S. & Almeida, L. P. de. (2020). Juventude, trabalho e formação profissional. FRAGMENTOS DE CULTURA, Goiânia, v. 30, n. 2, p. 266-278. Doi: DOI 10.18224/frag.v30i2.7964.
- Veriguine, N. R., Basso, C. & Soares, D. H. P. (2014). Juventude e Perspectivas de Futuro: a orientação profissional no Programa Primeiro Emprego. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 34(4), 1032-1044. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-370000902013>.
- Yamamoto, O. H. (1987). Psicologia e/na história. Em: *A crise e as alternativas da Psicologia* . (pp. 16-29). São Paulo: Editora Edicon.
- Yamamoto, O. H. (1987). Acerca da “crise da Psicologia ”. Em: *A crise e as alternativas da Psicologia* . (pp. 34-49). São Paulo: Editora Edicon.
- Yamamoto, O. H. (2007). Políticas sociais, “terceiro setor” e “compromisso social”: perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. *Psicologia & sociedade*; 19(1): 30-37.
- Yamamoto, O. H. (1987). Rumo às alternativas. Em: *A crise e as alternativas da Psicologia*. (pp. 55-66). São Paulo: Editora Edicon.
- Yamamoto, O. H. (2009). Questão social e Políticas Públicas: revendo o compromisso da Psicologia . Em: *Psicologia e o compromisso social*. (pp. 37-51). São Paulo: Cortez.